UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

REYNALDO FRANÇA LINS DE MELLO

**ECONOMIA DA ESMOLA E
SUBDESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
A Legião da Boa Vontade (1950-2001)**

São Paulo

2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

REYNALDO FRANÇA LINS DE MELLO

**ECONOMIA DA ESMOLA E
SUBDESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
A Legião da Boa Vontade (1950-2001)**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Programa de
Pós-Graduação em História Social da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo/USP, sob a orientação do Prof. Dr.
Marcos A. Silva.

São Paulo

2008

RESUMO

O que significa economia da esmola? A esmola é um meio ou um fim? A esmola é um *meio* de sobrevivência dentro da linha de miséria. Ocorre que, quando a esmola é apropriada institucionalmente e, portanto, estruturada por uma organização religiosa, ela se torna um *fim* para a entidade que a utiliza como instrumento de sustentação: surge a economia da esmola, com uma finalidade essencialmente econômica, tanto assim o é que não é possível imaginar-se qualquer uma das instituições que se utilizam desse meio (a esmola) abrindo mão do mesmo e continuarem a sobreviver (volta-se à esmola como um meio). Se a esmola organizada dá origem à economia da esmola, que por sua vez gera a riqueza material e acumulação de capital, temos a criação de um mercado (in) formal da esmola, mas que não é nomeado como tal.

Palavras-chave: enriquecimento, esmola, filantropia, organização, salvação.

ABSTRACT

What does economy of alms mean? Is alms a means to an end or an end in itself? Alms is a *means* for survival within the line of misery. What happens is that when alms is institutionally appropriate and, therefore, structured by a religious organization, it becomes an end for the entity, who uses it as a sustaining instrument: the economy of alms appears, with an aim which is essentially economic, so much so, that it is not possible to imagine any of the institutions that make use of this means (the alms) to stop using it and continue to survive (one goes back to using alms as a means to an end). If the organized alms gives origin to the economy of alms which, in its turn, generates abundance of material and accumulation of capital, then we have the creation of a formal alms market, but which is not nominated as such.

Key-words: profit making, alms, philanthropic, organization, salvation.

RÉSUMÉ

Que signifie l'économie de l'aumône ? L'aumône est-elle un moyen ou une fin ? L'aumône est un moyen de survie dans la misère. Il est en que, lorsque l'aumône est appropriée institutionnellement et, par conséquent, structurée par une organisation religieuse, elle devient une fin pour l'entité qui l'utilise comme moyen de subsistance : surgit l'économie de l'aumône, avec une finalité essentiellement économique, tant économique qu'il est impossible d'imaginer une de ces institutions qui utilise ce moyen (l'aumône) renoncer à ce dernier et continuer à survivre (on en revient à l'aumône comme moyen). Si l'aumône organisée engendre l'économie de l'aumône, qui à son tour entraîne la richesse matérielle et l'accumulation de capital, nous avons la création d'un marché (in) formel de l'aumône, mais qui n'est pas nommé comme tel.

Mots-clés: enrichissement, aumône, philanthropie , organisation, salut.

*Para minha mãe,
Vilma da Costa
França*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Dr. Marcos A. Silva pela sua orientação, incentivo e paciência para comigo, não só na feitura desta tese, como no apoio acadêmico e convite para publicações de textos diversos.

Ao Professor Dr. Lísias N. Negrão, pela participação na banca de qualificação, e por me propiciar momentos de prazer intelectual ao ministrar a disciplina de Sociologia da Religião, da qual participei, e da qual sinto saudades...

Ao professor Dr. Airton Cavenaghi, pela participação na banca de qualificação e, particularmente, pela sugestão de um caderno iconográfico.

À Professora Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes que emprestou uma vaga sua de orientação, até que o Prof. Dr. Marcos A. Silva pudesse me ter como orientando.

Aos colegas da disciplina de Sociologia da Religião, com os quais me enriqueci através dos debates em sala de aula.

Aos funcionários do departamento de História, sempre solícitos em seu atendimento aos alunos.

Ao jornalista Chico Lopes do jornal O Globo, por me permitir o acesso e a cópia de vasto material sobre a Legião da Boa Vontade (LBV), que estão no arquivo deste jornal. Material este, seja dito e registrado, que foi de suma importância no levantamento patrimonial da LBV.

E por fim, agradeço ao apoio integral dado por minha mãe, sem o qual, este trabalho não se realizaria, ressaltando a autoria do desenho artístico da capa por *Vivi de França* – nome artístico dela – confeccionado especialmente para este trabalho.

SUMÁRIO

Apresentação – 10.

Notas Introdutórias – 16.

1. A Bíblia por testemunha – 16.

Capítulo I – História Social da Legião da Boa Vontade – 39.

2. O nascimento de um mito: o Templo da Legião da Boa Vontade na terra prometida – 39.
3. A gênese da Legião da Boa Vontade e o profeta Alziro Zarur (1950-1979) – 46.
4. O novo profeta José de Paiva Netto (1979 - ...) – 63.
5. Estratégias da esmola organizada – 69.

Capítulo II – A Era da Esmola: uma antevisão da sociedade do século XXI – 84.

6. Riqueza material da Legião da Boa Vontade – 84.
7. O negócio da filantropia empresarial – 94.
8. A consolidação da economia da esmola – 108.

Capítulo III – O Sentido do Sagrado e do Profano na Esmola Organizada – 116.

9. Um Deus social: a sociedade – 116.
10. Caridade e esmola – 129.
11. Teodicéia e esmola – 136.
12. A esmola organizada – 142.
13. A economia da esmola – 146.
14. Buscando uma hipótese – 157.

Capítulo IV – Pensando o Amanhã – 162

15. A sociedade da esmola: o subdesenvolvimento sustentável – 162

16. Sociedade sustentável: ausência de esmola organizada – 166.

Reflexões Finais – 181.

17. Distopia versus utopia: uma questão “quixotesca”? – 181.

Referências Bibliográficas – 189.

Caderno Iconográfico – 202.

Anexos – 216.

APRESENTAÇÃO

O que significa economia da esmola? A esmola é um *meio* ou um *fim*?

A esmola é um *meio* de sobrevivência dentro da linha da miséria. Ocorre que, quando a esmola é apropriada institucionalmente e, portanto estruturada por uma organização específica (privada ou pública), ela se torna um *fim* para a entidade que a utiliza como instrumento de sustentação: surge a economia da esmola, com uma finalidade essencialmente econômica, tanto assim o é que se torna impossível imaginar qualquer uma das instituições que se utilizam desse meio (a esmola) abrindo mão do mesmo e continuando a sobreviver (volta-se à esmola como um *meio*). Se a esmola organizada dá origem à economia da esmola, que por sua vez gera a riqueza material e acumulação de capital, temos a criação de um mercado (in)formal da esmola, mas que não é nomeado como tal.

Observa-se que tanto as organizações religiosas e privadas, quanto as organizações estatais acumulam riquezas materiais e capitais em função da apropriação da prática de pedir esmolas-doações.¹

É um fenômeno instigante, que desperta uma atenção maior do que a que tem sido dada até agora, pois o peso social de organizações filantrópicas, das várias colorações existentes, só vem aumentando.

A Legião da Boa Vontade, como se verá neste trabalho, é um caso emblemático, mas longe de ser único; o processo vem de longa data e, por isso mesmo, foi assumindo diversos formatos ao longo da história.

O domínio nesse campo tem sido das organizações religiosas, mas no século XX os agentes seculares se inseriram no meio e o crescimento da organização da esmola transpassou dos muros religiosos para a esfera mundana, mas sem perder, é bom que se diga, sua aura sacra. Daí que temos a expressão por parte das organizações que atuam nessa “nova” especialidade, como um híbrido de sacralidade com laicização.

As imbricações entre sentimento religioso e relações sociais de cunho econômico não são, como se pensa, ingerências da esfera religiosa na esfera econômica, ou vice-versa. A religião não se apropria de valores e costumes próprios do mercado, como seria o caso de se pressupor em razão da apologia que a Teologia da Prosperidade

¹ Cf. Mauss (2001) e Tawney (1971).

realiza. Quando se analisa que as relações econômicas se apropriam de subjetividades próprias à religiosidade, com o intuito de levar o consumidor a um comportamento de “fiel religioso”, para com a empresa, para com a marca etc. – daí o termo fidelização atuar subliminarmente –, não é que o mercado se “apropria” desse sentimento religioso, ele próprio, o mercado, advém historicamente desse sentimento.

Assim, o mais adequado é revelar a face religiosa do mercado, que independentemente de toda a racionalidade que o permeia, de todo o desenvolvimento laico que propiciou, é fruto no mundo ocidental de cultura judaico-cristã da normatização religiosa – pode-se ocultar este fato, mas não o negar.

O objeto empírico eleito para esta tese é a Legião da Boa Vontade (LBV) e por motivos muito nítidos. A organização filantrópica da LBV retrata as duas dimensões que conformam a economia da esmola: a dimensão do sagrado e a dimensão laica – a LBV é uma instituição com registro em cartório como entidade filantrópica e de reconhecimento de Utilidade Pública. Mas é também um “mix” de religiosidades. Não há como apartar uma faceta da outra.

Bom exemplo do que é dito são as obras literárias de Alziro Zarur² e de Paiva Netto, que se apresentam como panacéias religiosas de salvação.

Não sendo possível construir um movimento com idéias sagradas originais providas de alguma hierofania, só restou mesmo montarem um mosaico e bradarem aos quatro ventos que tudo o que fazem e dizem é original, é uma revelação salvadora mandada por Deus aos homens, por intermédio de Zarur e, posteriormente, por Paiva Netto.

Os livros destes dois auto-instituídos enviados de Deus poderiam ser resumidos em um único volume, e ainda assim, seria demais, pois todos os volumes que constam nas referências bibliográficas de ambos foram integralmente lidos, e mostram um padrão de repetição que se “repete” à exaustão. Trata-se de um estratagema para se vender o maior número de livros, com o menor esforço literário possível e isto sem considerações sobre o conteúdo.

Entretanto, cito um trecho, em que Paiva Netto faz a defesa de tal método:

“Dizia Napoleão Bonaparte que a melhor figura de retórica é a repetição”

(PAIVA NETTO, 1989: 171).

² Alziro Zarur considerava-se como sendo a reencarnação de Allan Kardec, o fundador do espiritismo kardecista, na França.

A tentativa por Alziro Zarur de entrar na política, primeiro como governador do Rio de Janeiro, depois como presidente do Brasil (coisa que Paiva Netto não tentou até agora), desnuda sua sede pelo poder laico: embora dissesse que nada queria com política, vivia perseguindo-a; não bastava ser um líder religioso, gozar do prestígio sagrado de ser um “enviado de Deus”, ele queria mais, muito mais; afinal existem muitos que se dizem enviados de Deus, mas presidente do Brasil, ao menos, é um de cada vez!

Com essa retórica de “enviado de Deus” e de líder “político de Deus”, Alziro Zarur foi construindo uma pequena fortuna, que caberá a Paiva Netto multiplicar – como Jesus multiplicou os pães e peixes? E tudo isso se dá através de uma única ação: *a esmola-doação*; pois que, é a esmola organizada pela combinação das esferas religiosa e laica que constitui a LBV em uma entidade de ação social com certa credibilidade, que presta serviços assistenciais a pessoas carentes.

Alziro Zarur a fundou em 1950, e a seguir realizou a Cruzada das Religiões Irmanadas (com a finalidade de formar o rebanho único sob seu comando e combater o comunismo ateu); posteriormente, fundou a Religião de Deus e, após o seu falecimento, Paiva Netto, dando prosseguimento à empreitada, construiu o Templo da Boa Vontade e o Parla-Mundi, em Brasília – além de outras obras menos chamativas, mas de fundamental importância para a sustentabilidade do grupo.

Mais do que marcos temporais, esses momentos se tornaram marcos simbólicos que mantêm a LBV funcionando (até quando é outra questão), que a justificam para os seus seguidores, como sendo um processo advindo do “Alto”, de Deus, em atenção à vinda próxima do Messias Jesus – a realização do Reino de Deus na Terra.

A principal estratégia da LBV e demais organizações do grupo é de professarem o ecumenismo irrestrito e se autodenominarem de Campo Neutro das Religiões.

Essas duas estratégias funcionam concomitantemente, na esfera do sagrado e na esfera da filantropia, não havendo qualquer paradoxo, mas complementação entre ações.

Ao se posicionar como “campo neutro”, a LBV, a Religião de Deus, como todo o grupo elebeiano, assume uma postura de defesa e de superioridade: são neutros, não tomam partido em disputas religiosas ou de qualquer mote e mostram a todos que atingiram o ideal da harmonia, da fraternidade, abrigo em seu corpo organizacional pessoas das mais variadas colorações religiosas ou sem religião, pois é obra de Deus, não dos homens.

As organizações elebebianas, ao professarem o ecumenismo irrestrito, reforçam o que foi dito acima e abrem-se para ações tanto religiosas, quanto filantrópicas, sem qualquer sectarismo de ordem social ou religiosa.³

Mas nem tudo são “flores”. O crescimento vertiginoso, as acusações de enriquecimento ilícito, a concorrência religiosa e filantrópica pelo mercado de fiéis e doadores vão dando sinais de que o “ecumenismo irrestrito” tem lá suas restrições e que o “campo neutro” apresenta-se como um “campo de batalha”, em nada lembrando a apregoada neutralidade.

As palavras-chave para este estudo são, sem dúvida alguma: caridade, ecumenismo, filantropia, religiosidade e sincretismo. Entretanto, a *chave* da compreensão está no sintagma da *esmola organizada*. Este conceito é o “núcleo duro” do estudo realizado aqui e, sem ele, não haveria “um porquê” de se investigar o imaginário religioso elebeviano, seus processos de institucionalização, sua trajetória político-ideológica e sócio-econômica, em suma, sua história social.

Claro está que em termos de proposta, a “reconciliação” da economia com a religião, na contemporaneidade, já foi realizada, a partir de Peter Berger e de suas reflexões sobre o mercado religioso, por diversos pesquisadores.

Entretanto, esse processo se aprofundou, na medida em que o objetivo é a rentabilidade econômica, destinando-se não a converter necessariamente adeptos de outros credos, mas a atingir pessoas já religiosamente sensibilizadas pela idéia de caridade, desde que estas possam doar seu dinheiro e ou seu tempo (trabalho voluntário) para a acumulação de capital das instituições (em nome de Deus ou só do amor ao próximo).

Não há qualquer pretensão, da minha parte, de esgotar as investigações sobre o objeto empírico desta tese, mas sim, de ensinar que outros pesquisadores vejam a importância historiográfica e sociológica do surgimento da Legião da Boa Vontade, como também das condições sócio-históricas que possibilitaram a organização da esmola em instituições religiosas e laicas, questão ainda pouco abordada pelas ciências sociais.

Esse é, sem dúvida, apenas o começo e espero contribuir para despertar e impulsionar a curiosidade acadêmica nas ciências sociais para projetos de investigação

³ Entretanto, tensões existem e são muitas, entre os vários grupos religiosos como nos mostra Maria Lúcia Montes (1998), em seu ensaio, *As Figuras do Sagrado: entre o público e o privado*. Tendo a Instituição católica como eixo das disputas. Disputas que agora terão a LBV como novo agente, que de neutro nada tem.

mais amplos sobre a organização da esmola, ao longo de períodos mais vastos da história humana, tanto no mundo ocidental quanto no oriental.

Concebo a estrutura deste trabalho em uma nota introdutória, quatro capítulos e as reflexões finais.

Nas *Notas Introdutórias*, busco demonstrar a regulação econômica como um fenômeno bíblico e espantar para bem longe o dito “espanto”, de que cultos católicos, protestantes históricos, pentecostais e principalmente neo-pentecostais, entre outras filiações religiosas e espiritualistas, estariam provocando por sua súbita inserção na esfera econômica.

No Capítulo I – *História Social da Legião da Boa Vontade* –, teço considerações gerais sobre os aspectos religiosos, econômicos e políticos; pois que todos eles comportam a esfera social, dando-lhe, com suas especificidades, um sentido de ser.

No segundo Capítulo – *A Era da Esmola: uma antevisão da sociedade do século XXI* –, exponho a *filantropia empresarial*, designação pomposa (entre outras) para não se dizer esmola organizada. Aqui, comento a riqueza patrimonial da LBV, como o comportamento social de outros agentes filantrópicos. Penso que com isto amplio a discussão, sem perder o foco na LBV, facilitando a percepção de que o “negócio da filantropia” vem sendo uma prática bem sucedida por diversos agentes, propiciando sim, o surgimento de um mercado da esmola.

Na abordagem do Capítulo terceiro – *O Sentido do Sagrado e do Profano na esmola Organizada* –, enveredo por um caminho onde os fundamentos da esmola organizada são postos e expostos à discussão.

O último Capítulo – *Pensando o amanhã* –, trago à baila a discussão do subdesenvolvimento sustentável como condição para a formação da sociedade da esmola, e discuto o que seria outro “lado da moeda”, o desenvolvimento sustentável, que evocaria o fim da esmola organizada.

Nas *Reflexões Finais*, exercito uma escrita ficcional, com intuito, não de “profetizar” – prognósticos em ciências sociais estão quase sempre à margem de abismos proféticos –, mas de jogar com as idéias e possíveis realidades, sabendo de antemão que o futuro... a Deus pertence.

Não, o futuro é sempre uma mescla do passado, do presente e do acaso, por isso é sempre uma surpresa apesar das previsões.

Afinal, se o passado não muda, mas nosso conhecimento dele é mutante, o presente escorre por entre nossas mãos, e o futuro, sempre incompleto, nos atormenta. A totalidade da compreensão social, seja científica ou não, é sempre uma abstração dada, descoberta e inventada por facetas da realidade, e nós, seres humanos, somos uma dessas facetas.

NOTAS INTRODUTÓRIAS.

O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.

(Marc Bloch, *Apologia da História*).

A Bíblia por testemunha.

Considero a Bíblia o símbolo por excelência da vigilância total, um verdadeiro carcereiro da alma humana, normatizando pensamentos, sentimentos e ações, retomada, modernamente, pelo “*Grande Irmão*”.⁴ Ao fazer tal afirmação, não estou emitindo juízo de valor algum, apenas expressando, de forma sintética, a constatação da leitura à qual o Antigo Testamento nos remete: o imperativo da ordem (do cosmos) é uma constante nunca alcançada, embora sempre tentada.

Tudo é organizado e ordenado pelo SENHOR, regras para ações, pactos e promessas estão sob seu olhar onisciente, onipotente e onipresente.⁵

Não será espanto algum, então, observar o poder da religião na origem da construção da economia da esmola, esboçada nos dízimos e nas ofertas ao SENHOR, entre tantas outras ocorrências mundanas. Na verdade, para o homem do tempo bíblico, o mundo é uma obra de Deus, portanto é sagrado em sua totalidade, e nós suas criaturas coadjuvantes deste empreendimento com início, meio e fim pré-determinados.⁶

Essa economia de Deus sistematiza as relações sociais a tal ponto que regula não só as relações sociais e econômicas de seu povo, como a relação deles com os demais povos, como se constata através de várias passagens bíblicas.

⁴ Romance brilhante escrito por George Orwell, sob o título *1984*, pouco antes de falecer. É a história sobre a governança do totalitarismo mundo afora, que pode ser sintetizada pela seguinte passagem: “O GRANDE IRMÃO ZELA POR TI, dizia a legenda” (ORWELL, 2003: 1). Outras religiões, fora da tradição Judaico-Cristã, apresentam problemas semelhantes que dizem respeito ao imperativo da ordem – recorrente a toda organização religiosa em função da necessidade de se instrumentalizar a submissão da “carne” ao “espírito”.

⁵ Esse “Olhar” é bem expresso pela iconografia nº 1, no Caderno Iconográfico após as referências bibliográficas.

⁶ Esse, aliás, é um problema geral que envolve o sentido do “sagrado”.

Toda essa vigilância por parte de Deus para com seu povo tem como mote a salvação dos seus escolhidos. Aqueles que com Ele pactuarem estarão a salvo, e com Ele viverão eternamente – não é coisa para ser desprezada...

O fundamento da economia da esmola é antiqüíssimo, e pode ser nomeado como economia da salvação⁷ (a base histórica de sustentação da tese que aqui proponho); na própria Bíblia, ele se revela com mais premência no Antigo Testamento: o **dízimo** e as **ofertas** ao SENHOR.⁸

Em uma economia de salvação, tudo gira em torno desse ato, é claro. A subsistência é garantida por se seguir as normas e, portanto, economia nesse momento bíblico deve ser entendida como de amplo alcance social, e não apenas uma regulação monetária, muito embora as finanças sejam elos importantes, de prova mesmo, da grande corrente que liga o povo escolhido com o seu Deus.

O que procuro introduzir é a relação histórica da economia da salvação (mundo judaico-cristão antigo) como precursora da economia da esmola (mundo moderno/contemporâneo⁹), e desta última como fomentadora da sociedade da esmola (em formação no mundo contemporâneo).

A economia da salvação se movimenta em um universo onde a representação do mundo é dada pelo sagrado, fundamentalmente pelo pensamento religioso monoteísta, que concebe a vida em sua totalidade como manifestação do sagrado. Na economia da esmola, sagrado e secular são representações que modificam as relações sociais dos agentes, muito embora, para todo efeito, o mote continue sendo a salvação.

Algumas passagens bíblicas com caráter elucidativo servirão como exemplos da economia da salvação e dos complexos entrelaçamentos do sagrado com o profano já como formação da base para a economia da esmola:

Em *Gênesis* 14. 18-20 e 28. 20-22:

Melquisedeque abençoa a Abrão.

18 Melquisedeque, rei de Salém, trouxe pão e vinho; era sacerdote do Deus Altíssimo;

⁷ Conceito emprestado de Max Weber, porém com uso restrito ao tema da esmola organizada pela tradição judaico-cristã.

⁸ Vamos encontrá-los, dízimos e ofertas, em praticamente todas as instituições religiosas, como por exemplo: o culto religioso dos Astecas, no Hinduísmo e Budismo, no Islã etc.

⁹ “Mundo globalizado” que teve início a partir do século XVI, com as navegações e colonizações européas, das Américas, África e Índia.

*19 abençoou ele a Abrão, e disse: Bendito seja Abrão pelo Deus Altíssimo;
Que possui os céus e a terra;
20 e bendito seja o Deus Altíssimo que entregou os teus adversários nas
tuas mãos.
E de tudo lhe deu Abrão o dízimo.*

A coluna de Betel.

*20 Fez também Jacó um voto, dizendo: Se Deus for comigo, e me guardar
nesta jornada que empreendo, e me der pão para comer e roupa que me
vista,
21 de maneira que eu volte em paz para a casa de meu pai, então o
SENHOR será o meu Deus;
22 e a pedra, que erigi por coluna, será a casa de Deus; e de tudo quanto
me concederes, certamente eu te darei o dízimo.¹⁰*

A barganha por poder e sucesso passa necessariamente por uma relação econômica sem meias palavras: o SENHOR dá a vitória sobre os inimigos, dá a proteção e tudo o mais, e os dízimos devidos serão pagos.

No terceiro livro de Moisés, *Levítico* 27. 2-34, temos uma normatização de tarifas e avaliações monetárias sobre bens e sobre as pessoas, além do próprio dízimo:

Votos particulares e a avaliação deles.

Disse mais o SENHOR a Moisés:

*2 Fala aos filhos de Israel, e dize-lhes: Quando alguém fizer voto com
respeito a pessoas, estas serão do SENHOR segundo a tua avaliação.*

*3 Se o objeto da tua avaliação for homem, de idade de vinte anos até à de
sessenta, será a tua avaliação de cinquenta siclos de prata, segundo o siclo
do santuário.*

4 Porém, se for mulher, a tua avaliação será de trinta siclos.

¹⁰ BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Trad. João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966. Todas as citações bíblicas desta nota introdutória foram retiradas do referido volume.

5 Se a idade for cinco anos até vinte, a tua avaliação do homem será de vinte siclos, e da mulher dez siclos.

6 Se a idade for de um mês até cinco anos, a tua avaliação de homem será de cinco siclos de prata, e a tua avaliação pela mulher será de três siclos de prata.

7 De sessenta anos para cima, se for homem, a tua avaliação será de quinze siclos, se mulher, dez siclos.

8 Mas, se for mais pobre do que a tua avaliação, então apresentar-se-á diante do sacerdote, para que este o avalie: segundo o que permitem as posses do que fez o voto, o avaliará o sacerdote.

9 Se for animal dos que se oferecem ao SENHOR, tudo quanto dele se der ao SENHOR será santo.

10 Não o mudará, nem o trocará bom por mau, ou mau por bom: porém, se dalgum modo se trocar animal por animal, um e outro serão santos.

11 Se for animal imundo dos que se não oferecem ao SENHOR, então apresentará o animal diante do sacerdote.

12 O sacerdote o avaliará, seja bom ou mau: segundo a avaliação do sacerdote, assim será.

13 Porém, se dalgum modo o resgatar, então acrescentará a quinta parte à tua avaliação.

14 Quando alguém dedicar a sua casa para ser santa ao SENHOR, o sacerdote a avaliará, seja boa ou seja má: como o sacerdote a avaliar, assim será.

15 Mas, se aquele que a dedicou quiser resgatar a casa, então acrescentará a quinta parte do dinheiro à tua avaliação, e será sua.

Voto dum campo e o resgate dele.

16 Se alguém dedicar ao SENHOR parte do campo da sua herança, então a tua avaliação será segundo a semente necessária para semear: um ômer pleno de cevada será avaliado por cinqüenta siclos de prata,

17 se dedicar o seu campo desde o ano do jubileu, segundo a tua plena avaliação ficará.

18 Mas, se dedicar o seu campo depois do ano do jubileu, então o sacerdote lhe contará o dinheiro segundo os anos restantes até ao ano do jubileu, e isto se abaterá da tua avaliação.

19 Se aquele que dedicou o campo dalgum modo o quiser resgatar, então acrescentará a quinta parte do dinheiro à tua avaliação, e ficará seu.

20 Se não quiser resgatar o campo, ou se o vender a outro homem, nunca mais se resgatará.

21 Porém, havendo o campo saído livre no ano do jubileu, será santo ao SENHOR, como campo consagrado: a posse dele será do sacerdote.

22 Se alguém dedicar ao SENHOR o campo que comprou, e não for parte da sua herança,

23 então o sacerdote lhe contará o preço da avaliação até o ano do jubileu: e no mesmo dia dará o importe da avaliação como coisa santa ao SENHOR.

24 No ano do jubileu o campo tornará àquele que o vendeu, àquele de quem era a posse do campo por herança.

25 Toda tua avaliação se fará segundo o ciclo do santuário: o ciclo será de vinte geras.

26 Mas o primogênito dum animal por já pertencer ao SENHOR, ninguém o dedicará: seja boi ou gado miúdo, é do SENHOR.

27 Mas, se for dum animal imundo, resgatar-se-á, segundo a tua avaliação, e sobre ele acrescentará a quinta parte; se não for resgatado, vender-se-á segundo a tua avaliação.

Não há resgate para certas cousas consagradas.

28 No entanto, nada do que alguém dedicar irremissivelmente ao SENHOR, de tudo o que tem, seja homem ou animal, ou campo da sua herança, se poderá vender nem resgatar: toda coisa assim consagrada será santíssima ao SENHOR.

29 Ninguém que dentre os homens for dedicado irremissivelmente ao SENHOR, se poderá resgatar: será morto.

Sobre as dízimas.

30 Também todas as dízimas da terra, tanto do grão do campo, como do fruto das árvores, são do SENHOR: santas são ao SENHOR.

31 Se alguém das suas dízimas quiser resgatar alguma cousa, acrescentará a sua quinta parte sobre ela.

32 No tocante às dízimas do gado e do rebanho, de tudo o que passar debaixo da vara do pastor, o dízimo será santo ao SENHOR.

33 Não se investigará se é bom ou mau, nem o trocará: mas, se dalgum modo o trocar, um e outro serão santos; não serão resgatados.

34 São estes os mandamentos que o SENHOR ordenou a Moisés, para os filhos de Israel, no monte Sinai.

Percebe-se nestas passagens que Moisés e, por conseguinte, o corpo sacerdotal detêm o poder de procederem às avaliações monetárias das pessoas, dos seus bens; de regularem as ofertas e os dízimos, e tudo de acordo com o padrão monetário sagrado referenciado pelo “siclo do santuário”.

Em *Números* 18. 21-32 (o quarto livro de Moisés), temos que:

Os dízimos e os levitas

21 Aos filhos de Levi dei todos os dízimos em Israel por herança, pelo serviço que prestam, serviço da tenda da congregação.

22 E nunca mais os filhos de Israel se chegarão à tenda da congregação, para que não levem sobre si o pecado e morram.

23 Mas os Levitas farão o serviço da tenda da congregação, e responderão por suas faltas: estatuto perpétuo é este para todas as vossas gerações. E não terão eles nenhuma herança no meio dos filhos de Israel.

24 Porque os dízimos dos filhos de Israel, que apresentam ao SENHOR em oferta, dei-os por herança aos levitas; porquanto eu lhes disse: No meio dos filhos de Israel nenhuma herança terão.

25 Disse o SENHOR a Moisés:

26 Também falarás aos levitas, e lhes dirás: Quando receberdes os dízimos da parte dos filhos de Israel, que vos dei por herança, deles apresentareis uma oferta ao SENHOR; os dízimos dos dízimos.

27 Atribuir-se-vos-á a vossa oferta, como se fosse grão da eira, e plenitude do lagar.

28 Assim também apresentareis ao SENHOR uma oferta de todos os vossos dízimos, que receberdes dos filhos de Israel, e deles dareis a oferta do SENHOR a Arão, o sacerdote.

29 De todas as vossas dádivas apresentareis toda oferta do SENHOR: do melhor delas, a parte que lhe é sagrada.

30 Portanto lhes dirás: Quando oferecerdes o melhor que há nos dízimos, o restante destes, como se fosse produto da eira e produto do lagar, se contará aos levitas.

31 Comê-lo-eis em todo lugar, vós e a vossa casa, porque é vossa recompensa pelo vosso serviço na tenda da congregação.

32 Pelo que não levareis sobre vós o pecado, quando deles oferecerdes o melhor: e não profanareis as cousas sagradas dos filhos de Israel, para que não morrais.

O sacerdócio é consolidado através da instituição dos dízimos como herança perpétua para seu sustento e para seus serviços à Tenda da Congregação – o local sagrado no qual Moisés encontra e fala com Deus.

Seguindo temos no *Deuteronômio* 12. 5-7; 14. 22-29 (o quinto livro de Moisés):

O lugar do culto verdadeiro

5 mas buscareis o lugar que o SENHOR vosso Deus escolher de todas as vossas tribos, para ali por o seu nome, e a sua habitação; e para lá ireis.

6 A esse lugar fareis chegar os vossos holocaustos, e os vossos sacrifícios, e os vossos dízimos, e a oferta das vossas mãos, e as ofertas votivas, e as ofertas voluntárias, e os primogênitos das vossas vacas e das vossas ovelhas.

7 Lá comereis perante o SENHOR vosso Deus, e vos alegréis em tudo em que puserdes a vossa mão, vós as vossas casas, no que vos tiver abençoado o SENHOR vosso Deus.

Os dízimos para o serviço do SENHOR

22 Certamente darás os dízimos de todo o fruto das tuas sementes, que ano após ano se recolher do campo.

23 E, perante o SENHOR teu Deus, no lugar que escolher para ali fazer habitar o seu nome, comerás os dízimos do teu cereal, do teu vinho e do teu azeite, e os primogênitos das tuas vacas e das tuas ovelhas; para que aprendas a temer ao SENHOR teu Deus todos os dias.

24 Quando o caminho te for comprido demais que os não possas levar, por estar longe de ti o lugar que o SENHOR teu Deus escolher para ali por o seu nome, quando o SENHOR teu Deus te tiver abençoado,

25 então vende-os, e leva o dinheiro na tua mão, e vai ao lugar que o SENHOR teu Deus escolher.

26 Esse dinheiro dá-lo-ás por tudo o que deseja a tua alma, por vacas, ou ovelhas, ou vinho, ou bebida forte, ou qualquer coisa que te pedir a tua alma; come-o ali perante o SENHOR teu Deus, e te alegrarás, tu e a tua casa;

27 porém não desampararás ao levita que está dentro da tua cidade; pois não tem parte nem herança contigo.

28 Ao fim de cada três anos tirarás todos os dízimos do fruto do terceiro ano, e os recolherás na tua cidade.

29 Então virá o levita (pois não tem parte nem herança contigo), o estrangeiro, o órfão e a viúva, que estão dentro da tua cidade, e comerão, e se fartarão, para que o SENHOR teu Deus te abençoe em todas as obras que as tuas mãos fizerem.

Não há subterfúgios para se escapar da obrigação do dízimo e das ofertas, e isto é lembrado por esta passagem e reforçado em *Neemias* 10. 32-39; 13. 10-14:

A aliança do povo sobre guardar a lei

32 Também sobre nós pusemos preceitos, impondo-nos cada ano a terça parte dum siclo para o serviço da casa do nosso Deus;

33 para os pães da proposição, e para a contínua oferta de manjares, e para o contínuo holocausto dos sábados, das luas novas, para as festas fixas, e para as cousas sagradas, e para as ofertas pelo pecado, para fazer expiação por Israel, e para toda a obra da casa do nosso Deus.

34 Nós os sacerdotes, levitas e o povo deitamos sorte acerca da oferta da lenha que se havia de trazer à casa de nosso Deus, segundo as nossas famílias, a tempos determinados, de ano em ano, para se queimar sobre o altar do SENHOR nosso Deus, como está escrito na lei.

35 E que também traríamos as primícias da nossa terra, e todas as primícias de todas as árvores frutíferas, de ano em ano, à casa do SENHOR;

36 os primogênitos de nossos filhos, e os do nosso gado, como está escrito na lei; e que os primogênitos das nossas manadas e das nossas ovelhas traríamos à casa do nosso Deus, aos sacerdotes que ministram nela.

37 As primícias da nossa massa, as nossas ofertas, o fruto de toda árvore, o vinho e o azeite, traríamos aos sacerdotes, às câmaras da casa do nosso Deus; os dízimos da nossa terra aos levitas, pois a eles cumpre receber os dízimos em todas as cidades onde há lavoura.

38 O sacerdote, filho de Arão, estaria com os levitas quando estes recebessem os dízimos, e os levitas trariam os dízimos dos dízimos à casa do nosso Deus, às câmaras da casa do tesouro.

39 Porque àquelas câmaras os filhos de Israel e os filhos de Levi devem trazer ofertas do cereal, do vinho e do azeite; porquanto se acham ali os vasos do santuário, como também os sacerdotes que ministram, e os porteiros e os cantores; e assim não desampararíamos a casa do nosso Deus.

Restaurada a manutenção dos levitas

10 Também soube que os quinhões dos levitas não se lhes davam, de maneira que os levitas e os cantores, que faziam o serviço, tinham fugido cada um para o seu campo.

11 Então contendi com os magistrados, e disse: Por que se desamparou a casa de Deus? Ajuntei os levitas e os cantores e os restitui a seus postos.

12 Então todo o Judá trouxe os dízimos do grão, do vinho e do azeite aos depósitos.

13 Por tesoureiros dos depósitos pus a Selemias, o sacerdote, a Zadoque, o escrivão e, dentre os levitas, a Pedaías; como assistente deles a Hanã, filho de Zacur, filho de Matanias; porque foram achados fiéis, e se lhes encarregou que repartissem as porções para seus irmãos.

14 Por isto, Deus meu, lembra-te de mim, e não apagues as beneficências que eu fiz à casa de meu Deus e para o seu serviço.

A ligação do econômico com o sagrado é notaria nesta passagem, pois o cargo e função de tesoureiro são dados a um sacerdote, ou seja, a esfera religiosa contém a esfera econômica – uma visão sagaz à época, não se pode negar.

Como último exemplo, aqui citado, do Antigo Testamento, menciono uma passagem emblemática desse contexto histórico: *Malaquias 3. 6-12*:

O roubo no tocante aos dízimos.

6 Porque eu, o SENHOR, não mudo; por isso vós, ó filhos de Jacó, não sois consumidos.

7. Desde os dias de vossos pais vos desviastes dos meus estatutos, e não os guardastes; tornai-vos para mim, e eu me tornarei para vós outros, diz o SENHOR dos Exércitos; mas vós dizeis: Em que havemos de tornar?

8 Roubará o homem a Deus? Todavia vós me roubais, e dizeis: Em que te roubamos? Nos dízimos e nas ofertas.

9 Com maldição sois amaldiçoados, porque a mim me roubais, vós, a nação toda.

10 Trazei todos os dízimos à casa do tesouro, para que haja mantimento na minha casa, e provai-me nisto, diz o SENHOR dos Exércitos, se eu não vos abrir as janelas do céu, e não derramar sobre vós benção sem medida.

11 Por vossa causa repreenderei o devorador, para que não vos consuma o fruto da terra; a vossa vide no campo não será estéril, diz o SENHOR dos Exércitos.

12 Todas as nações vos chamarão felizes, porque vós sereis uma terra deleitosa, diz o SENHOR dos Exércitos.

O pacto com Deus não pode ser alterado, pois Ele próprio não muda. Não cumprir com o “estatuto” sagrado é algo inadmissível, mais ainda, o não entregar o dízimo e as ofertas é um roubo ao próprio Deus. Quem em sã consciência roubaria Deus?

O peso maior do discurso econômico bíblico é sem dúvida no Antigo Testamento; entretanto, encontram-se também no Novo Testamento e nos Atos dos Apóstolos algumas passagens sobre as ofertas e o dízimo.

Vejamos Mateus 22. 17-21, Lucas 21. 1-4 e Hebreus 7. 4-9:

A questão dos tributos

17 Dize-nos, pois, que te parece? É lícito pagar tributo a César, ou não?

18 Jesus, porém, conhecendo-lhes a malícia, respondeu: Por que me experimentais, hipócritas?

19 Mostrai-me a moeda do tributo. Trouxeram-lhe um denário.

20 E ele lhes perguntou: De quem é esta efígie e inscrição?

21 Responderam: De César. Então lhes disse: Daí, pois a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus.

A oferta da viúva pobre.

1 Estando Jesus a observar viu os ricos lançarem suas ofertas no gazofilácio.

2 Viu também certa viúva pobre lançar ali duas pequenas moedas;

3 e disse: *Verdadeiramente vos digo que esta viúva pobre deu mais do que todos.*

4 *Porque todos estes deram como oferta daquilo que lhes sobrava; esta, porém, da sua pobreza deu tudo o que possuía, todo o seu sustento.*

O sacerdócio de Cristo é superior ao sacerdócio levítico.

4 *Considerai, pois, como era grande esse a quem Abraão, o patriarca, pagou o dízimo, tirando dos melhores despojos.*

5 *Ora, os que dentre os filhos de Levi receberam o sacerdócio, têm mandamento de recolher, de acordo com a lei os dízimos do povo, ou seja, dos seus irmãos, embora tenham estes descendido de Abraão;*

6 *entretanto, aquele cuja genealogia não se inclui entre eles, recebeu dízimos de Abraão, e abençoou o que tinha as promessas.*

7 *Evidentemente, é fora de qualquer dúvida, que o inferior é abençoado pelo superior.*

8 *Aliás, aqui são homens mortais os que recebem dízimos, porém ali, aquele de quem se testifica que vive.*

9 *E, por assim dizer, também Levi, que recebe dízimos, pagou-os na pessoa de Abraão.*

As passagens do Novo Testamento são menos explícitas do que as do Antigo, de toda forma procuram manter o fluxo do dízimo e das ofertas, pois sem eles não há instituição religiosa, não há religião organizada.

Em nota de rodapé, letra d, de página 1684, da Bíblia de Jerusalém,¹¹ elucidamos a respeito deste assunto:

*“Sobre o dízimo, cf. Dt 14,22+. Conforme os escritos sacerdotais (Lv 27,30s; Nm 18,21-31), é imposto para o sustento do clero, centralizado no santuário único (Ver também Ne 10,36s; 12,44)”.*¹²

¹¹ BÍBLIA. Português. *A Bíblia de Jerusalém*. Trad. Euclides Martins Balancin et alii. São Paulo: Paulus, 2002.

¹² Um pequeno e atual exemplo: “Depois de muita reflexão acerca dos desafios da ação evangelizadora no Brasil, nossos pastores, inspirados por Deus, têm tomado cada vez mais consciência de que o melhor modo para manter as obras de evangelização, através dos diversos trabalhos desenvolvidos em nossas

A referida alusão é cristalina e não deixa dúvidas quanto ao fim último (a função não declarada e até não percebida por muitos) do dízimo, como também das ofertas, e é o que se constata nos trechos acima, retirados do Antigo e do Novo Testamento: fim econômico, mas, dentro de uma perspectiva de economia social, que permeia os códigos, morais, de parentesco, de guerras, de trabalho; enfim, que regem a vida social do povo de Deus, formando e conformando esse complexo entrelaçamento entre sagrado e profano.¹³

Dentro deste viés, o dízimo e as ofertas funcionam como reguladores econômicos de distribuição de renda, visando a uma justiça social, derivada dos mandamentos do SENHOR.

O tom de ameaças e de imposição, exortando ao pagamento deste tributo sagrado, mostra a dificuldade de convencimento do povo de Deus, de a Ele se curvarem e cumprirem com sua obrigação tributária. Por várias vezes, em diferentes momentos, sacerdotes têm que clamar pelo percebimento do imposto, apelando ao temor de Deus e a suas possíveis punições aos inadimplentes.¹⁴

A presença de termos econômicos no discurso religioso, como se vê, vem de longa data, não é uma novidade; quando muito, foi esquecida, e aí, implicou num debate sobre o discurso e o comportamento religioso/secular contemporâneo dentro, basicamente, das ramificações da cristandade: catolicismo,¹⁵ protestantismo e demais correntes espiritualistas cristãs; sendo que, dentre as religiões abraâmicas, o protestantismo vem crescendo mais intensamente como objeto de estudo pelo meio acadêmico.¹⁶

paróquias, desde o anúncio do Evangelho até o socorro aos necessitados e a manutenção dos edifícios destinados às reuniões dos fiéis, é aquele querido pelo próprio Deus e por Ele revelado nas Sagradas Escrituras: **o Dízimo**” (SETEMBRO: MÊS DA BÍBLIA, MÊS DO DÍZIMO. Informativo da Paróquia de N. S. de Lourdes. Igreja do padre João Maria - Arquidiocese de Natal, Ano III – Nº 001 – Setembro/outubro de 2005).

¹³ Quem arriscará dizer que as representações do mundo não são mais exclusivamente sagradas, nem exclusivamente de domínio secular, mas sim um artefato mental híbrido destas duas dimensões do imaginário humano?

¹⁴ Atualmente há estratégias mais “suaves” de convencimento para o pagamento/doação do dízimo e das ofertas: **desafiar a Deus**: pague antecipado e exija o seu direito de receber as bênçãos (VIERA FILHO; 2006: 143).

¹⁵ CORREIA (2003) aborda em seu estudo, o comportamento da Igreja Católica no Brasil frente à esfera econômica, discutindo as idéias de vários autores (Max Weber, Werner Sombart, entre outros) dentro do pólo: protestantes versus católicos. O que vem somente a corroborar o fato da dimensão econômica, mais ou menos, nessa ou naquela denominação religiosa, se fazer presente.

¹⁶ De acordo com CAPELLARI (2001) a produção sobre as religiões evangélicas no meio acadêmico e na produção de livros, só perde em número para os estudos sobre as religiões afro-brasileiras. Este trabalho não computou a produção sobre a religião católica. O autor faz um inventário bem interessante das

Os dízimos e as ofertas que os fiéis doam aos sacerdotes (qualquer que seja o credo religioso, muito embora o foco presente deste trabalho seja a cristandade) são, atualmente, compostos quase que exclusivamente de papel moeda. Outrora, como à época da Bíblia, além de moeda, bens do setor agropecuário eram dados em holocausto ao SENHOR. Será que a opção no mundo contemporâneo pelo sacrifício do dinheiro modifica alguma coisa na relação de quem doa e, portanto, se sacrifica no Altar de Deus? E a relação com os sacerdotes, que agora, ao invés de receberem animais e gêneros alimentícios para o seu sustento por pregarem a palavra de Deus, recebem em espécie numerária, em *cash*, o que muda?

Muda que a prosperidade do corpo sacerdotal se realiza nesta vida (individualmente e/ou coletivamente), justamente em função do sacrifício do dinheiro feito pelos fiéis. A prosperidade financeira se transforma de tal forma que muitas vezes é difícil olhar uma instituição religiosa apenas como tal. Se outrora os dízimos e ofertas ocupavam um *locus* de subsistência (para o clero), o tempo presente revela uma economia, não de subsistência, mas de mercado, e bem entendido, mercado capitalista.¹⁷

Em sua dissertação *A dádiva Universal – reflexões em um debate ficcional*, Renata Apgaua discute o que ela designa como “a doutrina da abundância”, conceito siamês ao da “teologia da prosperidade”.

O objeto da investigação da autora é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), congregação religiosa mais do que na moda, sendo objeto de várias “campanhas” acadêmicas, uma das razões, para tanto, talvez a mais forte, seja justamente em função do conceito da teologia da prosperidade, tão em voga entre os movimentos denominados neopentecostais,¹⁸ fascinar pela “originalidade”.

pesquisas acadêmicas sobre as religiões, exceto a católica, dando o estado da arte do período indicado; mostrando, inclusive, que a Legião da Boa Vontade (LBV), tinha até então, sido alvo apenas de uma pesquisa. Atualmente já são dois trabalhos acadêmicos sobre a LBV e com o presente serão três.

¹⁷ O interesse sobre este assunto no Brasil vem aumentando. O recente trabalho, *Economia das Religiões*, publicado pela Fundação Getúlio Vargas é um bom prenúncio do “despertar” para o poder econômico do dízimo e das ofertas.

¹⁸ “*O Pentecostes* – Tendo-se completado o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar, De repente, veio do céu um ruído como o agitar-se de um vendaval impetuoso, que encheu toda a casa onde se encontravam. Apareceram-lhes, então, línguas como de fogo, que se repartiam e que pousaram sobre cada um deles. E todos ficaram repletos do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia se exprimirem” (Atos 2: 1-4) *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1902. Este fenômeno ocorreu, segundo a Bíblia, cinquenta dias após a ascensão de Jesus aos Céus. A língua de fogo é o Espírito Santo prometido por Ele aos seus discípulos. Para uma classificação do **neopentecostalismo**, Apgaua recorre à Mariano: “Mariano propõe uma tipologia inspirada na idéias de ‘três ondas’, que está presente, segundo ele, não só nos estudos de Freston, mas também nas análises de estudiosos dos EUA, onde o termo ‘onda’ é muito utilizado. Se Freston nomeia apenas as igrejas da primeira onda, chamando-as de clássicas, Mariano vai além, classificando também as igrejas da segunda e terceira ondas. Sendo mais exata, ele define a segunda onda de pentecostalismo neoclássico e a terceira de

Exemplo disto é o complexo empresarial construído e em construção pela Igreja Universal do Reino de Deus, que compreende as seguintes empresas e organizações filantrópicas, além dos templos e catedrais: a) empresas: Gráfica Universal Indústria e Comércio; Gravadora Line Records; UNITEC Engenharia e Empreendimentos; Turismo Universal; fábrica de móveis; Sambolisa Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários; Jornal Folha Universal; Jornal Hoje em Dia; 22 emissoras de rádio; Rede Record de Televisão; Record News. b) filantropia: Escola educação Universal em Salvador; asilo para idosos em Belo Horizonte; orfanato Lar Universal e a Associação Educacional e Assistencial Reino de Deus no Rio de Janeiro; a Sociedade Pestalozzi em São Paulo e a Creche Lar Universal em Uberlândia (BARROS; 1995: 41; www.folhauniversal.com.br e TAVOLARO; 2007).

Aliás, não é de hoje que se constata o enriquecimento material das organizações religiosas: a Igreja Católica com seu acúmulo de bens imóveis e monetários ao longo da história, a partir da sua cooptação pelo Imperador Constantino o Grande, em 312 d.C., como credo oficial, passando de perseguida a perseguidora, dando sinais de que os dízimos e ofertas perdem o caráter de subsistência para adquirirem o caráter de acúmulo de riquezas.¹⁹

neopentecostalismo. A primeira onda pentecostalismo clássico, está associada ao período 1910-1950 e compreende a Congregação Cristã no Brasil e a Assembléia de Deus. A segunda onda, pentecostalismo neoclássico, formou-se no início da década de 50, sendo composta pela Igreja do Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, deus é Amor e Casa da Benção. A terceira onda corresponde à vertente neopentecostal, originada na segunda metade dos anos 70, vindo a crescer de forma acelerada nos anos 80 e 90, sendo principais igrejas a Universal do Reino de Deus, 'ponta-de-lança do neopentecostalismo', a Internacional da Graça de deus, a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra e a Renascer em Cristo. [...]. O autor em questão considera que a passagem da primeira para a segunda onda está antes associada a um desdobramento institucional do que a mudanças no núcleo dogmático do pentecostalismo, ainda que se tenha mudado de ênfase em relação a qual dom do Espírito Santo deva ser considerado como o mais importante. Relembrando, se para as igrejas da primeira onda é o dom da glossolalia, para as da segunda é o dom de cura. Por outro lado, o autor aponta três características das igrejas da terceira onda que demonstram as divergências teológicas em relação às duas ondas anteriores: ênfase jamais vista nos cultos de exorcismo, demonstrando que o Demônio ganha demasiada importância; adesão à Teologia da Prosperidade, associada à busca de abundância nos planos físico, espiritual e financeiro e, finalmente, liberalização de usos e costumes. Parece 'senso comum' no meio acadêmico que as igrejas neopentecostais estão alicerçadas sobre o tripé cura-exorcismo-prosperidade" (APGAUA; 1999: 27-8).

¹⁹ Rememorando esse episódio da história: "[...] Constantino compreendeu que o império precisava duma força unificadora. Pelo ano de 312 A.D. tornou-se evidente que a Igreja Cristã poderia proporcionar-lhe esse meio. Uma grande proporção das diferentes nacionalidades da vasta população do império era cristã. Embora Constantino fosse pagão, adotou a cruz cristã como seu emblema e expediu um decreto prometendo tolerância e clemência para os membros da fé, desde que eles nada fizessem 'contra à disciplina'. No ano seguinte, 313 A.D., publicou outro decreto tornando-lhes a liberdade completa e dando ao cristianismo uma condição igual a toda e qualquer outra religião dentro do império. [...] Pelo ano 319 A.D., Constantino tinha concedido à jovem Igreja outro favor: o clero foi isento de obrigações públicas, ficando livre para os fins primordiais de sua vocação. Uma concessão ainda maior foi feita nesse mesmo ano, a qual impressionou muito favoravelmente os leigos. Todas as formas de sacrifício pagão foram totalmente proibidas. O paganismo estava sendo apagado e o cristianismo definitivamente em ascensão. [...] em 321 A.D., Constantino decretou outra lei, pela qual todo o trabalho era proibido no

Essas considerações mostram a dinâmica da história social do movimento religioso (dos ramos católicos e protestantes) e leva-nos a uma questão primordial: as instituições religiosas se tornam empresas de fé e a fé se torna uma moeda de barganha pelos fiéis com os intermediários de Deus, os sacerdotes; logo, não há como negar a relação do sagrado com o mercado, tal relação é factual, mas as conjecturas sobre a mesma é que são discutíveis e discutidas.

É interessante observar que Apgaua, como muitos pesquisadores, organiza suas idéias em torno do diálogo entre dois paradigmas: um paradigma economicista, advindo de Bourdieu²⁰ (1992) e um paradigma da dádiva, este último baseado entre outros, em Marcel Mauss (2001) e Godbout (1997). Suas conclusões vão em direção a uma crítica ao universo daqueles acadêmicos que desenham um cenário economicista/utilitarista; por outro lado, defende o universo da dádiva como uma realização “não-interesseira” por parte dos sacerdotes com seus fiéis.

Ocorre que a dimensão da dádiva, formulada por Mauss e autores posteriores, é pertinente a um sistema social de representações muito diverso da esfera social do mundo judaico-cristão, e isso faz toda a diferença ao se abordar o tema da religião e economia. A especificidade das relações sociais num mundo pagão, ágrafo, com economia de subsistência e sem estado é de ordem, para dizer o mínimo, muito particular, e universalizar as conclusões dessas sociedades para as sociedades

domingo cristão. Para fortificá-la financeiramente, a Igreja teve permissão de receber legados, e assim se tornou receptora de muitos ótimos presentes das propriedades de membros falecidos. Para apressar a expansão de sua planta física, Constantino dava vastos presente ao clero e auxiliava de outros modos na construção de belas igrejas nas cidades maiores. [...] O cristianismo tinha-se tornado realmente a religião do estado, e cristo, de certo modo, havia conquistado César. Depois, como para tornar mais certas essas bodas da Igreja e do estado, Constantino foi batizado em seu leito de morte, no ano 337 A.D.” (KEYES; 1962: 185-6).

²⁰ “A presença de elementos associados ao econômico na religião neopentecostal é vista com olhares surpresos, se não indignados, instigando estudos para uma compreensão da forma como o cenário religioso tem se apresentado em consonância com a esfera econômica. Se antes modelos teóricos como o de Bourdieu já eram utilizados para pensar a religião, agora a utilização de suas idéias potencializa-se; suas categorias: empresa, cliente, dentre outras, parecem se encaixar como uma luva, quando se trata de analisar o universo neopentecostal. A lógica interna da economia de mercado é vista no interior do campo religioso, se é que é possível traçar fronteiras precisas entre as diferentes esferas sociais. Parece sutil a distinção, mas o modelo bourdiano, por exemplo, já não é mais visto como um modelo heurístico para pensar possíveis relações entre atores sociais. Suas categorias econômicas, como empresa, cliente, não são utilizadas com a finalidade das analogias didáticas; elas são empregadas literalmente. Se tal modelo parece “encaixar-se” na análise de qualquer religião, no caso do neopentecostalismo, “encaixa-se” duplamente. Não só fomos vencidos pelo primado da razão prática, mas, no limite, passamos a viver em um mundo onde as igrejas neopentecostais transformaram-se em empresas e seus fiéis em consumidores” (APGAUA, 1999: 59). Segundo a autora, é o viés tomado, por Mariano (1995, 1996 e 1998); Campos (1998) e Guareschi (1995).

monoteístas, com escrita, com economia industrial e com estado, pode induzir a alguns equívocos.

Embora as relações sócio-religiosas visem, no discurso, ao pacto com Deus, seu dia a dia emerge como uma relação econômica capitalista (mundo moderno e atual). Esse foco nas relações sociais construídas independe do simbólico para justificá-las como verdade, verdade mítica ou de qualquer espécie.

Em editorial da Folha Universal, o auto-proclamado Bispo Edir Macedo, sob o título A VONTADE DE DEUS, comenta que:

“Lembro-me bem de quando, ainda recém-convertido, tinha medo de ser rico, porque a palavra de Paulo a Timóteo diz que o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males. Pensava entender bem tal mensagem. Mais tarde, porém, descobri que estava totalmente equivocado e que a minha falta de entendimento dessa palavra de Paulo, na verdade, inibia a minha fé.

Será que esse conselho apostólico serve para conduzir os filhos de Deus à miséria e os filhos das trevas à riqueza? Seria essa, então, a vontade de Deus?

Claro que não! Se assim fosse, Deus não abençoaria Abraão, Isaque, Jacó, Jó, Davi e todos os demais servos que Lhe foram fiéis, no passado, com grandes riquezas.

Paulo define o amor ao dinheiro como o princípio de todos os males. O dinheiro não é mau, mas o amor a ele, sim! O dinheiro é péssimo senhor, mas excelente servo. Se ele é feito senhor, obviamente seus servos vão sofrer o “princípio do inferno” já neste mundo.

[...]

Embora a advertência de Paulo se refira apenas ao amor ao dinheiro, o Senhor Jesus vai muito além ao dizer: “Onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração” (Mateus 6.21). O coração só estará bem e seguro quando o “tesouro” for o Senhor Jesus.

[...]

O dinheiro não é mau; o ente querido, a profissão de sucesso, ou coisa parecida, também não. Mau é colocar o coração no dinheiro ou em qualquer outra coisa ou pessoa.

Quando ainda jovem convertido, como eu disse, tinha verdadeiro pavor do dinheiro, porque o achava inimigo da minha fé. Por conta disso, me conformava com a miséria, até o dia em que precisei do dinheiro para suprir minha família de alimento. Foi diante da urgente necessidade que apelei ao meu Pai Celestial o cumprimento de Suas promessas. Cobrei dEle, em Cristo Jesus, os meus direitos. Desde então, nunca mais faltou qualquer coisa na minha casa [...] (MACEDO, Edir, Folha Universal, nº 18, Ediminas S/A - MG: EDIÇÃO NACIONAL, 2.308.000 exemplares, de 12 a 18 de agosto de 2007, p. 2).

Corroborando a fala neopentecostal, com sua coloração própria do universo católico, João César das Neves, em seu livro, *A Economia de Deus*, nos diz:

O melhor empresário que o mundo alguma vez viu é, certamente, Jesus Cristo.²¹ Jesus Cristo trabalhou durante muitos anos numa empresa de carpintaria (alguns deles até em regime de <<trabalho infantil>>). Aí teve clientes, fornecedores, trabalhadores, problemas de gestão e de inovação. Mas, sobretudo, Cristo fundou o mais duradouro e influente empreendimento da História, a Igreja. Não podemos, pois, ter dúvidas em olhar Jesus Cristo como empresário (NEVES; 2001: 110).

O autor teceu diversas colocações na tentativa de demonstrar, mais do que mostrar, a exeqüibilidade do mundo dos negócios, do empreendedorismo capitalista, em comunhão com Deus.²²

Ressalto o ponto comum ao universo judaico-cristão e que é o ponto pertinente aqui: o mundo e tudo o que há nele, orgânico e inorgânico, pertence, como propriedade,

²¹ Fala-se tanto de Jesus Cristo, mas pouco se sabe realmente sobre ele, nem se de fato nasceu, mesmo quando “cerca de 2 bilhões de pessoas comemoram o Natal. Um terço da humanidade. Durante muito tempo a data nada teve a ver com o nascimento de Jesus. Era o dia de comemoração da Saturnália, festa pagã que marcava o solstício de inverno no Hemisfério Norte. Diferente da morte e ressurreição de Cristo, que coincidem com a Páscoa Judaica, até hoje não há indicações precisas a respeito de seu nascimento. Só no ano de 336 houve consenso a respeito de seu aniversário. O responsável foi o Papa Júlio I, que tomou de empréstimo a data da Saturnália e definiu quando devemos comemorar o Natal” (revista Almanaque Brasil de cultura popular, nº 57, ano 5, dez, 2003: 17). O fato é que falar sobre Jesus Cristo é falar sobre um mito, a personagem histórica, se existiu, já se perdeu a muito no imaginário humano. Assim sendo, tudo é factível.

²² A luta pela hegemonia religiosa dentro da cristandade pela Igreja Católica é perene e global - um exemplo disso pode ser encontrado em MACHADO (2002).

a Deus. Então, como inquilinos, nada mais justo do que pagarmos ao proprietário o devido aluguel (dízimos e ofertas), mesmo que ele seja invisível – terá sido essa a inspiração para “A Mão Invisível” de Adam Smith, em sua obra *Uma Investigação Sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações*?

Em síntese:

- a) **Motivação** → discurso religioso marcado por noções econômicas que estimulam os agentes sociais a investirem no divino, em busca da salvação;
- b) **Meio** → sacrifício do dinheiro através das ofertas e dízimos nos cultos religiosos, buscando selar o pacto com Deus; e
- c) **Fim** → busca da prosperidade total, o paraíso é aqui e agora para os filhos e filhas de Deus: a salvação alcançada.

Afinal, pobreza e santidade vêm juntas? E a prosperidade aos filhos de Deus: cura para as doenças, sucesso na vida profissional, felicidade na vida familiar e pessoal em largo sentido, riquezas materiais e espirituais, em suma, uma vida de abundância; como ficam nesse cenário de aliança com Deus? Deus católico, Deus protestante, Deus Espírita, Deus..., que Deus é esse afinal²³?

É possível o homem voltar para o Paraíso do qual foi expulso? Lendo a Bíblia, o dito Paraíso é apenas certa região geográfica da Terra, em certa época. Mas o Reino de Deus, onde estará? Aqui ou acolá?

Exigir e cobrar de Deus as promessas que Ele fez de prosperidade a seus filhos, mas que filhos são esses? Os descendentes de Abraão? Todos? Os legítimos e os filhos de concubinas? Quais então?

Por que a prova de fé tem sempre de ser através de contribuições financeiras? Por que o dizimista tem o direito de provar de Deus e cobrar d’Ele tudo o que Ele prometeu? Fidelidade a Deus por meio de ofertas e dízimos? Quem disse e quem diz que o dinheiro é uma ferramenta sagrada usada na obra de Deus, para com Ele realizar uma sociedade? E de que espécie é essa sociedade? Onde está o sócio invisível, que jamais aparece? Isso é o perfeito sacrifício?

²³ No filme “Santo Forte”, realizado em 1999, de Eduardo Coutinho, uma das narradoras diz que nas diferentes igrejas, é salvo quem paga – o que corrobora a tese da economia da esmola, aqui levantada. O filme é um documentário que aborda a intimidade de católicos, umbandistas e evangélicos de uma favela carioca.

Se o fiel deve ofertar tudo para que sua aliança com Deus seja absoluta, volta-se ao pressuposto católico de pobreza e santidade; ou será que após se dar todo o dinheiro, Deus vai devolver tudo em dobro, em triplo, em quádruplo, em... E nesse caso, então, para que dar algo, só para provar a fé²⁴? Se Deus é todo poderoso, já sabe quem tem fé e quem não tem... Ou será que o consideram não tão poderoso assim?

Essas interrogações são pertinentes ao que podemos chamar de “Economia de Deus”, servem desde já de guias para a investigação do universo econômico dentro do pensamento religioso – entranhas do imaginário humano, do qual o mesmo surgiu com as características aqui apresentadas.

Até porque, fica entendido, pelo que se viu até agora, que o *ethos* protestante está fundeado no Antigo Testamento, enquanto que o *ethos* católico é ancorado no Novo Testamento. Isto, aliás, não é novidade, mas dá alguns ingredientes para a explicação da teologia da prosperidade dos protestantes, lato senso, e da teologia da pobreza para os católicos, também, lato senso (e demais tendências cristãs que se espelham ora num, ora noutro, ou mesmo em ambos).

O interessante é que, para a economia da esmola, ambas as tendências foram benéficas, pois o racionalismo econômico corre na veia dos dois principais ramos cristãos, apenas se manifestam de formas diferenciadas ao longo da história.

Os dízimos e ofertas, em sua dimensão secular, vieram acompanhando os comportamentos econômicos nos processos históricos das sociedades, mas e a sua dimensão sacral, como se comportou? Tem sido atemporal, uma hierofania?²⁵

A pesquisa realizada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, coordenada por Marcelo Côrtes Neri, sob o título, *Economia da Religiões*, ao comentar sobre a ética pentecostal como sendo uma variante da tese weberiana, realça uma característica pertinente ao movimento religioso como um todo, e não apenas aos ramos protestantes:

²⁴ Em MACEDO (2005: 84), encontramos um trecho elucidativo quanto a discussão sobre a fé, na perspectiva neopentecostal: “A fé sobrenatural requer completa aceitação, e não precisa de nenhum ato ou argumento que possa fundamentá-la ou colocá-la em dúvida. Ela só funciona quando ocupa soberanamente o coração da pessoa. Não dá espaços para dúvida, nem divide o seu lugar com qualquer outra atitude; não faz concessões, não aceita especulações ou questionamentos” - ou melhor, sobre a não-discussão.

²⁵ De acordo com Eliade, “Este termo é cômodo, pois não implica nenhuma precisão suplementar: exprime apenas o que está implicado no seu conteúdo etimológico, a saber, que algo de sagrado se nos revela. [...] a manifestação de algo ‘de ordem diferente’ – de uma realidade que não pertence ao nosso mundo – em objetos que fazem parte integrante do nosso mundo ‘natural’, ‘profano’.” (ELIADE; 2001a: 17).

A idéia é que, enquanto o protestantismo tradicional liberou o cidadão comum da culpa de acumulação de capital privada, as novas seitas pentecostais liberaram a acumulação privada de capital através da Igreja. A maior ligação entre o espírito empresarial e a organização religiosa propiciou a adoção de novas práticas, tais como estratégias de comunicação através da compra de emissoras de televisão e rádio, a adesão de sistemas de franquia, uma maior ligação entre política e a igreja, entre outras (NERI, 2007: 33).

A “liberalização” é geral em todas as designações religiosas e espiritualistas, só variando o grau da mesma. E prossegue mais adiante:

*O protestantismo, hoje tradicional, vicejou em lugares que se tornariam o centro dinâmico do capitalismo de então. As novas crenças emergentes no Brasil estariam prosperando numa fase de descrença quanto à possibilidade individual de ascensão social e profissional. Complementarmente, as novas igrejas pentecostais estariam numa época de escasso crescimento econômico, ocupando o lugar do estado na **cobrança de impostos**²⁶ (dízimo e outras contribuições) e na oferta de serviços e redes de proteção social. Discutir política social sem levar em conta a atuação de entidades religiosas é deixar de fora um elemento fundamental. O crescimento de informalidade que marcou a sociedade brasileira durante as chamadas décadas perdidas encontraria eco nas novas estruturas criadas pelos movimentos pentecostais. O caráter embrionário de algumas destas religiões ofereceria os graus de liberdade necessários para a adaptação da doutrina a novos aspectos da realidade que se apresenta (NERI, 2007: 33-4).*

As contribuições, os dízimos e ofertas às religiões e as doações às organizações filantrópicas, como já esboçado nessa citação, ocuparam, vagarosamente, o *locus* dos tributos, e, por conseguinte, algumas das atribuições do Estado.

²⁶ Grifos meus.

É uma façanha, no entanto: os dízimos, as ofertas e as doações são tributos pagos de “coração” a Deus ou em prol dos mais necessitados, sendo a sua guarda (dos bens e quantias doados) dada a grupos de empresas filantrópicas e entidades religiosas, quase que sem qualquer contrariedade (por parte dos agentes que realizam as ofertas etc.).

Essas tendências, “cobranças de impostos”, “prestação de serviços sociais”, “proteção social” etc., são observadas no movimento espiritualista da Legião da Boa Vontade, que engloba traços das correntes protestantes, do Catolicismo e do Espiritismo kardecista – são afinidades eletivas que compõem a esfera religiosa e econômica dessa organização.

Antes de se entrar no universo “elebeviriano”, é bom que se alerte para o fato de que, apesar de se auto-proclamar um movimento ecumênico, a LBV dá claros sinais de sincretismo religioso, e tem como o carro-chefe o Livro do *Apocalipse* segundo João, interpretado por Alziro Zarur de acordo com sua visão espiritualista bastante eclética.

Esse livro, que encerra a Bíblia, é a descrição do Julgamento Final dos homens por Deus, que tem como pano de fundo um segundo dilúvio; segundo, pois no livro de abertura da Bíblia, *Gênesis – as origens do mundo e da humanidade: da criação ao dilúvio*, se tem a descrição do primeiro dilúvio.

Mas quantos dilúvios já ocorreram na história da humanidade?

*Inflige ao pecador o seu pecado,
Inflige ao transgressor a sua transgressão,
Pune-o levemente quando ele escapar,
Não exagere no castigo ou ele sucumbirá;
Antes um leão houvesse devastado a raça humana
Em vez do dilúvio,
Antes um lobo houvesse devastado a raça humana
Em vez do dilúvio,
Antes a fome houvesse assolado o mundo
Em vez do dilúvio,
Antes a peste houvesse assolado o mundo
Em vez do dilúvio.²⁷*

²⁷ Trecho extraído da obra, *A Epopéia de Gilgamesh*, o famoso rei de Uruk, na região da Mesopotâmia. Obra mais antiga que se tem notícia até os dias atuais. Escrita em tábuas de argila em cuneiforme. Estima-

O pórtico da Legião da Boa Vontade se entreabre, olhemos seu interior.

se um período de três mil anos ou mais antes de Cristo. É anterior ao tempo bíblico e já relata o acontecimento do dilúvio sob a égide dos deuses mesopotâmicos à época (p. 155). Sobre o simbolismo do dilúvio, indico a obra *Tratado das Religiões*, de Mircea Eliade: “As tradições de dilúvios ligam-se quase todas à idéia de reabsorção da humanidade na água e à instauração de uma nova época, com uma nova humanidade. Elas evidenciam uma concepção cíclica do cosmos e da história: uma época é abolida pela catástrofe e uma nova era começa, dominada por ‘homens novos’”(1998: 171).

CAPÍTULO I

HISTÓRIA SOCIAL DA LEGIÃO DA BOA VONTADE.

“... o historiador e o agente histórico escolhem, partem e recortam, porque uma história verdadeiramente total os confrontaria com o caos. [...] Mesmo uma história, que se diz universal, não é, ainda, mais do que uma justaposição de algumas histórias locais, no meio das quais (e entre as quais) os vazios são muito mais numerosos do que os espaços cheios. E seria vão acreditar que, multiplicando os colaboradores e intensificando as pesquisas, obter-se-ia um melhor resultado: na medida em que a história aspira à significação, ela se condena a escolher regiões, épocas, grupos de homens e indivíduos neste grupo, e a fazê-los aparecer, como figuras descontínuas, num contínuo, bom, apenas, para servir de pano de fundo. Uma história verdadeiramente total se neutralizaria a si mesma: seu produto seria igual a zero. O que torna a história possível, é que cabe a um subconjunto de fatos ter, num dado período, aproximadamente, a mesma significação para um contingente de indivíduos, que não viveram, obrigatoriamente, estes fatos, e que podem, mesmo, considerá-los a vários séculos de distância. A história não é, pois, nunca a história, mas a história-para. Parcial mesmo quando se proíbe de o ser, ela continua a fazer parte de um todo, o que é ainda uma forma de parcialidade.

(Lévi-Strauss, O pensamento selvagem.)

O Nascimento de um mito: o Templo da Legião da Boa Vontade na terra prometida.

Em 21 de outubro de 1989, surge, em Brasília - capital do Brasil -, o Templo da Legião da Boa Vontade (TBV). Um verdadeiro ícone da sacralidade ecumênica, em pleno planalto central do país, que, por muitas tendências espirituais e religiosas, é

considero como a pátria abençoada por Deus para liderar o futuro da espécie humana, ou mesmo o cenário da volta triunfal de Jesus Cristo, para o Julgamento Final.

A visão sagrada do surgimento de Brasília, tanto quanto a visão secular, deve ser entendida de uma perspectiva econômica, política e social, e mesmo, até, do ponto de vista bélico, por propiciar uma posição estratégica em caso de invasão marítima, na visão histórica da coroa portuguesa – os portugueses já pensavam em transferir o governo da colônia, sediado em Salvador, para o interior de seu território, longe dos portos marítimos, para garantir segurança aos governantes.

Na Constituição de 1891, houve a determinação de se demarcar uma área no Planalto Central, para a construção da futura capital da República. Então, em 1892, foi criada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, com 22 membros de diversas profissões, para se definir o quadrilátero que abrigaria a nova capital. A Comissão foi chefiada pelo engenheiro e astrônomo belga Luiz Cruls e ficou conhecida como Missão Cruls. Contudo, somente após 30 anos, em 1922, o presidente Epitácio Pessoa decretou a fixação do Distrito Federal e lançou a Pedra Fundamental da futura capital, na região de Planaltina (RIBEIRO, 2005: 13).

Holston lança alguma luz sobre esse lócus de poder mítico e secular que se tornou Brasília:

Desde a metade do século XVIII, a idéia de transferir a capital do Brasil para o interior desabitado foi o sonho de muitos visionários. Eles deixaram a Brasília o legado de uma mitologia do Novo Mundo em que a construção de uma capital no Planalto Central seria o meio de desencadear o florescimento de uma grande civilização num paraíso de abundância. Um desses visionários, o italiano João Bosco, tornou-se o padroeiro de Brasília devido a uma profecia desse gênero. Segundo os intérpretes de sua revelação, ele vislumbrou o lugar da cidade, 75 anos antes de sua construção, como sendo o da Terra Prometida. Em 30 de agosto de 1883, o santo sonhou que estava atravessando os Andes de trem, rumo ao Rio de Janeiro, em companhia de um guia celestial. Quando cruzaram o Planalto

Central, eles divisaram não apenas a superfície, mas também seus subterrâneos (1993: 23).²⁸ [...] A mitologia do Novo Mundo complementa a fundação de Brasília como um instrumento de desenvolvimento político e econômico. Desde o último quartel do século XVIII, reformadores, revolucionários e estadistas propunham a transferência da capital para o interior como meio de povoar, desenvolver e assegurar a posse do vasto sertão brasileiro. Era uma proposta defendida por pessoas com objetivos políticos tão diferentes quanto o autocrático marquês de Pombal, o revolucionário Tiradentes, o patriarca da Independência José Bonifácio de Andrade e Silva, e o diplomata Varnhagem. Desde seus primórdios, a “idéia de Brasília” (tal como é chamada) teve característica peculiar de atrair, como a imagem de um novo Brasil e como estratégia de desenvolvimento, o interesse de perspectivas políticas radicalmente diferentes, e mesmo violentamente opostas entre si. Essa idéia por fim obteve forma legal na primeira Constituição republicana de 1891. Seu artigo terceiro reservou uma área de 14 400 quilômetros quadrados no Planalto Central para a instalação da futura capital federal. Ao debaterem este artigo, os parlamentares argumentaram que a mudança da capital para o interior iria permitir ao governo estabelecer a soberania sobre todo o território do Brasil, longe da costa colonial e a salvo de ataques navais. Ao mesmo tempo, sustentavam que a mudança propiciaria a integração nacional ao estimular o desenvolvimento dos recursos do interior, gerando eixos de crescimento econômico a partir do centro em direção aos mais longínquos pontos do país. Durante os sessenta anos seguintes, esse preceito constitucional recebeu apenas uma atenção intermitente:

²⁸ Brasília foi construída no local em que o jovem padre italiano João Bosco sonhou como sendo a Nova Jerusalém, entre os paralelos 15 e 20. Dom Bosco se tronou o padroeiro de Brasília, e no local de sua visão profética foi construída uma capela em forma de pirâmide, chamada de Ermida de Dom Bosco. Interessante anotar a dimensão mítica que envolveu o surgimento histórico de Brasília – ao lado do aspecto geopolítico –, e a envolve até os dias atuais, sendo sede de várias agremiações religiosas e espirituais, das mais variadas alcunhas. O sonho: “Eu via as entranhas das montanhas e o fundo das planícies. Tinha sob os olhos as riquezas incomparáveis [...] as quais um dia serão descobertas. Via numerosas minas de metais preciosos e de carvão fóssil, depósitos de petróleo tão abundantes que jamais se virão em outros lugares. Mas não era tudo. Entre os paralelos 15 e 20 graus, havia um leito muito largo e muito extenso, que partia de um ponto onde se formava um lago. Agora, uma voz disse repetidamente: quando se vierem escavar às minas escondidas no meio destas montanhas, aparecerá neste sítio a Terra Prometida, donde fluirá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.” (Silva, 1971: 34, apud Holston, 1993: 24).

comissões foram encarregadas de delimitar o sítio da nova capital em 1892, 1946 e 1953; seu mandato legal foi reiterado nas constituições de 1934 e 1937 e na Assembléia Constituinte de 1946; dois presidentes, Epitácio Pessoa e Café Filho, elaboraram decretos para iniciar sua construção, em 1920 e 1955, respectivamente. Em 1922, uma pedra fundamental foi simbolicamente colocada no lugar onde hoje existe uma cidade-satélite (1993: 24-5).

Em plena campanha para presidente da república, em 1955, Juscelino Kubitschek lançou o compromisso de construir Brasília. Esse foi o carro-chefe de seu governo, tendo na data de 21 de abril de 1960, após 1.000 dias de construção, o ato oficial de inauguração da nova capital do Brasil – quase 68 anos depois do trabalho realizado pela Missão Cruls. O Distrito Federal ocupa uma área de 5.814 km², com altitude de 1.100 m acima do nível do mar, sendo o divisor das três mais importantes bacias hidrográficas brasileiras: as do São Francisco, do Paraná e do Tocantins.

Por que dou este salto no tempo, ao invés de começar pelos primórdios da metade do século passado, quando de fato a Legião da Boa Vontade (LBV) teve início, e opto por contar, sinteticamente, o surgimento de Brasília? Porque embora a sede mundial da LBV esteja localizada em São Paulo, como grande parte de seu complexo empresarial, Brasília foi escolhida para ser a sede de seu principal templo, em função do carisma mítico que carrega sua fundação, em paralelo ao fato de ser o centro de poder político do Brasil.

Importa deixar claro, desde já, que a trajetória da LBV, desde sua gênese, e de seus desdobramentos como organização religiosa, filantrópica e empresarial atua constantemente eivada de contradições e mitos, muitas vezes desdizendo o que foi afirmado categoricamente em momentos de um passado recente.

A causa para tanto pode ser identificada como uma adaptação às constantes mudanças do cenário social, político, econômico, religioso e moral pelo qual a nação brasileira passou. O período de 1950 a 2000, além de ser a ante-sala para o século XXI, é um período marcante de transformações para a vida social do Brasil. Cenário este, que é bem exposto no ensaio de João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais

(1998), *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna* – uma radiografia do Brasil para brasileiros.

Todavia, o enfoque messiânico do livro do Apocalipse de São João (Bíblia), e a ênfase na caridade, na doação e no ecumenismo, são características regulares desta organização e independem das transformações brutais pelas quais o país ingressou.

A gênese da Legião da Boa Vontade e o profeta Alziro Zarur (1950-1979).

O ano é 1950, um marco triste na memória esportiva brasileira, pois perdemos a Copa do Mundo de Futebol, em pleno estádio do “Maracanã”, na final, e logo para um rival sul-americano, o Uruguai. É o ano em que a primeira emissora de televisão brasileira foi ao ar na América-Latina (PRF 3 TV Tupi de São Paulo). Getúlio Vargas se candidatou e ganhou democraticamente as eleições para a Presidência da República (o retorno do ex-ditador nos braços do povo). O rádio ainda era a grande “fábrica” de sonhos, emoções e de sociabilidade.²⁹

No cenário internacional, a Guerra da Coréia monopolizava as preocupações de uma possível Terceira Guerra Mundial, podendo desembocar em um conflito nuclear. A Guerra Fria entre os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas estava no auge, com o senador norte-americano McCarthy insuflando a perseguição aos comunistas por todo “o mundo livre”.³⁰

Em um mundo social de sonhos paradisíacos e de temores apocalípticos, com o imaginário sendo fustigado incessantemente pelas disputas de poder político, econômico e, sobretudo, pelo poder simbólico, eis que surge no primeiro dia de janeiro de 1950, a Legião da Boa Vontade (LBV), fundada por Alziro Abraão Elias David Zarur (sugestivos sobrenomes bíblicos).

Zarur nasceu no Rio de Janeiro, em 25 de dezembro de 1914,³¹ tendo falecido em 21 de outubro de 1979. Profissionalmente, atuou como jornalista, radialista, sendo

²⁹ NOSSO SÉCULO. (1980), *Memória fotográfica do Brasil no século 20*, vol. 4, 1945/1960, São Paulo Abril Cultural.

³⁰ NOSSO SÉCULO. (1980), *Memória fotográfica do Brasil no século 20*, vol. 5, 1960/1980, São Paulo Abril Cultural.

³¹ Foi batizado na Igreja Católica Ortodoxa de São Nicolau, em 9 de fevereiro de 1915, com o nome de: Alziro Abraão Elias David Zarur (CAPISTRANO, 1979: 141). Seus pais, Sr. Elias Zarur e Sra. Ássima

também poeta e escritor. Participou da chamada "Era de Ouro" do rádio brasileiro. Sua voz impressionante lhe permitiu grande destaque como locutor. Em 1949, estreou um programa religioso na Rádio Globo, gênero que não havia praticado até então, obtendo grande sucesso de audiência.³²

A fundação da Legião da Boa Vontade (LBV) teve como objetivo a promoção do diálogo inter-religioso, visando, segundo Alziro Zarur, ao ecumenismo; daí que propunha e buscava a adesão de padres, pastores, líderes espíritas e de outras religiões, a chamada Cruzada de Religiões Irmanadas.³³ Também editava a *Revista Boa Vontade*.

Passados oito anos, abandonou o projeto dessa Cruzada, alegando despreparo dos participantes para o ecumenismo, procurando encobrir as divergências, além de centralizar as diretrizes da LBV sob seu único comando, concentrando a atuação da sua organização na promoção da caridade – a tentativa de ecumenismo havia naufragado, mas o discurso persistiu como marca *d'água* da LBV.

A LBV nasceu como uma associação civil de direito privado³⁴, beneficente, filantrópica, educacional, cultural, filosófica, apolítica, apartidária, anti-sectária, irrestritamente ecumênica, universalista e altruística, de âmbito internacional, sem fins lucrativos – obra que se autodenominou de solidariedade universal.³⁵ A Instituição se propunha a exercer suas atividades sem quaisquer preconceitos de religião, condição social, raça ou cor. Centrava sua prática em obras sócio-educacionais, como creches, lares de idosos, escolas, distribuição de alimentos (que ficou conhecida como “a sopa do Zarur”) e de vários gêneros e objetos doados a ela. O fundador presidiu-a e até 1979, quando faleceu, sendo sucedido pelo escritor, jornalista, radialista, compositor e poeta José de Paiva Netto (José Simões de Paiva Netto), que exercia então o cargo de Secretário Geral (equivalente a Vice-Presidente) – com praticamente o mesmo currículo

Zarur, imigrantes sírios, eram católicos ortodoxos. Posteriormente, Alziro Zarur veria a se casar também na mesma designação religiosa.

³² Trabalhou na revista carioca FON-FON de 1935 a 1957; nos jornais O Globo, Última Hora, Gazeta de Notícias, A Noite, O Dia, Luta Democrática e Diário da Noite. Como radialista passou pelas Rádios Marynk Veiga, Nacional, Globo, Tupi, Educadora, Transmissora, Guanabara, Tamoio, Eldorado, Quitandinha, Metropolitana e Mundial (CAPISTRANO, 1979: 20-36).

³³ “O ponto alto da LBV foi, sem dúvida, a CRUZADA DAS RELIGIÕES IRMANADAS que teve seu início a 7 de janeiro de 1950, [...] na qual proclama-se que a referida CRUZADA: é a solução de todos os problemas do Brasil e da Humanidade” (VIEIRA, 2000: 16). Para uma visão teológica da LBV remeto o leitor ao autor aqui citado.

³⁴ “... só na década de 50 a LBV começou a funcionar, oficialmente, como Instituição filantrópica, só registrada posteriormente, sob o número 1.989 L-A/2. Em 26 de julho de 1952, a Câmara do antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro) reconheceu-a de Utilidade Pública, por meio da Lei 714. E um Decreto-Lei de 19 de junho de 1956, que recebeu o número 39.424, deu-lhe o título de Utilidade Pública Federal. Assinou-o o Presidente Juscelino Kubitschek” (CAPISTRANO, 1979: 106).

³⁵ Como está grafado em seu Estatuto. Cf. anexo V.

profissional de Alziro Zarur, numa clara tentativa de projetar a imagem de seu antecessor sobre si.³⁶

Um dos instrumentos fundamentais para o crescimento da LBV era o rádio, e quando Alziro Zarur auferiu a propriedade da Rádio Mundial (que manteve sob sua propriedade de 1956 a 1966), após uma tensa batalha jurídica, fomentou o aumento dos núcleos que faziam a caridade em nome da LBV, pela absorção de mais adeptos através das ondas sonoras do rádio pregando a boa vontade...

Em 24 de junho de 1964, Alziro Zarur fundou o Partido da Boa Vontade (PBV), após o golpe militar. O partido lançaria seu fundador à presidência da República. Com o golpe de Estado dado em 1964 e a ditadura que se lhe seguiu, a intenção de governar o Brasil, pregando o ecumenismo e tendo como base a fundamentação ideológica da “boa vontade”, não se concretizou: o partido foi cassado pelo Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965, junto com todos os demais congêneres.

Anteriormente, outra cartada de cunho político havia sido dada: Zarur tentara o cargo de Governador do Estado da Guanabara (início da década de 1960), mas também fracassou nesta empreitada, mesmo se aliando a militares:

*O Partido Trabalhista Nacional, fundado pelo nobre General Severino Sombra, lançou a candidatura de Zarur ao Governo do antigo Estado da Guanabara. Diretor-Presidente da Rádio Mundial, Zarur teria que desincompatibilizar-se, afastando-se da Direção da emissora dentro do prazo estabelecido pela Lei Eleitoral. Não o fez, entretanto. E por uma razão proveitosa e humana. Condoído da sorte dos antigos companheiros da Rádio Mayrink Veiga, que saíra do ar encerrando suas atividades, escreveu uma carta aos ex-funcionários da velha PRA-9 colocando à disposição dos mesmos, para programas e **shows** cuja renda reverteria em benefício das respectivas famílias, os microfones da Emissora da Boa Vontade. O Tribunal Regional Eleitoral apoiou-se nessa carta, escrita em data que provava a não desincompatibilização do Diretor-Presidente da Mundial, para negar o registro da candidatura desse homem generoso cujo coração o impediu de governar o seu Estado. Sua vitória, nas urnas, seria*

³⁶ Enigmáticamente, Capistrano em seu livro sobre Zarur, jamais menciona a pessoa de Paiva Netto, chegando mesmo a indicar como sucessores naturais de Zarur seus dois filhos: “Paulo e Pedro Zarur serão, necessariamente, os continuadores do nome, da doutrina e da obra evangélica de seu magnânimo Pai” (CAPISTRANO, 1979: 99).

tranqüila com os votos de seus admiradores e amigos somados aos votos de mais de um milhão de Legionários fiéis à doutrina da LBV (CAPISTRANO, 1979: 103).

Criou a Religião de Deus em 7 de outubro de 1973³⁷, uma instituição religiosa e no ano seguinte, fundou a Agência Paz Promoções, que passou a ser responsável pelos lançamentos literários da LBV. Em 1976, Alziro Zarur alcançou um recorde de permanência no ar, com a impressionante quantia de 33 mil audições, tendo como tema predileto o livro do Apocalipse da Bíblia – tal alusão não tem como ser comprovada e entrou na categoria de *lenda* elebevisiana.

Mas de onde Alziro Zarur intuiu a criação da LBV e do empreendimento que dirigiu até seu falecimento?

Conta a *lenda*³⁸ que... a caridade era sua principal virtude, tanto que o seu apelido era “bom coração” desde a mocidade. O sucesso dos programas de rádio o transformou no profissional de maior salário do meio. Era o primeiro a ser pago e seus proventos nunca atrasavam, coisa rara na época. Com pena dos demais funcionários, emprestava uma parte do salário aos colegas todos os meses. Apesar de não abraçar nenhuma religião, Zarur sentia vontade de construir uma instituição de caridade. Mas, para tanto, esperava um sinal divino.

Alziro Zarur jamais recusava convites para visitar os templos religiosos, fossem católicos, protestantes, budistas, umbandistas ou centros espíritas – chegou a freqüentar o culto do positivismo no templo do Rio de Janeiro, era um admirador confesso de Augusto Comte –, e foi numa dessas visitas que participou de uma reunião mediúnica na Federação Espírita Brasileira, no Rio, em 1948, quando a médium Emília Ribeiro lhe disse:

³⁷ “A Legião da Boa Vontade sempre obedeceu à divina Lei de Evolução. Desde 1949, na repartição competente do Governo da República Federativa do Brasil, efetivou os quatro registros que representam as quatro fases evolutivas da Religião do Terceiro Milênio, o Comunismo Divino, cujo fundamento é a Lei Universal da Reencarnação. São as seguintes: 1ª) LBV anti-sectária, Campo Neutro de todas as religiões e filosofias existentes na Terra; 2ª) Religião do Novo Mandamento de Jesus; 3ª) Religião do Amor Universal; 4ª) **RELIGIÃO DE DEUS**, o Cristianismo do Cristo ou Cristianismo Total.” (Livro de Deus, 219).

³⁸ Este “a lenda” é uma referência explícita ao conteúdo sobre a história de Zarur encontrada no sítio eletrônico da LBV (www.lbv.org.br), de cunho apologista. O mesmo se dá no caso de Paiva Netto.

"Zarur, vi São Francisco ao seu lado o tempo todo e ele disse que é hora de começar".³⁹

Surpreso, mas eufórico, acreditou que esse era o "sinal" por que tanto ansiava. Logo, procurou saber tudo sobre a vida do Santo, comprando livros sobre o personagem e ao lê-los, foi tendo "visões", e buscou esclarecimentos com o auxílio do médium espírita Chico Xavier, a quem foi procurar na cidade de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais.

Nessa oportunidade, Chico Xavier psicografou orientações dadas pelos espíritos de Bezerra de Menezes, André Luiz e Emmanuel (o panteão, à época, dos espíritos que o médium "recebia"), confirmando a missão e encorajando Alziro Zarur a dar vida ao sonho de fundar uma instituição de caridade.⁴⁰

Assim, atendendo a um "chamado do alto", iniciou, em 4 de março de 1949, o programa *A Hora da Boa Vontade*, na Rádio Globo, defendendo o ecumenismo irrestrito e a confraternização das pessoas, independentemente de suas crenças. Foi nesse programa que Alziro criou a "Prece do copo d'água" – transportada das sessões espíritas do Kardecismo, o que gerou protestos e repreensões advindos do meio católico (da instituição e dos fiéis).

Com o sucesso desse programa radiofônico, Alziro Zarur fundou oficialmente, em 1º de janeiro de 1950, a Legião da Boa Vontade (LBV).

A LBV, embora afirme e reafirme seu cunho ecumênico, tem como sua base doutrinária mais forte à linha religiosa-filosófica do espiritismo kardecista, com seu foco na caridade e na reencarnação. Não é mero acaso que seu surgimento tenha se dado em um período de substancial preponderância do movimento espírita (Negrão, 1996: 68-9) – apesar das oposições do mundo católico⁴¹, podemos muito bem afirmar que a época era propícia e a "ocasião faz o profeta".

Nessa direção, segundo Paula,

³⁹ Ou seja, Alziro Zarur foi um agente religioso-filantropico com certo conhecimento e vivência do e no meio espiritualista, o que veio a facilitar a formulação da base doutrinária da LBV, o que sinaliza para que haja muito pouco de acaso neste caso (CAPISTRANO, 1979: 143-4).

⁴⁰ Informações retiradas do site www.lbv.org.br e também sem condições de confirmação até o momento. Sua relevância se dá por evidenciar a nítida tentativa de construção de um mito utilizando o espiritismo kardecista para tal fim.

⁴¹ As tensões da Igreja Católica contra outras agremiações religiosas cristãs e mesmo não cristãs, era muito forte à época do nascimento da LBV, o que pode ter dado inspiração para Alziro Zarur elaborar como elemento crucial de seu discurso, o tema *ecumenismo*. Atualmente, as tensões na esfera religiosa permanecem, mas sobre a ótica de um embate dentro de um escopo mais voltado para as técnicas de marketing, do que por um discurso fortemente moralista, embora este ainda atue no cotidiano dos fiéis.

“Allan Kardec é também considerado o ‘profeta’ que recebeu a ‘Terceira Revelação’, a dos Espíritos, que se seguiu à ‘Segunda’, a do próprio Deus através de Jesus, e à ‘Primeira’, a de Deus a Moisés (KARDEC, 1971, p. 27-30). A LBV dá prosseguimento ao trabalho desse ‘profeta’ e se diz a portadora da ‘Quarta Revelação’, ‘A DE DEUS, DO CRISTO E DO ESPÍRITO SANTO, que é a REVELAÇÃO DO NOVO MANDAMENTO’ (NETTO, 1989, p. 42). Quando, em 1973, Alziro Zarur proclamou e fundou a Religião de Deus, como é desde então chamada a religião dos legionários, ele a situaria na tradição kardecista [...]” (2003: 31).

Os legionários consideram a Religião de Deus como “a única Religião do futuro da Terra” (Paula, 2003: 32); uma recorrência histórica do conceito de *povo eleito de Deus*, que aqui, mais uma vez, se apresenta ao mundo profano.

Esta afirmação é uma constante em quase todos os livros da LBV após a implantação da Religião de Deus, corroborando a idéia inicial de Zarur da unificação do rebanho e das religiões; claro está: unificação sobe a égide beneplácita da LBV e agora da Religião de Deus. A unificação também se daria na Política, sob o manto protetor do Partido da Boa Vontade, e na Educação, e na Ciência, e na Filosofia etc. Para a consecução destes objetivos, bastava a utilização do livro do Apocalipse como guia e sob a égide interpretativa de Alziro Zarur e de Paiva Netto, e tudo se resolveria.

Clara tentativa de monopólio do sagrado? Nem tanto. Embora o discurso de Zarur propusesse constantemente a unicidade das diversas manifestações culturais da vida sob seu comando (segundo a vontade de Deus Pai e de Jesus, é lógico), o que se tinha era uma lúcida estratégia de se abocanhar uma fatia no mercado do sagrado, mercado ainda incipiente e quase exclusivo do Catolicismo: protestantes, espíritas kardecistas, cultos afro-brasileiros, religiões orientais e demais movimentos espiritualistas, uns mais, outros menos, ainda são marginalizados e perseguidos, e seu crescimento, à época, pouca sombra fazia à Igreja Católica (MONTES, 1998).

Daí, a ênfase no livro Bíblico do Apocalipse, iniciada por Zarur e seguida por Paiva Netto - embora com os devido ajustes “orientados” por Deus e Jesus e o Irmão Zarur no além, pois, afinal, o Apocalipse não ocorreu. Ou será que já nos acometeu e nem nos demos conta?

Essa estratégia delineava a tentativa de se angariar simpatia junto ao clero católico e a seus fiéis, com certa “originalidade” ao proclamar que trazia a boa nova do novo mandamento de Jesus, mandamento este que já estava há séculos escrito na Bíblia, e desde a reforma era divulgado em outras línguas, além do grego e do latim. Angariar simpatia também, junto a grupos políticos conservadores, quanto mais à direita melhor, e de estratos do corpo de oficiais das Forças Armadas.

Isso nada mais era do que a estratégia de *posicionamento*⁴², que implicava na tática de marcar seu território contra um oponente mais destacado. Assim, criava-se uma posição de relevo na mente dos agentes através do estabelecimento de uma nova categoria em oposição ao outro.

Este outro era o Comunismo ateu, as falsas religiões, os que se situavam contra a LBV, ou contra Alziro Zarur etc. E o novo posicionamento era o de trazer o mandamento, o novo mandamento de Deus, “amai-vos uns aos outros como eu vos amei”, que não tinha nada de novo, mas que era repetido insistentemente como se o fosse, e até então não divulgado.

Essa tática só funcionaria quando não se estivesse na liderança do empreendimento em que se atuava, e era o caso, pois a LBV estava surgindo e precisava demarcar seu campo de atuação – o que foi conseguido, se bem que não tanto quanto sonhava Alziro Zarur.

Pode-se argumentar que a LBV seja uma instituição filantrópica, o que formalmente está correto, e que, portanto não deve ser tratada como uma instituição religiosa. Entretanto, a história dessa organização nos aponta um movimento de cunho religioso e messiânico, ao menos em sua gênese:

A Legião da Boa Vontade (LBV), originária do Programa “Hora da Boa Vontade”, que o Presidente Alziro Zarur criou a 4 de março de 1949, dando seqüência à sua pregação de Evangelho – Apocalipse de Jesus, iniciada em

⁴² Conceito discutido em profundidade na tese de doutoramento em comunicação de REFKALEFSKY (1999).

1926,⁴³ e fundada em 1º de janeiro de 1950, sob inspiração desse mesmo Evangelho – *Apocalipse de Jesus em Espírito e Verdade à luz do Novo Mandamento do Cristo de Deus, prega o Ecumenismo Total, a união fraternal, através da Boa Vontade Divina, de todos os povos e nações da Terra em torno do Cristo Planetário, provado como está, pelo Novo Mandamento, a RELIGIÃO DE DEUS (Amai-vos uns aos outros como Eu vos amei. Nisto conhecerão todos que sois realmente meus discípulos: se vos amardes como Eu vos amei – Evangelho de Jesus, segundo São João, capítulo XIII, versículos 34 e 35), que todas as criaturas humanas são naturalmente CRISTÃS e que todas as religiões são evidentemente CRISTÃS, conforme os diversos graus da evolução espiritual, através da sublime Lei da Reencarnação.* (PAIVA NETTO, 1978: 12).

O chamamento para o início da obra era de cunho religioso-católico, pois era um santo da Igreja Católica que fazia a chamada a Alziro Zarur, e amparado na doutrina espírita kardecista, já que era através de uma sessão mediúnica que a mensagem fora transmitida:

Em 1948, Alziro Zarur jornalista, poeta, radialista famoso, assistia a uma sessão da FEB, na cidade do Rio de Janeiro, onde volitavam os eflúvios de um espiritualismo que provava a existência de Deus e a sua divina intervenção no destino da Humanidade. Era noite. E, na penumbra do ambiente em que se debatiam questões de caráter sobrenatural, a figura de Zarur sobressaía como a do Mensageiro de uma nova Missão de Justiça e de Paz num final de ciclo apocalíptico. Uma velhinha de olhos doces e cabeça de neve, a Senhora Emília Ribeiro Mello (na foto, com Zarur), olhava, piedosa e insistentemente, para o fundador da Legião da Boa Vontade, a quem, no fim da reunião, revelou a presença de São Francisco de Assis, com estas palavras:

- Meu Irmão, São Francisco de Assis está aqui a seu lado e lhe manda dizer que é chegada a hora de começar! (PAIVA NETTO, 1978: 51)

⁴³ Há uma nítida tentativa elebevisiana, de se fazer crer que aos doze anos, Alziro Zarur começou a pregar após uma visão e orientação direta de Jesus. Tal acontecimento não possui nenhuma constatação plausível, a não ser a referência, mais uma vez, à lenda que a LBV insiste em perpetuar, como é de se esperar, uma vez que a falta de elementos hierofânicos próprios é muito grande.

E mais, “A LBV começou com o Apocalipse”, este é o título do tópico **Zarur responde:**

P – Tenho ouvido, com prazer, as diversas equipes que se movimentam nos seus programas de rádio. Quando a Campanha da Boa Vontade, que tão boa influência trouxe à imprensa, ao rádio e à televisão, teve início?

*R – A Campanha da Boa Vontade, por um Brasil melhor e uma Humanidade mais feliz, teve início a 4 de março de 1949 na Rádio Globo. Contra todos os prognósticos dos “entendidos” em radiodifusão, venceu completamente, serenamente, divinamente. **Incrível como pareça, iniciou sua marcha EXPLICANDO O APOCALIPSE ÀS MASSAS POPULARES!** Dela surgiu a LBV, crescendo sempre, em todo o Brasil. E, um dia, que não vem longe, a LBV estará em todo o mundo, com a força do Novo Mandamento de Jesus. Voltando aos primeiros dias da LEGIÃO DA BOA VONTADE, num retrospecto emocionante, comparo a LBV à “trova perfeita” de Ademar Tavares, meu saudoso irmão Tavares:*

*Oh! Linda trova perfeita
Que nos dá tanto prazer,
Tão fácil – depois de feita,
Tão difícil de fazer.*

LBV – CHAMADA GERAL.

P – E o Senhor está satisfeito com o crescimento da LBV?

*R – Não acredito nas vitórias fulminantes, nos triunfos espetaculares, nas carreiras vertiginosas. A Natureza não dá saltos, dentro da Lei da Evolução, lei natural, que traz o selo de Deus. O que me alegra, na consolidação da LBV, é que ela pode ser comparada à perfeição do relógio. Como observou o velho Vauvenargues, a **perfeição de um relógio não reside no fato de andar depressa, mas no fato de regular perfeitamente.** A LBV vem crescendo sempre, com segurança. Graças à sua infra-estrutura evangélica e apocalíptica, já colocou o Brasil, espiritualmente, na vanguarda do mundo, como afirmou Pietro Ubaldi. Está, assim, pronta,*

preparada, para ir aos gentios de toda a Terra. Não foi isso que Jesus fez, quando foi buscar São Paulo na Estrada de Damasco? Estamos convocando, para esta luta gloriosa, todos os homens e mulheres da Boa Vontade de Deus. É a chamada geral de final de ciclo. (PAIVA NETTO, 1978: 241).

A ênfase colocada no livro bíblico, *Apocalipse*, de São João, como o comprometimento com a pregação evangélica, deixa translúcida a compreensão de quando do surgimento da LBV, embora o fosse como instituição filantrópica, a mesma era uma seita religiosa. Organizações filantrópicas não pregam o fim do mundo ou coisa do gênero, ou mesmo o evangelho, falam, isto sim, de caridade, lato senso, possuem diretrizes focadas no fraternismo etc., mas daí conclamar para “o final de ciclo”, soa mesmo como movimento messiânico, mas nunca como filantropia.

O messianismo e o movimento messiânico são entendidos como:

1. Messianismo: crença em um salvador que pode ser Deus ou seu emissário, sua chegada é aguardada com grande ansiedade, pois porá fim a injustiças e inaugurará uma nova era; e
2. Movimento messiânico: diz respeito à atuação coletiva sob a liderança carismática de um indivíduo considerado virtuoso em seu dom advindo do sagrado.

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz,

Um tempo de expectativa messiânica antecede sempre a vinda do líder, podendo-se confundir com a provação a que tem de se sujeitar para verificação de suas qualidades sobrenaturais, as quais são outrossim ratificadas pelos prodígios e milagres que executa. O messias é sempre “anunciado” por um personagem anterior (pré-messias) que lhe profetiza a vinda; ou então ele mesmo aparece, apregoa sua doutrina, retira-se para local incógnito ou santificado, para em seguida volver trazendo a Idade de Ouro ou Novos Tempos (2003: 30).

Embora seja uma característica desses movimentos se darem basicamente no meio rural, a possibilidade de surgirem em meio urbano existe e não deve ser descartada:

[...] devemos estar preparados para o surgimento de novos movimentos nos centros urbanos, orientados não mais por visões religiosas específicas, mas por perspectivas ecléticas e plurais, introduzindo elementos do imaginário da vida moderna de alguma forma ligados a antigas tradições ocultistas e esotéricas. O pluralismo religioso e a difusão pela mídia das mais variadas práticas religiosas e sistemas alternativos de conhecimento criam um caldo de cultura místico capaz de produzir os mais surpreendentes resultados (NEGRÃO, 2001: 128).

Não pretendemos comparar a LBV com os movimentos de *Canudos* ou do *Contestado*, entre outros, o que não faz sentido algum; mas as perspectivas religiosas/espiritualistas ecléticas e plurais, junto com a forte pregação do Apocalipse (e todos os pressupostos que essa visão de religiosidade carrega) se apresentam como um movimento messiânico urbano, com características bem particulares.

Em seu livro, *Mensagem de Jesus para os sobreviventes*, Zarur inicia-o com uma “imagem de Jesus” com os seguintes dizeres:

***JESUS PODE VOLTAR, A QUALQUER MOMENTO!*⁴⁴**

Nesse livro, em que se destaca o tom apocalíptico do início ao fim, dois exemplos “exemplares” são os tópicos: *As 21 chaves da volta de Jesus* e *A síntese da LBV*, expostos a seguir (as 21 chaves possuem comentários para cada uma, são citações bíblicas às quais Zarur imprime seu colorido próprio e que não serão citadas por sua exaustiva extensão):

⁴⁴ Este “terrorismo” religioso, perpetrado por várias agremiações religiosas, foi utilizado por Alziro Zarur à exaustão, e tem a sua continuação assegurada por Paiva Netto.

**AS 21 CHAVES BÍBLICAS DA VOLTA DE JESUS REI DOS REIS E
SENHOR DOS EXÉRCITOS.**

1. *Falsos Cristos em todos os povos e nações da Terra: a última tentativa inútil de sobrevivência das religiões humanas.*
2. *Guerras, terremotos, fomes e pestes em todo o Mundo.*
3. *Sinais no Céu (sol, lua, estrelas) visíveis a toda a Humanidade.*
4. *Perseguições aos Cristãos do Novo Mandamento de Jesus (de todas as religiões e filosofias) existentes no tempo do fim.*
5. *Apostasia geral em todas as crenças religiosas do planeta.*
6. *Falsos profetas em todos os meios de comunicação, a serviço do Anti-Cristo.*
7. *Multiplicação da iniquidade, até ao apogeu, em todos os continentes.*
8. *Advento da CARIDADE REAL, material e espiritual, à luz do Novo Mandamento do CRISTO.*
9. *A volta dos judeus a Jerusalém, profetizada pelo próprio JESUS.*
10. *Angústia e temor das nações em suas inúteis Conferências de Paz.*
11. *Evangelização mundial, mesmo com a interpretação da Bíblia pela “letra que mata”.*
12. *Multiplicação do saber no Mundo inteiro: o progresso alucinado destes últimos anos.*

13. *A conversão dos Judeus ao CRISTIANISMO DO CRISTO, com a aceitação e o reconhecimento tardio do MESSIAS, prometido desde Moisés.*
14. *Um só rebanho para um só Pastor, formado pelas boas ovelhas de todos os rebanhos religiosos do planeta.*
15. *Anti-Cristo, o cristo do diabo, e seu domínio mundial neste final de ciclo.*
16. *Abominação da desolação no lugar santo (Quit Legit, INTELLIGAT).*
17. *Gog e Magog: a queda da Rússia e a liquidação do comunismo ateu. O fim do capitalismo e da falsa democracia.*
18. *A grande tribulação, como nunca houve nem haverá jamais no planeta Terra.*
19. *Armagedon, a guerra total e final em dois planos: material e espiritual.*
20. *Fim dos tempos – Fim de Roma, do Anti-Cristo e das Bestas – Fim de Satanás e seus Anjos.*
21. *JESUS volta ao planeta que fundou e inicia o seu reinado na Terra com o moderno Povo de Deus (Pp. 131-3).*

O moderno Povo de Deus são os membros da LBV, são os cristãos do novo mandamento de Jesus. Zarur mescla Satanás, anjos, comunismo, falsa democracia, fim dos tempos, apocalipse, progresso maligno, guerra total, conversão dos judeus ao cristianismo do Cristo, juízo final etc., para formatar seu discurso apocalíptico e unificante:

A SÍNTESE DA LBV.

1. *Todas as criaturas da Terra são naturalmente cristãs; todas as religiões são evidentemente cristãs: **UMA CRISTANDADE SÓ.***
2. *O Novo Mandamento de Jesus unifica os Dez Mandamentos da Lei de Deus: **UM MANDAMENTO SÓ.***
3. *O Novo Mandamento de Jesus – a língua do Amor Universal, pela PAZ MUNDIAL – é o Esperanto de toda a Humanidade Terrestre: **UM IDIOMA SÓ.***
4. *O Apocalipse de Jesus, restaurando a Unidade Cristã, unifica todos os rebanhos na Religião de Deus: **UM SÓ REBANHO PARA UM SÓ PASTOR – JESUS.***
5. *Com a revelação do Novo Mandamento e a formação do Rebanho Único, o Brasil unifica todas as Pátrias: **UMA PÁTRIA SÓ.***
6. *O Apocalipse de Jesus, O Evangelho Moderno, unifica todas as Revelações de Deus: **UMA SÓ REVELAÇÃO, UM EVANGELHO SÓ.***
7. *O Cristianismo do Novo Mandamento unifica todas as religiões humanas na Religião de Deus: **UMA SÓ RELIGIÃO** (P. 237).*

Uma reflexão pertinente ao período de presidência de Alziro Zarur à frente da LBV, pelo acima exposto é de que:

[...] o pensamento simbólico alegórico considera como reais, formas de comunicação simbólicas, a exemplo dos mitos, ou de outras formas literárias, o que é a base de todos os fundamentalismos (HOUTART, 2003: 147).

Assim, por exemplo, Zarur adverte aos legionários que todos trabalham para Jesus.

A Legião da Boa Vontade é de Deus. Ai daqueles que ainda não se apercebem disso! Todos estão sendo policiados pela gloriosa Falange de São Francisco de Assis. A Falange Espiritual fica observando⁴⁵ cada mulher e cada homem que estão trabalhando na Legião da Boa Vontade ou na RELIGIÃO DE DEUS (PAIVA NETTO, 1996: 63-4).

Admoestação vigorosa que se completa com o “fato” de que:

Deus não gosta de pessoas sem fé. Se eu, que sou um arautozinho, um trombeteiro de Jesus, não gosto de Legionário vacilante, duvidoso, que não acredita na Religião DE DEUS (que é a única linguagem eminentemente crística do Planeta), como DEUS vai gostar daqueles que não têm fé? (PAIVA NETTO; 1996: 175).

Mas isso não é tudo. Não se tratava apenas de fundamentalismo religioso. A sina do arauto auto-proclamado dizia respeito também à carreira política, sonho muito desejado, mas não alcançado, apesar de seus imensos esforços, com a criação do Partido da Boa Vontade (PBV) que logo foi cassado pela ditadura de 1964.

A pretensão de vir a ser um líder religioso e político do Brasil e do mundo era uma meta obstinada, com traços alucinatórios.

“Lamento ter de ser duro, mas a mensagem tem de ser dada a todos, até ao fim dos tempos. Estadista que não sabe o Evangelho, e não conhece Apocalipse, não poderá mais governar” (ZARUR, 1976: 58).

E acrescentava:

SE NÃO TIVESSE UM PROGRAMA DE GOVERNO À ALTURA DO BRASIL, POR QUE SERIA EU CANDIDATO, SE NUNCA FUI

⁴⁵ É o Grande Irmão que surge mais uma vez...

CANDIDATO DE MIM MESMO? Um dia, mesmo que demore um pouco, o Povo despertará para a Verdade. Então, sim, TENDO MERECEMENTO, receberá o Governo de Deus, diferente de todos os que teve até aqui. E todos compreenderão o cântico dos anjos, saudando o Mestre JESUS: - 'PAZ NA TERRA AOS HOMENS DA BOA VONTADE DE DEUS!' (ZARUR, 1976: 60).

E não deixava por menos.

*“Mas quem é JESUS? E poucos sabem que **JESUS é o fundador e supremo governante da Terra. Sim, repito, quase ninguém sabe que Jesus é o maior cientista, o maior filósofo, o maior religioso, o maior político, o maior gênio criador de todos os tempos deste planeta**”* (ZARUR, 1976: 79).

Sua determinação religiosa e política tinha um inimigo eleito no mundo profano, o comunismo ateu:

*Neste final de ciclo, dentro do **APOCALIPSE**, até ao ano 2000, esta é a palavra de ordem: união total de todas as crenças. Ou as religiões se irmanam ou o comunismo ateu as devora, à proporção que elas se combatem e se destroem, fortalecendo o seu inimigo mortal, que nega **A EXISTÊNCIA DE DEUS E A IMORTALIDADE DA ALMA*** (1976: 82).

Salta aos olhos a simplicidade das afirmações do profeta do “novo mandamento”, tais como:

*A Revelação do Novo Mandamento demonstra que Religião, Política, Filosofia e Ciência são 4 aspectos da mesma Verdade – Deus. Ela dá ao Brasil uma religião própria, uma Política própria, uma Filosofia própria, uma Ciência própria, que não precisam de modelos estrangeiros, por mais deslumbrantes que nos pareçam. Está no **APOCALIPSE** que o Brasil governará o mundo no Terceiro Milênio. Mas isto só é dado aos que têm olhos de ver e ouvidos de ouvir, aqueles que se fazem eleitos de Deus pelo seu merecimento* (1976: 83).

Zarur era cuidadoso e sabia a quem adular:

*Governará o Mundo a Nação que souber **APOCALIPSE**, o **APOCALIPSE** que não é de São João porque é do próprio JESUS, o Fundador, o Guia Supremo da Terra, o Redentor que transplantou para o Brasil a divina árvore da Boa Nova. Esta é a missão dos verdadeiros educadores e instrutores da nossa Pátria: ministrar a verdadeira Política, a verdadeira Religião, a verdadeira Filosofia, a verdadeira Ciência do Terceiro Milênio. Porque **POLÍTICA É A RELIGIÃO FILOSÓFICA E CIENTIFICAMENTE PRATICADA**.*

DEUS inspire os chefes militares da Revolução Redentora de 31 de Março!
(1976: 89-90).

Qual seria a falsa Política, a falsa Religião, a falsa Filosofia e a falsa Ciência? Seu discurso se aproxima, e muito, de um viés fascista-religioso. Zarur afirmava categoricamente que

*– Fundei o PBV (Partido da Boa Vontade), em plena Revolução, porque ele tem A ÚNICA FÓRMULA CAPAZ DE EXTERMINAR A ILUSÃO DO COMUNISMO NA ALMA DO POVO. Comunismo é uma idéia que se combate com doutrina melhor, para os que têm **olhos de ver**, como dizia JESUS (1976: 110).*

Ele defendia o Comunismo Divino e o Capitalismo com Alma, mas jamais explicava o que eram, apenas remetia o leitor ao Evangelho segundo João e ao livro do Apocalipse. E mais à frente, arrematava:

*É a lição do NOVO MANDAMENTO DE JESUS, que não abençoa as armas da morte nem amaldiçoa os patriotas enganados. Só este amor sepultará para sempre – depois do próximo e último Armagedon – o monstro do ódio ignorante, que é o triste pai de todas as guerras. E não é por acaso que as Classes Armadas do Brasil formam a sigla que é uma predestinação: **AME** – Aeronáutica, **M**arinha, **E**xército. Toda a sua*

História é a glorificação desse AMOR, na Independência, na Abolição e na República, sem derramamento de sangue (1976: 114).

O mais indicado pelo estudo de suas ações e discursos é colocá-lo como precursor dos atuais pastores tele-evangelistas neopentecostais. Ele foi, sem dúvida, um vanguardista nessa seara religiosa arrecadadora de fundos monetários, e a filantropia por meio de suas ações de caridade, como a sopa aos pobres (ronda da caridade como ficou conhecida), orfanatos e asilos, era sua grande justificativa, fato que é mantido pela gestão de Paiva Netto, para continuar arrecadando.

Zarur fez três votos⁴⁶: o de pobreza (muito provavelmente por ter como patrono da LBV São Francisco de Assis), o do celibato e de castidade, e o de não se envolver em política. Não cumpriu nenhum deles, e ainda justificou sua quebra de compromisso moral nos seguintes termos:

O que parece “mancada” aos adoradores do bezerro de ouro, em todos os lances decisivos da Legião da Boa Vontade, é reflexo da Vontade de Deus, que está acima de todo o ouro da Terra. Quanto aos meus votos, como expliquei e voltarei a explicar, não foram votos eclesiásticos. Foram três ofertas da minha Boa Vontade para com DEUS. Sem dinheiro, eu não teria podido fundar a LBV, que hoje possui um patrimônio respeitável. Meu casamento⁴⁷ foi a coisa mais certa para a LBV. E a criação do PBV foi outra medida acertadíssima, pois será o partido do Brasil de amanhã, porque afastar DEUS da política é um verdadeiro suicídio (1976: 100).⁴⁸

Logo se conclui que, ou ele perdeu a “Boa Vontade” para com Deus, ou Deus teve a “Boa Vontade” de liberá-lo dos seus votos – Paiva Netto foi mais cuidadoso e não entrou nesta seara de votos, até porque, se espelhou em Zarur, nos acertos deste, mas modificou o seu comportamento para não cometer os erros de seu antecessor, principalmente o de querer ser presidente do Brasil, argumentando que era desígnio de Deus.

⁴⁶ *Revista da Boa Vontade*. Rio de Janeiro, p.3, abr. 1957.

⁴⁷ Zarur se casou com Iracy de Abreu, funcionária da LBV, em 20 de setembro de 1958 no civil e no dia posterior na Igreja (CAPISTRANO, 1979: 96) – pouco mais de um ano após ter feito seu voto de celibato.

⁴⁸ Lembrando que no Artigo 1º do Estatuto da LBV está assinalado, entre outras designações, ser uma entidade anti-sectária, apolítica e apartidária.

Paiva Netto deu um viés, às organizações do grupo, de acordo com o que se convencionou chamar *filantropia empresarial*.

Alziro Zarur teve uma adolescência abonada, pois seu pai se estabeleceu como comerciante de roupas, calçados e chapéus, com a constituição da loja *Casa das Novidades*, na Rua Senhor dos Passos. Estudou no Colégio Pedro II e iniciou seu curso de Direito, que logo abandonou, sob a justificativa de que queria ser “doutor em Apocalipse”, “doutor em evangelho”, seguindo, de fato, na área da imprensa jornalística, em jornais, revistas e como radialista, para desagrado de seu pai, que o queria ver “doutor em Direito” (Capistrano, 1979).

Embora não haja dados mais indicativos, pode-se deduzir que Alziro Zarur lançou mão, em mais de um momento, do pecúlio de sua família para dar início à LBV e suas ações filantrópicas.

Elias [o pai de Zarur] envelheceu à frente de sua casa comercial e de seus negócios, que lhe renderam apreciável fortuna, construída à custa de afanoso trabalho, numa luta constante, num constante esforço (CAPISTRANO, 1979: 76).

Assim, seu voto de pobreza, como os demais, não encontravam consistência em suas ações e em seu status; seu discurso era, quando muito, uma tentativa de gerar uma identificação com a representação de São Francisco de Assis, o patrono da LBV, e, quem sabe, de afastar (simbolicamente) suspeitas sobre seu patrimônio pessoal.

O mais intrigante é que mesmo com tantas e grandiosas contradições a olhos vistos, Alziro Zarur construiu o início de um império filantrópico, não há como se negar; e não há como se negar também que esse império deve muito ao carisma provindo de sua voz e, da meia idade em diante, da semelhança de seu biótipo com Getúlio Vargas, a quem, aliás, ele muito admirava⁴⁹.

⁴⁹ Cabe mencionar também a semelhança das siglas LBV com LBA (Legião Brasileira de Assistência) do governo federal; ambas são “LEGIÕES”, uma de um agente privado e outra de um agente estatal. Estado e empresariado são expressos, subliminarmente, como “legião do senhor nosso Deus”. Nesse aspecto, religião e esmola também evocam um estado com argumentos assistencialistas.

SÍNTESE CRONOLÓGICA DE ALZIRO ZARUR E DE SUA GESTÃO À FRENTE DA LBV.

- 1914 - Nasce em 25 de dezembro Alziro Zarur.
- 1926 - Recebe aos dozes anos uma inspiração de Jesus sobre sua missão espiritual na Terra.
- 1948 - Exílio espiritual para planejar a criação da LBV. Recebe mensagem mediúnica de São Francisco de Assis exortando-o a começar a Obra.
- 1949 - Início em 4 de março do Programa radiofônico “Hora da Boa Vontade” transmitido pela Rádio Globo.
- 1950 - Fundação em primeiro de janeiro da Legião da Boa Vontade.
- 1952 – Registro do Estatuto da LBV.
- 1956 - Em julho é lançado o primeiro número da revista Boa Vontade. Cruzada de Religiões Irmanadas. Declaração de Instituição de Utilidade Pública.
- 1957 - Lançamento em 29 de janeiro do Programa radiofônico “Jesus Está Chamando”.
- 1958 – Casamento no civil, em 20 de setembro.
- 1959 - Proclamação do Novo Mandamento de Jesus. Nasce seu primeiro filho, em 14 de novembro.
- 1960 - Núcleos Familiares da Religião de Deus.
- 1961 – Nasce seu segundo filho, em 24 de agosto.
- 1962 - Primeira Ronda da Caridade.
- 1963 - Inauguração do Lar e Parque Alziro Zarur no Rio Grande do Sul.
- 1965 – Lançamento do Partido da Boa Vontade, em 24 de junho.
- 1969 - Proclamação em 5 de outubro, Rio de Janeiro, no XIII Congresso dos Homens, Mulheres, Jovens e Crianças da Boa vontade de Deus (o Primeiro Congresso do Apocalipse de Jesus), do CENTRO ESPIRITUAL UNIVERSALISTA – CEU, com a finalidade de unificar as Quatro Revelações Divinas.

- 1972 – Proclamação do Apocalipse de Jesus, em primeiro de outubro, no Congresso da Boa Vontade de Deus, em Ribeirão Preto, São Paulo.
- 1973 - Proclamação da Religião de Deus, em 7 de outubro, em Maringá, Paraná, no XVII Congresso dos Homens, Mulheres da Boa vontade de Deus (V Congresso do Apocalipse de Nosso Senhor Jesus Cristo).
- 1979 - Falecimento.⁵⁰

O novo profeta José de Paiva Netto (1979 - ...)

Palavras de Paiva Netto em programa televisivo, pelo canal a cabo da LBV, no dia 24 de junho de 2006, sábado à noite:

“O homem é o Capital de Deus. A ciência econômica é das ciências, a mais religiosa”.

Eis o continuador da obras de Alziro Zarur, não poupando esforços para tudo reduzir ao discurso religioso. Seus livros e falas por rádio ou televisão seguem o mesmo padrão de Alziro Zarur: tudo é religião (bem entendido: a Religião de Deus, que é a verdadeira e da qual ele, Paiva Netto, é o atual dono), todos somos cristãos do rebanho de Jesus e os tempos agora já são chegados.

Com a morte do fundador e carismático líder da LBV, Alziro Zarur, o Secretário Geral José de Paiva Netto assumiu a direção. Em um rompante aos pés do túmulo de Zarur, Paiva Netto, em discurso exaltado, clamou a todos para irem à sede da LBV, pois a obra não poderia parar. Ocorreram desentendimentos com alguns membros da direção e os insatisfeitos deixaram a LBV, apostando que a mesma decairia sem seu grande líder.⁵¹

⁵⁰ **Fontes:** CAPISTRANO (1979); ZARUR (1976); PAIVA NETTO (1978; 1987; 1989; 1994; e 1996).

⁵¹ Segundo a reportagem de O Globo, de 23 de outubro de 1979, durante o enterro de Alziro Zarur, havia muita incerteza sobre o futuro da LBV e de quem iria prosseguir no comando – esposa, filhos, quem (anexo XIII)?

Surgia a nova lenda, um pouco mais modesta de início, mas com grande voracidade: o Irmão Paiva – direto do subúrbio carioca para a zona sul.

José Simões de Paiva Netto nasceu no Estado do Rio de Janeiro, em 2 de março de 1941. É escritor, jornalista, radialista, compositor e poeta, além de membro militante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), da Academia de Letras do Brasil Central, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro e da União Brasileira de Compositores (UBC).⁵²

Em 1956, iniciou seu trabalho junto ao fundador da LBV, tornando-se um de seus assessores durante quase um quarto de século. Mais tarde, tornou-se Secretário-Geral da Instituição (cargo equivalente ao de Vice-Presidente) e, com o falecimento de Zarur, em 1979, sucedeu-o.

Quanto aos filhos de Zarur – que, segundo Capistrano (1979), seriam seus sucessores naturais -, nada é dito em lugar algum, é como se tivessem se evaporado em pleno ar. Nenhum livro, revista ou jornal das IBVs faz quaisquer comentário sobre eles ou mesmo sobre a esposa de Zarur, nessa nova fase. É como se jamais tivessem existido – somente a imagem de Alziro Zarur persiste.

Presidindo a Legião da Boa Vontade a partir 1979, Paiva Netto investiu na multiplicação dos programas de Promoção Humana, Social e Educacional da Instituição.

Lançou na LBV o lema *Educação e Cultura, Alimentação, Saúde e Trabalho com Espiritualidade Ecumênica*, marca de uma gigantesca ação comunitária, que primaria pelo elevado padrão qualitativo no amparo às populações que vivem em situação de risco social e pessoal, no dizer de sua propaganda.

Paiva Netto foi imprimindo seu tom, criando diversos departamentos e reativando programas, como a Ronda da Caridade à Meia-Noite. Expandiu a presença e a propriedade de emissoras de rádio através da aquisição de mais horários e de concessões, adquiriu um canal de TV a cabo, escreveu e organizou vários livros, compôs música clássica, como a Sinfonia do Apocalipse etc. (PAIVA NETTO, 1989: 245-54). Tem sido uma verdadeira reengenharia na estrutura da LBV.

⁵² Informações retiradas do sítio www.lbv.org.br.

Nessa nova gestão de Paiva Netto, não houve sonhos de alçar vôos à presidência do Brasil ou a outro cargo político. Entretanto, como já fazia Alziro Zarur, Paiva Netto se cercou dos políticos para formar uma imagem protetora de benfeitor social e conseguir trânsito livre para ele e sua instituição.

Artistas e demais personalidade públicas também foram e são utilizadas à exaustão em seus livros e principalmente revistas, todas editadas com material e visual de primeiríssima qualidade, o que indica altos custos na confecção – dificilmente se abrirá alguma revista em que não haja elogios a sua pessoa e à grande obra que é a LBV, sempre que possível com um retrato sorridente do entrevistado e/ou declarante. É uma blindagem e tanto!

A blindagem se tornou complexa por demais. A LBV utiliza depoimentos de religiosos como o Dalai-Lama, ou membros do cenário político internacional, como o ex-Secretário Geral das Nações Unidas Kofi Annan, personalidades como Pelé, Ziraldo, Washington Olivetto, entre tantos, para construir e solidificar uma “aura de Boa Vontade” para com o próximo praticamente inexpugnável.

Sua imagem de bom samaritano, seguindo os passos do antecessor, é agora lustrada por um marketing impecável, tal é a quantidade de elogios das mais diversas personalidades públicas e privadas, das medalhas ganhas e ofertadas, um verdadeiro “festival de congratulações”, como podemos atestar pelos diversos sites que compõem o grupo, ou pela própria Câmara Federal e pelo Senado Federal, como demais Casas Legislativas pelo Brasil afora.⁵³

Para que não haja dúvidas,

Se há um símbolo que exprime Brasília mais do que qualquer outro, este é o Templo da Boa Vontade. É o monumento mais visitado da capital, não apenas pelos turistas, mas também pelos religiosos, pelos que o procuram pelo que ele representa em matéria de irmandade, de Solidariedade e de uma lição fundamental: a de que o Brasil ainda tem jeito (declaração do jornalista Carlos Chagas, revista Boa Vontade, ano 51, nº 218, abril/maio/2007, p. 85).

Não escapa ninguém, a não ser o autor deste trabalho, ao menos por ora...

⁵³ Confirmam-se os anexos I e II para um exemplo dos elogios recebidos por parlamentares destas duas Casas.

No início da década de 1980, começaram as obras da edificação do Templo da Boa Vontade (TBV), prevista nos estatutos da Legião da Boa Vontade, ratificada pela Religião de Deus e ansiosamente vislumbrada por Zarur como sendo o Templo de Deus para o Terceiro Milênio, de onde Jesus governará a Terra (uma espécie de pacto, como o pacto bíblico do SENHOR com os hebreus) em Brasília, Distrito Federal (a Nova Jerusalém), inaugurado em 21 de outubro de 1989 (dez anos exatos do falecimento de Alziro Zarur).

É considerado como um pólo do ecumenismo total e irrestrito pelos legionários, o centro da espiritualidade mundial, com arquitetura arrojada, em forma piramidal, e um cristal no cume. Apresenta, de fato, uma estética inusitada em uma cidade de blocos e caixotes.⁵⁴ Ao lado do TBV, em 1994, inaugurou-se o Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica, o ParlaMundi da LBV, tão suntuoso quanto seu irmão xifópago.⁵⁵

Paiva Netto expandiu as atividades da LBV além das fronteiras. Atualmente, essa iniciativa solidária é desenvolvida pela Legião da Boa Vontade da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, da Bolívia, de Portugal e dos Estados Unidos e onde mais houver chance. O crescimento não parou por aí. A LBV foi a primeira organização não-governamental brasileira a associar-se ao Departamento de Informação Pública das Nações Unidas (DPI), a partir de 1994. Em 1999, tornou-se também a primeira ONG do Brasil a conquistar na ONU o status consultivo geral no Conselho Econômico e Social (Ecosoc). E em 2000, passou a integrar a Conferência das ONGs com Relações Consultivas para as Nações Unidas (Congo), em Viena, na Áustria.

Para propagar todo esse “ideal de solidariedade”, Paiva Netto criou a Super Rede Boa Vontade de Rádio (Super RBV) e a Rede Mundial de Televisão (RMTV) – a televisão da educação, da cultura e da cidadania solidária altruística com espiritualidade ecumênica, segundo seus dizeres.

⁵⁴ Brasília foi planejada e construída por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, mas o que poucos sabem é de que de original nada tinha. O modelo da cidade era apoiado em projetos de Le Corbusier de 1922, de 1936, entre outros. O moderno já nasceu com tons totalitários de uma Europa que buscava a ordem e a funcionalidade (Holston, 1993).

⁵⁵ “Segundo a Secretaria de Turismo do Distrito Federal, é um dos pontos turísticos mais visitados em Brasília”. Esta frase é encontrada em vasto material de propaganda da LBV, e repetida por muitas pessoas em Brasília, como frase-feita. O curioso é que por duas vezes visitei o afamado templo (2006 e 2007), e jamais me deparei com alguma catraca ou qualquer dispositivo que permitisse quantificar a passagem do público! Já no memorial JK há catraca e, portanto, o fluxo de visitantes é quantificado – e nas duas vezes que lá fui, havia mais público no Memorial JK, do que no Templo da Boa Vontade.

Também é autor de vários best-sellers, com mais de 3 milhões de livros vendidos. A possível mágica para tamanho sucesso de vendas é a conhecida estratégia de organizar caravanas de legionários para procederem a aquisição de seus livros.⁵⁶

É inegável que seu maior patrimônio é a própria imagem:

Graças ao grande empenho do Dr. José de Paiva Netto, evitou-se que nosso País até rachasse pelo meio, que tivéssemos revoluções, guerras civis, porque o que se prega através da LEGIÃO DA BOA VONTADE é o amor, a confraternização, o respeito, e, mais que tudo a esperança (declaração do Dr. Francisco Horta, Juiz de Direito, PAIVA NETTO, 1989: 257).

Os elogios, de modo geral, são compreensíveis e bem quistos, mas muitas vezes beiram a insanidade, como é o caso da citação acima.

Mas não é somente com um discurso apologético que o poder é alcançado. Há um controle muito especial dentro das atividades espirituais dessa organização. Lembremos de que dentro da mixórdia religiosa da LBV, o espiritismo kardecista é uma tendência marcante, entretanto existe um aspecto crucial aqui:

Os Órgãos da LEGIÃO DA BOA VONTADE, assim como qualquer grupo de Legionários, não realizam reuniões de desenvolvimento mediúnico nos moldes das que são tradicionalmente levadas a efeito pelas instituições espiritualistas, a não ser por permissão expressa do Diretor-Presidente. Na LBV Mundial os trabalhos espirituais são naturalmente realizados, durante as Reuniões Legionárias, pelo ESPÍRITO SANTO, onde se destacam os Espíritos que integram a gloriosa Falange de São Francisco de Assis, Patrono da LEGIÃO DA Boa Vontade.

As reuniões de trabalhos práticos somente se realizarão com a presença física ou autorização por escrito do Diretor-Presidente da LBV Mundial. (PAIVA NETTO, 1989: 144).

⁵⁶ Há fortes indícios que Paiva Netto organizava caravanas de legionários às bienais para comprarem seus livros, supostamente com dinheiro da própria LBV, e assim tornarem-no em um sucesso de vendas (documentação interna de O Globo).

Então quer dizer que Paiva Netto decide quem, quando e de que modo haverá uma atividade mediúnica? Exato. E sob seu olhar ou carta autorizando. É bom mesmo não arriscar, vai que desce o santo errado...

Ultimamente, a figura espiritual mais comunicativa tem sido o espírito do Dr. Bezerra de Menezes. De grande envergadura no meio kardecista brasileiro, tem essa entidade tomado à frente de São Francisco de Assis, na gestão de Paiva Netto, a ponto de ser o coordenador no “Plano Espiritual” da Religião de Deus. Um trecho de mensagem recebida (por Paiva Netto) em 10 de março de 2007, diz:

*Às portas da Legião da Boa Vontade, da Religião de Deus, da Fundação José de Paiva Netto, encontram-se os mais fortes Espíritos preparados para a tarefa de transformações que as Instituições da Boa Vontade comandarão nos próximos tempos.*⁵⁷

Outra entidade, o índio “Flexa Dourada”, é recebida apenas por Francisco de Assis Periotto, diretor e editor responsável pela revista *Jesus Está Chegando*.⁵⁸ Ou seja, não é qualquer agente que pode se utilizar de seu dom mediúnico, somente pessoas designadas por Paiva Netto e, via de regra, da cúpula diretiva.

E assim, a LBV e a Religião de Deus vão caminhando até o ano de 1999, o final do ciclo dominado por Satanás, que marca a volta triunfal do Cristo Ecumênico e a implantação do Reino de Deus na Terra (PAIVA NETTO, 1996: 200-1). Mas o ano de 1999 já findou faz tempo, ou não? Depende. Paiva Netto nos esclarece que:

“é necessário, porém, manter em vista que o calendário humano é falível e que, por isso, o 1999 de JESUS pode não ser o mesmo adotado por esta civilização” (PAIVA NETTO, 1996: 201).

O autor se esquece de que **não** foi Jesus que datou o ano de 1999, mas sim as várias profecias apócrifas espalhadas pela história, e das quais Zarur era fã. Logo, Zarur deixou uma situação que poderia por tudo a perder; afinal, se os tempos são chegados e nada de Jesus chegar, o que fazer com a LBV e a Religião de Deus?

⁵⁷ Revista *Jesus Está Chegando*, ano 25, Ed 95, fev/mar/2007, p. 34.

⁵⁸ Revista *Jesus Está Chegando*, ano 25, Ed 95, fev/mar/2007, p. 19.

Simple solução: o calendário era outro, ou melhor, pode ser que fosse outro, quem sabe... Afinal, pensando bem, não tem muita importância pois logo Jesus estará chegando – evitando com isso o mesmo destino fatídico da seita dos “Borboletas Azuis”.⁵⁹

Isso é que é estratégia!

SÍNTESE CRONOLÓGICA DE PAIVA NETTO E DE SUA GESTÃO À FRENTE DAS IBVs.

- 1978 – Nomeação como Secretário Geral da LBV.
- 1986 - Inauguração da Supercreche Jesus em São Paulo.
- 1989 – Inauguração do Templo da Boa Vontade, em Brasília.⁶⁰
- 1992 – Rede Boa Vontade de Rádio.
- 1993 - Inauguração do Instituto de Educação José de Paiva Netto em São Paulo.
- 1994 - Inauguração do Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica em Brasília.
- 1995 - Criação da Fundação José de Paiva Netto (congrega a editora Elevação, Gravadora Som Puro, Visual Produções, Rede Mundial de Televisão e a Rede Boa Vontade de Rádio).
- 1999 - Obtenção pela ONU do status consultivo geral podendo participar do Conselho Econômico e Social da ONU.
- 2000 - Inauguração da Rede Mundial de Televisão.⁶¹

Estratégias da esmola organizada

Eis a idéia-força que, sem dúvida, constrói e expressa a representação sócio-religiosa que a Legião Brasileira da Boa Vontade se esforça em divulgar:

⁵⁹ A seita dos “Borboletas Azuis” foi um movimento messiânico malgrado na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, pois quando chegou a data para o retorno do messias..., nada de messias (Negrão, 1984).

⁶⁰ Esta obra custou cerca de R\$ 12 milhões de reais. Sendo que só o cristal de quartzo colocado sobre o cume do templo, de 23 kg, saiu por R\$ 200 mil reais (fonte: documento interno do Jornal O Globo). Como se negar a **economia da esmola**?

⁶¹ Fontes: PAIVA NETTO (1978, 1987, 1989, 1994 e 1996).

FORA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO

Essa imagem está sempre associada às ações da LBV e de seus patronos; caridade material e espiritual, ou seja, caridade total, sem assistencialismos (é o que pregam). Ela explica e justifica seu sentido de existir, das Instituições da Boa Vontade (IBVs), juntamente com a figura carismática do profeta Alziro Zarur e do sacerdote-filantropo Paiva Netto – tanto a figura do sacerdote quanto a do profeta são utilizadas como estratégias para organizarem e fortalecerem as relações de solidariedade interna e externamente, bem como com o alardeado ecumenismo irrestrito.

E pode haver maior caridade do que “o nosso” dízimo? Na revista *Jesus Está Chegando*, um pequeno artigo, de uma página, sob o título: DÍZIMO – A construção de um mundo melhor, conclama a fidelidade para com Jesus, o Cristo Ecumênico, através da doação financeira dos 10% – mostrando ainda uma pequena galeria com sorridentes dizimistas:

Para nossa subsistência convivemos com o cumprimento de diversas obrigações financeiras: contas públicas, gastos com educação, alimentação, poupança, lazer, etc... Ao colaborarmos com nosso Dízimo para a Religião Divina, agradecemos a Deus as vitórias alcançadas e, em decorrência, também investimos na construção de um Brasil melhor e de uma Humanidade mais feliz, colaborando para a propagação dos ensinamentos de Jesus, o Cristo Ecumênico. A consciência da responsabilidade financeira dos Cristãos do Novo Mandamento de Jesus para com a Religião Divina faz com que sua missão de salvar vidas e almas para Deus seja cumprida em todo o Planeta.

A certeza de colaborar para a propagação dos ensinamentos de Jesus, que trazem a verdadeira Paz, harmonia e equilíbrio para a vida, motiva jovens de todas as idades a serem voluntários dizimistas da Religião do Terceiro Milênio. Uma atitude de quem acredita que iluminar e educar espiritualmente o Ser Humano é a chave para a conquista de um mundo melhor, como define Paiva Netto nas Diretrizes Espirituais da Religião de Deus, volume I: “A maior Caridade é dar a conhecer aos povos a Verdade Divina, que se expressa por intermédio da Lei Universal do Amor, o Novo Mandamento de Jesus. Afinal, o próprio Cristo definiu Deus como Amor. O

*Ser Humano para entender a sua destinação, que não está circunscrita à Terra e ao Céu da Terra, deve libertar-se das algemas do espaço/tempo”. A prática desse Divino Empreendimento é a expansão da Comunicação com Espiritualidade Ecumênica e a chegada de novas Igrejas da Religião Divina, fazendo com que novos lares e novas pessoas renovem suas esperanças, tendo como base o Evangelho-Apocalipse de Jesus. O Dízimo, na Religião de Deus, é a semente da verdadeira Paz no mundo! Faça parte desta corrente!*⁶²

Outro depoimento pedagógico, sob o título “Eu amo a Religião de Deus, Eu sou Dizimista”:

*“Dar apenas o dízimo é o suficiente?”, podem perguntar alguns. Ao doarmos 10% dos nossos recursos para a expansão material de uma obra com um sagrado objetivo, a exemplo da Religião de Deus, automaticamente já estamos contribuindo para a expansão da Fraternidade Ecumênica, da Amizade, da Alegria e do Amor de Jesus a todos aqueles que nós queremos que vivam em plenitude de Paz. Mas há um fator fundamental: temos de fazer isso de coração, na certeza de que estamos realmente contribuindo para um mundo melhor. A doação financeira deve vir seguida das nossas ações corretas no Bem, em favor do nosso semelhante. Eis a fórmula perfeita para a felicidade pessoal.*⁶³

A caridade sendo uma prática de valor ecumênico, porque não o dízimo também? Todos podem e devem colaborar com a “construção de um mundo melhor”, de preferência começando com “o mundo elebeviano”.

*Assim, se Você deseja alguma coisa, mentalize-a e ela virá do invisível para o visível, pois como já foi explicado, o Homem não inventa nada: **tudo já existe no invisível**. Assim, essa coisa mentalizada é DEUS, porque tudo o pode trazer benefício é Deus. **Você está pedindo DEUS!** O dinheiro é Deus, **QUANDO EMPREGADO PARA O BEM**. (PAIVA NETTO, 1996: 178-9).*

⁶² JESUS ESTÁ CHEGANDO – a revista ecumênica da Religião de Deus. Ano 25, ed. 95, fev/mar 2007, p. 32

⁶³ JESUS ESTÁ CHEGANDO – a revista ecumênica da Religião de Deus. Ano 25, ed. 94, dez – 2006, jan 2007, p. 24.

Similar aos neopentecostais, mas Alziro Zarur começou antes, e Paiva Netto prossegue, citando o antecessor:

*Todo Bem é DEUS, Ele é a substância de todas as coisas desejadas. **Seja qual for o pedido, DEUS dará.** Eu pedi uma fortuna a JESUS, para completar tudo o que a RELIGIÃO DE DEUS e a LBV Mundial precisam: imprensa, emissoras, Cristópolis... E como DEUS é o Senhor de todos os recursos, faço a transmutação. Se é para o Bem, Ele concederá, pois não é um pedido individual. Estou suplicando em nome de todos os Legionários da Boa Vontade. Mas o que respondo a JESUS, que me pergunta: “Todos estão em condições de pedir contigo? Os legionários empenhados neste pedido estão envolvidos pela tua mesma aura de merecimento, pelo teu sofrimento, pela tua renúncia? Eles entraram no Silêncio, venceram a matéria, como vencestes?”*

*Em nome de JESUS estou transferindo a todos Vocês, no dia de hoje (30/06/1973), essa responsabilidade, **essa tomada de posição espiritual pela Fé.** A RELIGIÃO DE DEUS não é minha, é de todos Vocês. **Por isso, o Pai Celestial quer toda a substância que se transmuta – e que tem de vir de todos os Legionários da Boa Vontade – para transformá-la em todo o Bem.** Se tivermos merecimento, tudo isto virá (PAIVA NETTO; 1996: 179).⁶⁴*

Essa citação é extremamente importante pois dá mostras claras do que os diversos estudos acadêmicos sobre o neopentecostalismo têm demonstrado da relação do sagrado com o dinheiro – sendo os estudos sobre a IURDs casos exemplares –, mas temos aqui a versão tupiniquim. Talvez mesmo uma influência não descoberta pelos pesquisadores até então, pois todos os trabalhos sobre os neopentecostais vislumbram, tão somente, a influência advinda dos evangélicos norte-americanos.

No caso da LBV, constata-se a pregação da “transmutação” do dinheiro em bênçãos desde a época de Alziro Zarur, início da década de 1950, o que reforça o ponto

⁶⁴ Paiva Netto argumenta sobre esta passagem dizendo que: “Zarur tem um pensamento basilar, com o qual ele ensina: Na RELIGIÃO DE DEUS, JESUS transforma o dinheiro da iniquidade em dinheiro da Salvação” (1996: 179). O Bispo Edir Macedo, dirigente máximo da IURDs, segue o mesmo princípio, como visto na Notas Introdutórias.

em questão: o dinheiro é a substância, por excelência, da transmutação dos sacrifícios dos fiéis em bênçãos divinas. Não é, portanto, uma inovação da pregação do neopentecostalismo no Brasil. A Legião da Boa Vontade foi uma precursora.

Para que não haja dúvidas, arremato com o que considero um fecho de ouro:

Se Vocês souberem pedir e não tiverem cérebro estreito (pedir, por exemplo, dez centavos, é como uma ofensa para DEU, que é imensamente rico), receberão.

Para a LBV, pedi muitos recursos a DEUS, e por enquanto... Se vocês não forem mesquinhos, daqueles que imaginam JESUS pobre, pedindo esmolas como São Francisco de Assis, que muitos pensam que era pobre, conseguirão...

No entanto, gravem bem isto: “A coisa que desejais, não somente já é vossa, no invisível, como já partiu do coração de Deus para vós.” (Paiva Netto; 1996: 185).

Poder-se-á dizer, como é do gosto do Bispo Macedo:

“Deus tem a obrigação de lhe dar tudo que você pedir, se você dá o dízimo que é Dele”.

Percebe-se que a estratégia é a mesma, em linhas gerais, da que é empregada nos cultos neopentecostais: convencer o fiel de que ele só terá sucesso, material e/ou espiritual, se o mesmo cumprir o pacto bíblico de pagar o dízimo e realizar as ofertas. Essa ação já tem mais de dois mil anos na história humana, portanto não podemos ignorar sua força nas relações sociais.

É nítido que o fiel age com o intuito de pactuar com Deus e garantir assim sua salvação, como também receber as benesses solicitadas ao Criador, e aí estamos diante de uma ação, sem dúvida alguma, racional.

O que é feito com o dinheiro doado no altar de Deus? Certamente, dirão que é aplicado na continuidade da obra divina e de sua palavra, o que procede, mas... e a crescente riqueza material? “Os filhos de Deus merecem o que há de melhor” é a resposta dentro do paradigma da teologia da prosperidade.

Não será mais somente a Igreja Católica que ostentará riquezas e poder, os diversos cultos evangélicos, as seitas espiritualistas, as organizações religiosas e filantrópicas espiritualistas como as IBVs e quem mais surgir pela proa, de agora em diante, demonstrarão a Glória de Deus, mostrando o sucesso alcançado no mundo capitalista. A vergonha é ser pobre e, pior, estará sinalizando ligação com o demônio através do insucesso; o orgulho é ser rico, pois indica que o agente é um verdadeiro e digno filho de Deus.⁶⁵

Se a principal estratégia para se organizar a esmola é o discurso bíblico e, portanto histórico, outra não menos importante e que passa a ser a cada dia mais pertinente é a imagem.

O uso da imagem como técnica subliminar⁶⁶ ao discurso do texto provoca efeitos importantes ao leitor. Por exemplo: ao ler um livro da LBV e, a cada cinco ou dez folhas encontrar o rosto de Jesus, Paiva Netto, Alziro Zarur e tantas outras personagens carismáticas, dificilmente o leitor deixará de fazer correlações da imagem com o que está lendo, tanto no nível consciente, quanto no inconsciente. Via de regra, nesse contexto específico, os livros e revistas das IBVs, as imagens atuam como um respaldo da seriedade do que está sendo dito, uma chancela de quem tem a autoridade.

Exemplo disso pode ser descrito e melhor avaliado pela análise quantitativa das iconografias de cinco obras “elebebianas” que cultuam, principalmente, as imagens de seus dois patronos, como seguem nas listas tabulares:

Lista nº 1.

Livro de Deus	Nº de iconografias
Alziro Zarur	100
Paiva Netto	38
Jesus	35
Personagens históricas	3
Anjos, santos e profetas	11
Creches, lar para idosos, escolas, funcionários e voluntários	49
Artistas, políticos e demais membros da sociedade civil	4
Membros da família (Alziro Zarur e Paiva Netto)	1
Comícios, congressos, comemorações e passeatas	29
Templo da Boa Vontade	-

Fonte: Paiva Netto (1978).

⁶⁵ De quebra, a riqueza, em geral, é legitimada.

⁶⁶ Sobre este tema, em específico, recomendo a leitura de, CALAZANS, FlávioMário de Alcântara.(2006), *Propaganda subliminar multimídia*. São Paulo: Summus. Esta obra propicia o descerramento do “Véu de Isis” de nossas consciências para muitos momentos do cotidiano.

Lista nº 2.

1979-1987 Documentário Especial	Nº de iconografias
Alziro Zarur	32
Paiva Netto	101
Jesus	17
Personagens históricas	42
Anjos, santos e profetas	3
Creches, lar para idosos, escolas, funcionários e voluntários	177
Artistas, políticos e demais membros da sociedade civil	165
Membros da família (Alziro Zarur e Paiva Netto)	6
Comícios, congressos, comemorações e passeatas	27
Templo da Boa Vontade	7

Fonte: Paiva Netto (1987).

Neste dois livros - *Livro de Deus* e o *Documentário Especial* -, as imagens de Alziro Zarur e de Paiva Netto são repetidas em profusão. O detalhe é que no *Livro de Deus*, Zarur ainda estava vivo, daí Paiva Netto, o organizador do livro, sabiamente aparecer trinta e oito vezes, contra cem aparições iconográficas de Zarur.

Já na confecção do livro *Documentário Especial*, sem a presença física de Zarur na Terra, Paiva Netto se sente mais à vontade e surge cento e uma vezes, contra apenas trinta e duas aparições de Zarur.

Destaque importante, no caso “para baixo”, como se constata, é a figura de Jesus, que é mostrada trinta e cinco e dezessete vezes respectivamente nos livros acima referidos, o que é curioso: afinal sem Jesus não haveria LBV – ou será que haveria?

Outro aspecto que merece destaque no *Documentário Especial* é a profusão de imagens referentes às creches, aos lares para idosos, às escolas, aos funcionários e voluntários (177 vezes) e aos artistas, políticos e demais membros da sociedade civil (165 vezes).

Nesse caso, como Paiva Netto está ampliando as organizações da LBV, precisa mostrar o que está fazendo e que está tendo apoio de toda a sociedade; assim, poderá aumentar sua arrecadação e proceder à modernização – que de fato ocorreu (PAULA, 2003).

Já no livro de Capistrano sobre Zarur, na verdade uma mistura de biografia e homenagem, vê-se que o maior número de iconografias é de Zarur, vinte e seis vezes. Paiva Netto não aparece sequer uma única vez, e nem mesmo é citado em qualquer momento do texto.

Sendo o livro editado em 1979, ano da morte de Zarur, e sendo o ano em que Paiva Netto assumiu a presidência, com vários desafetos entre os membros da LBV, a conclusão é de que Capistrano era contrário a Paiva Netto e ficou com aqueles que perderam a luta pelo controle da LBV para o então Secretário-Geral.

Lista nº 3.

Alziro Zarur – intelectual e apóstolo	Nº de iconografias
Alziro Zarur	26
Paiva Netto	-
Jesus	4
Personagens históricas	-
Anjos, santos e profetas	1
Creches, lar para idosos, escolas, funcionários e voluntários	8
Artistas, políticos e demais membros da sociedade civil	5
Membros da família (Alziro Zarur)	5
Comícios, congressos, comemorações e passeatas	5
Templo da Boa Vontade	-

Fonte: Capistrano (1979).

Nos três livros seguintes, as imagens iconográficas são mais dosadas em relação à quantidade de vezes que Zarur, Paiva Netto e Jesus aparecem, como também às demais categorias listadas. A explicação é que, nessas obras, o intuito pende mais para a doutrina da LBV, sendo que os três livros possuem diversos trechos iguais, muitas vezes no mesmo volume é repetida a mesma citação, o mesmo parágrafo – o que leva o leitor à exaustão.

Lista nº 4.

Diretrizes Espiritualistas da LBV Mundial	Nº de iconografias
Alziro Zarur	1
Paiva Netto	2
Jesus	8
Personagens históricas	-
Anjos, santos e profetas	5
Creches, lar para idosos, escolas funcionários e voluntários	13
Artistas, políticos e demais membros da sociedade civil	-
Membros da família (Alziro Zarur e Paiva Netto)	-
Comícios, congressos, comemorações e passeatas	-
Templo da Boa Vontade	2

Fonte: Paiva Netto (1989).

Lista nº 5.

Diretrizes Espiritualistas da Religião de Deus Volume II	Nº de iconografias
Alziro Zarur	5
Paiva Netto	6
Jesus	7
Personagens históricas	16
Anjos, santos e profetas	10
Creches, lar para idosos, escolas	
funcionários e voluntários	1
Artistas, políticos e demais membros da sociedade civil	-
Membros da família (Alziro Zarur e Paiva Netto)	-
Comícios, congressos, comemorações e passeatas	3
Templo da Boa Vontade	2

Fonte: Paiva Netto (1996).

Lista nº 7.

Diretrizes Espiritualistas da Religião de Deus Volume III	Nº de iconografias
Alziro Zarur	4
Paiva Netto	3
Jesus	3
Personagens históricas	15
Anjos, santos e profetas	3
Creches, lar para idosos, escolas	
funcionários e voluntários	12
Artistas, políticos e demais membros da sociedade civil	1
Membros da família (Alziro Zarur e Paiva Netto)	-
Comícios, congressos, comemorações e passeatas	2
Templo da Boa Vontade	16

Fonte: Paiva Netto (1994).

Nas revistas pesquisadas e que constam na bibliografia, também se vê em maior quantidade a imagem de Paiva Netto, muitas personalidades, muitas crianças em creches, escolas, muitos dizimistas e algumas vezes Zarur e Jesus.

Importa anotar a relação entre imagem e carisma. Se Paiva Netto não é tão carismático quanto Zarur, isto não o impede de buscar, de construir seu carisma pela imagem.

Enquanto Zarur se punha como profeta do Apocalipse, e o mesmo era previsto para o ano de 2000, Paiva Netto tinha de encontrar seu *locus* próprio. E de fato o encontrou como mega-empresário da filantropia. Mas sem deixar de lado certo tom apocalíptico, a marca esotérica da LBV - e não a caridade como muitos crêem.

Nesse sentido, Paiva Netto assume uma postura de sacerdote que comedidamente lembra ao seu rebanho que Jesus está chegando, mas nada há para se preocupar, pois tudo isto é natural, está predito na Bíblia.

Outra tática utilizada é o telemarketing, onde um batalhão de cerca de trezentas operadoras trabalham na sede da entidade, em São Paulo.⁶⁷

O esquema é sofisticado e conta com uma cartilha de orientação sobre como proceder ao pedido de doação frente às várias respostas possíveis daqueles que estão sendo contatados e solicitados a contribuírem com a LBV. Por exemplo:

A tática para convencer desempregados a doarem dinheiro é afirmar que há outros na mesma situação fazendo doações, deixando o interlocutor em situação desconfortável. “(...) A verdadeira caridade é feita com muito sacrifício. Alguns amigos na mesma situação do senhor se juntaram para proporcionar o material escolar para uma criança, mas ainda está faltando R\$ 10. Com esse valorzinho o senhor participa também”, ensina o texto (documento interno Jornal O Globo).

Alguns trechos sugestivos deste manual, com argumentação para diversas situações embaraçosas, podem ser vistos a seguir:

- *DESEMPREGADO: “Ficamos tristes em saber dessa notícia. Essa situação é muito mais difícil para aqueles que não têm o mínimo necessário para uma vida digna e que não são socorridos pela LBV”.*
- *ACIDENTADOS: “Isso que aconteceu com o senhor é uma grande dor de cabeça. Agora, imagine como é difícil não ter muitas vezes o que comer dentro de casa”.*
- *EM DIFICULDADES FINANCEIRAS: “Se está difícil para o senhor, imagine para estas famílias que muitas vezes não têm o que comer em casa. Dificuldades todos nós temos, umas maiores, outras menores, e para a LBV não poderia ser diferente”.*

⁶⁷ Fonte: documentação interna do Jornal O Globo.

➤ *APOSENTADO: “(...) Se todos fizerem um pouquinho, iremos contornar essa situação. Senhor Fulano, o pouco com Deus é muito”.*

➤ *O QUE “DEIXA PARA A PRÓXIMA VEZ”: “Senhor fulano, a fome é diária e dói muito. Se todas às vezes que viesse até nós uma pessoa com fome e deixássemos para a próxima vez, muitas pessoas continuariam passando fome.*

Sempre há uma resposta para se contra-argumentar à negativa ou à dúvida da pessoa em colaborar. Há nesse manual, também, uma série de instruções sobre como se falar, como ouvir, técnicas de auto-motivação ao se pedir uma colaboração etc.

A recomendação das mais interessantes é a que faz referência a se pedir sempre o máximo possível: negocie os valores, mas nunca peça o mínimo, só ganha donativos altos quem pede.⁶⁸

A cada dia em que o mundo dá voltas sobre si e em torno do Sol, o ato de pedir se aprimora. Existe um cabedal de técnicas de argumentação, de gestuais e de expressões de que os pobres mortais não fazem idéia...

Mas como tudo isso se encaixa na organização da esmola?

Weber comenta que a

“‘autoridade carismática’, portanto, refere-se a um domínio sobre os homens, seja predominantemente externo ou interno, a que os governados se submetem devido à sua crença na qualidade extraordinária da pessoa específica. O feiticeiro mágico, o profeta [...]. A legitimidade de seu domínio se baseia na crença e na devoção ao extraordinário, desejado porque ultrapassa as qualidades humanas normais e originalmente considerado como supernatural. A legitimidade do domínio carismático baseia-se, assim, na crença nos poderes mágicos, revelações e culto do herói. A fonte dessas crenças é a ‘prova’ das qualidades carismáticas através de milagres, de vitórias e outros êxitos, ou seja, através do bem-estar dos governados. Tais crenças, e a autoridade pretendida que nelas se

⁶⁸ Este documento que forma a Cartilha da LBV foi obtido pelo Jornal O Globo com funcionárias demitidas da LBV que trabalhavam como operadoras de telemarketing.

apóia, desaparecem, portanto, ou ameaçam desaparecer, tão logo falta a prova e tão logo a pessoa carismática qualificada parece estar destituída de seu poder mágico ou esquecida pelo seu deus. O domínio carismático não é controlado segundo as normas gerais, tradicionais ou racionais, mas, em princípio, de acordo com revelações e inspirações concretas, e, nesse sentido, a autoridade carismática é ‘irracional’. É ‘revolucionária’ no sentido de não estar presa à ordem existente: ‘Está escrito... mas eu vos digo...!’” (1982, p. 340).

Assim é que percebemos a constante reinterpretação da Bíblia pelos legionários capitaneados pelo Irmão Paiva, principalmente do Novo Testamento e, neste, do Livro do Apocalipse, forjando slogans publicitários utilizados como argumentos à razão; tão somente um esforço sistemático para estabelecer firmes reflexos condicionados na mente das pessoas, sejam legionários ou o público em geral, e em suas ações em prol do ecumenismo caridoso da LBV, um lugar comum na mídia legionária que encontramos nas atividades sociais, econômicas e espirituais dos legionários da boa vontade.

Diante do exposto sobre a liderança carismática, pode-se esboçar o seguinte quadro tipológico sobre o profeta e o sacerdote (baseado em Max Weber), que, em linhas gerais, enquadra a estrutura da liderança na organização da LBV:

Quadro 1. O carisma dos líderes da Legião da Boa Vontade.

Líderes	Alziro Zarur	Paiva Netto
variáveis	Profeta Emissário	Sacerdote
função	revelar a vontade de Deus	organizar rituais e a igreja
status	sujeito organizacional	sujeito organizacional
saber	conhecimento revelado	conhecimento doutrinário

Alziro Zarur, por dar início à “Boa Nova”, por trazer a “Revelação” do “Novo Mandamento”, inspirado diretamente por Jesus, logo por Deus Pai (conhecimento revelado), encaixa-se perfeitamente na categoria de profeta emissário. Ele traz a espada da Justiça para destruir o mal (o comunismo) e a falsidade (falsas religiões), para unificar o povo de Deus em um só rebanho etc. Ele é perseguido, difamado, ridicularizado, mas se mantém firme em sua missão, pois essa é a vontade de Deus. Aos

poucos, vai organizando sua obra (LBV, Religião de Deus, editora, etc.), já que as demais religiões e movimentos espiritualistas não se unificaram sob seu comando único.

Seu papel é de organizar o “Povo de Deus” para a volta triunfal de Jesus. Tudo gira em torno desse objetivo sagrado.

Paiva Netto também irá manter essa chama acesa, porém seu perfil se aproxima do sacerdote.

Paiva Netto não traz mais “Revelação” alguma, muito menos divulga qualquer conhecimento revelado: seu conhecimento é da ordem doutrinária, doutrina formulada por Alziro Zarur (que é uma mixórdia de Messianismo, Catolicismo e Espiritismo kardecista, com tons de Esoterismo vulgar).

Organiza a Igreja – que começou já no fim da vida de Alziro Zarur –, os rituais religiosos (com mão-de-ferro) e toda a estrutura das IBVs.

Paiva Netto pode ser considerado como sendo uma espécie de “Sumo Pontífice” das organizações elebebianas, à maneira do Papa católico.

Nesse sentido, procura construir seu carisma sob o manto da respeitabilidade, profana e sagrada, por intermédio da continuidade da obra e da doutrina de Alziro Zarur (o profeta emissário de Deus).

Esse aspecto da liderança carismática de Paiva Netto é reforçado pelo meio externo à LBV, através das constantes afirmações por políticos, empresários, personalidades internacionais, atores e atrizes televisivos, além dos próprios membros da LBV e co-irmãs, no sentido da plena solidariedade das ações através das obras concretas como as creches, os lares para idosos, as escolas e campanhas diversas de doações, *acobertando* o crescimento material e a esfera de poder em que a LBV atualmente está inserida, levada por Paiva Netto desde o falecimento de Alziro Zarur.

Riqueza e poder são construídos através da solidariedade do próximo para com o mais necessitado, passando, é claro, pela intermediação do “irmão Paiva” (que também fala com Deus, assim como o “irmão Zarur” conversava com Jesus e demais santos e falanges espirituais, o que mantém a legitimidade do seu domínio carismático, perpetuando a sua autoridade sagrada sobre os fiéis e certa aura de respeitabilidade frente ao mundo profano).

Nessa esteira, Paiva Netto moderniza a arrecadação de fundos da LBV através da implantação do serviço de telemarketing (entre outras reengenharias nas IBVs), o que levou a uma solidificação da imagem junto à opinião pública de filantropo, mais do que a de líder religioso – esta fica inserida mais no universo dos seus seguidores.

O ecumenismo é reforçado e todos, independentemente de religião, seitas ou filosofias, são “convidados” pela maciça propaganda⁶⁹ a contribuírem com a obra da LBV, em nome daquele valor fraterno.

Isso fica mais claro quando,

“segundo Jornal O Globo (21/mar/2001), a LBV teria arrecadado quase 215 milhões de reais junto a 2 milhões de doadores brasileiros no ano de 2000, números que a LBV não contesta. O valor exato é 212.924.000 e a colocava, em 2001, como a 2ª maior entidade beneficente em termos de arrecadação; a 1ª é a Fundação Bradesco, que gastou naquele ano 349.793.000. Em 2002, a LBV caiu para a 3ª posição, embora sua arrecadação tenha tido um ligeiro aumento, subindo para 218 milhões” (Paula, 2003: 80).

Não vamos nos esquecer de que não há pagamento de impostos sobre as doações arrecadadas nem sobre seu patrimônio, pois a LBV é uma instituição de utilidade pública e possui o certificado de entidade beneficente de assistência social, o que legitima seu trabalho filantrópico perante a sociedade civil, criando um escudo de defesa (jurídico-legal e sagrado) às injúrias, às difamações e às acusações - pertinentes ou não - em provas advindas dos que são contra o ecumenismo fraterno e as ações de solidariedade da LBV, fundadas no amor de Jesus e de Deus (sempre há o argumento de que o Mal persegue o Bem, o outro é o demônio, etc.).

A solidariedade, o poder e a riqueza da LBV são resultados de práticas de doações e do trabalho voluntário bem organizado e gerido pela filantropia empresarial. É importante frisar que os valores econômicos obtidos são aplicados pela instituição com a finalidade de ajudar ao próximo, mas por outro lado, não há como negar o crescimento, a olhos vistos, da riqueza patrimonial.

Ocorre que essa riqueza vem acompanhada de poder, não apenas do poder profano, principalmente dado pela esfera econômica; mas do **poder do sagrado**. A riqueza não é vista como uma apropriação, mas sim como prova de que se dedicando ao Reino de Deus, tudo o mais lhe será ofertado: afinal, a LBV é obra de Deus, e quem pode contra Deus? E contra sua “Cristópolis”?

⁶⁹ Segundo matéria de O Globo, de 18 de março de 2001, a LBV gastou R\$ 39,4 milhões de reais em publicidade, entre 1997 e 1998 (PAULA: 2003, 82).

CRISTÓPOLIS

Já imaginaram o Novo Éden da Família Legionária? Os integrantes do Moderno Povo de Deus, reunidos num só rebanho pelo Divino Pastor? Todos vivendo felizes, amando-se uns aos outros, não com o amor dos homens – mas com O AMOR DO CRISTO? É a Cristópolis celestial, que desce do invisível para o visível. E será o Paraíso da Família Legionária: JESUS no meio de todos nós; todos nós em volta de JESUS. E os anjos cantando:

- GLÓRIA A DEUS NAS
ALTURAS!
PAZ NA TERRA AOS
HOMENS, MULHERES,
JOVENS E CRIANÇAS DA
BOA VONTADE DE DEUS!

Está escrito..., mas eu vos digo... Jesus Está chegando, veja quem tem olhos de ver. Ouça quem tem ouvidos de ouvir!⁷⁰

Ao falecer em 21 de outubro de 1979, por volta das 16 horas, em casa, à Rua Rainha Guilhermina nº 39, no Leblon⁷¹, pouco antes de completar 65 anos, em 25 de dezembro, Alziro Zarur morava no bairro mais nobre da zona sul do Rio de Janeiro.

Enquanto isso, recomendava ao “moderno povo de Deus” para esperarem pela volta de Jesus para viverem no paraíso. Ele já estava no “paraíso” do Leblon confortavelmente aguardando essa volta...

E Paiva Netto, quando falecer, estará em sua mansão no Parque Way, em Brasília, ou em sua mansão no bairro do Morumbi, em São Paulo, ou em sua mansão no bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, ou em sua residência em Portugal?

⁷⁰ Cristópolis é mais uma imersão à idéia do sagrado que se materializa no mundo profano, o planeta Terra, à qual a fala de Alziro Zarur nos remete (Paiva Netto, 1978: 294).

⁷¹ Jornal O Globo, de 23 de outubro de 1979, página 14.

CAPÍTULO II

A ERA DA ESMOLA: UMA ANTEVISÃO DA SOCIEDADE DO SÉCULO XXI.

Algum dia, é claro – e não vou fazer previsões sobre quando, exatamente – eles estão destinados a se cansar de receber tão pouco em troca e exigir que sejam pagos pelo que valem. Haverá muita raiva quando este dia chegar, e greves e destruição. Mas o céu não vai cair e no final estaremos todos em melhor situação.

(Barbara Ehrenreich. *Miséria à americana*)

Riqueza material da Legião da Boa Vontade

A esmola como doação é uma ação social econômica capaz de alavancar o surgimento e a sustentabilidade de qualquer instituição. Então, o que dizer dos indivíduos pura e simplesmente, os autônomos da economia da esmola? Terão eles sucesso em seu empreendimento? Não os chamemos mais de mendigos, alcunha esfarrapada pelo uso histórico-social depreciativo, chame-mo-los de..., “free-lancers da dádiva”; afinal, como diz o ditado popular: quem dá aos pobres empresta a Deus.

Em Uberlândia, cidade desenvolvida do Triângulo Mineiro, o Ministério Público Estadual combate a mendicância⁷² com uma campanha e um dos dizeres fixados em vários painéis publicitários é:

QUEM DÁ ESMOLA NÃO DÁ FUTURO

Em Goiânia, capital de Goiás, uma senhora que há mais de 20 anos pede esmola nas ruas obtém um rendimento médio por mês de três mil reais (reportagem televisiva do Jornal da Record, em 3 de agosto de 2007).

Na cidade do Rio de Janeiro, o problema social da mendicância é o mesmo, como por exemplo, na zona sul da cidade, em bairros nobres onde o poder aquisitivo é

⁷² Cf matéria jornalística no anexo XIV.

alto, crianças, adolescentes, adultos e idosos disputam os vários “pontos” pelas esquinas e semáforos. O poder Municipal pouco faz, ou pouco consegue.⁷³

Nas demais capitais do país, o quadro se repete, muito devido ao êxodo rural em direção aos centros urbanos em busca de melhores condições de vida - um êxodo mais do que bíblico, um êxodo sem fim em países onde o subdesenvolvimento é duradouro.

O contexto urbano de carências, as mais diversas, sinaliza, entre outras possibilidades, para a institucionalização da pobreza e para a impessoalidade da dádiva. Isto fica claro quando observamos mais atentamente os programas de política social do poder público, como o atual *Programa Bolsa Família* (como também todas as demais “bolsas” e vales “isso e aquilo”. Não nos esqueçamos, ainda, da extinta LBA: Legião Brasileira de Assistência, do poder público federal) e as iniciativas, cada vez mais generalizadas, da esfera privada, nomeada como terceiro setor: a filantropia.

Se for verdade que vivemos em uma época pós-moderna⁷⁴, quando a rapidez (velocidade e ritmo tresloucado), a mudança (transformações caóticas), a fragmentação (pedaços e mosaicos inteligíveis) e a flexibilidade (o efêmero se torna o padrão da insignificância) – dentre outros imagináveis valores – regulam a vida social em todas as suas dimensões; também é verdade que a acumulação de capital persiste e que o imperativo moral “a vida tem precedência à propriedade privada” cada vez mais faz sentido no complexo caótico socioambiental da vida no planeta Terra. Mas o que se vê é: a propriedade privada tem precedência à vida.

A vida em si é uma experiência fabulosa, mas pode ser utilizada como um meio pura e simplesmente sem atentar para si mesma. Pode ser utilizada para construir pirâmides, ou para fazer guerras, para dar espetáculos musicais e esportivos, criar sonhos, para montar religiões e, por que não, confeccionar organizações filantrópicas.

Confeccionar nos remete à idéia de tecer, e essa metáfora sinaliza para o que de fato ocorreu: a LBV vem “tecendo” sua riqueza pouco a pouco, desde 1950, primeiramente com Alziro Zarur e, a partir de 1979, com o falecimento deste, com Paiva Netto à frente da “nau capitânia”.

O patrimônio que a LBV acumulou nesses cinquenta e oito anos de existência chama a atenção; afinal, uma instituição que se diz filantrópica, que se organizou juridicamente como tal, para atender a crianças órfãs, ou famílias muito pobres, idosos

⁷³ O anexo VII mostra reportagem sobre este tópico.

⁷⁴ Para uma discussão mais específica deste tema ver Frederic Jameson, Zygmunt Bauman, Bruno Latour, Marshall Berman, David Harvey, entre outros.

carentes, etc., e adquire, em função dessa atividade, Rádios, Rede de TV, Gráfica, Gravadora, fazendas e imóveis diversos é, para se dizer o mínimo, *sui generis*.

Em artigo publicado no jornal *O Globo*, sob o título, *LBV desvia dinheiro de pobres para financiar mordomias* (*O Globo*, 18 de março de 2001), os jornalistas Rubens Valente e Chico Otávio promoveram uma investigação sobre o que eles designaram como “Império da Boa Vontade”:

Comovidos com os apelos de solidariedade a crianças pobres e idosos desamparados, dois milhões de brasileiros depositaram, só no ano passado, R\$ 215 milhões nos cofres da Legião da Boa Vontade (LBV), a maior entidade não-governamental do país. Sem saber, essa legião de doadores de boa vontade não contribui apenas para "a construção de um mundo no qual as pessoas vivam em paz", como prega a instituição. Seu dinheiro serve também para erguer um mundo particular cercado de conforto, luxo e segurança para o diretor-presidente da LBV, José de Paiva Netto.

Casas de luxo no Rio, em São Paulo e em Brasília, um chalé no Rio Grande do Sul, pelo menos quatro carros de primeira linha, jatos fretados, salário de R\$ 13 mil, despesas pagas, motoristas e seguranças à disposição: tudo vai para a conta da LBV e para a igreja Religião de Deus, da qual Paiva Netto é "presidente vitalício e em caráter irrevogável". Ele usa seis casas, sendo que apenas duas estão em seu nome. As outras estão registradas em nome da LBV e da Religião de Deus.

- As casas foram adquiridas para atender às necessidades do presidente - afirma Francisco Periotto, assessor especial de Paiva Netto (anexo III).

Essas considerações revelam a “ponta do iceberg” com o qual nos deparamos. Segundo os autores da reportagem:

A LBV diz estar entre as seis maiores ONGs do mundo "em eficiência" (leia-se doações), comparável ao Greenpeace. Segundo o assessor de comunicação da LBV, Paulo Alziro Schnor, mais de 80% das doações são feitas por brasileiros das classes C, D e E (anexo 3).

E arrematam:

Na esteira do sucesso da organização, Paiva Netto trocou uma casa de fundos no subúrbio de Guadalupe, no Rio, onde passou uma infância pobre, pelo império da filantropia. Ele vive entre três casas luxuosas: uma no Rio, com piscina e vista para a Lagoa Rodrigo de Freitas, uma em São Paulo, no Pacaembu, e outra no setor das mansões Park Way Sul, em Brasília (anexo 3).

A reportagem estimou em cerca de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) o que a LBV arrecada por mês em doações segundo declarações dos representantes da mesma – uma soma extravagante para a realidade social e econômica da população brasileira que vive um estado de precariedade dos serviços públicos em geral. Infelizmente, não há como se acessar o livro caixa da instituição para a devida comprovação.

Mesmo sem poder precisar a soma exata da arrecadação, alguns dados chamam a atenção:

Segundo balanço da Walter & Heuer, empresa de auditoria contratada pela própria LBV, a entidade apresentou um superávit de R\$ 16 milhões no período 96/97/98.

Um aspecto fundamental da LBV é seu poder de propaganda. Segundo a auditoria, a entidade gastou R\$ 39,4 milhões em "comunicação e divulgação cultural" no período 97/98. Isso equivale a cerca de 40% de tudo o que foi gasto com serviço social e educacional no ano de 1998 (anexo 3).

Essa é uma organização filantrópica fabulosa para poder destinar à propaganda, por um período de dois anos, trinta e nove milhões e quatrocentos mil reais, como o fez a LBV.

Não é de se espantar que tenham montado um “teatro de operações de doações”, com operadores de telemarketing e cobradores; inclusive com cartilha⁷⁵ orientando as várias formas de abordagem para se obter a doação (sempre em dinheiro).

Em outra reportagem do jornal *O globo*, em 19 de março de 2001, sob o título, *LBV na lista negra do INSS*, os mesmos repórteres desvendam as dificuldades e irregularidades financeiras da LBV:

Fiscalização extraordinária do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) encontrou irregularidades em 350 das 400 unidades da Legião da Boa Vontade (LBV) no país, segundo o diretor de Arrecadação do órgão, Valdyr Simão. Em fase de conclusão, a fiscalização apurou R\$ 2 milhões de dívidas não pagas no exercício do ano passado. Segundo o diretor, ainda que a LBV pague tudo será feita uma representação criminal contra a entidade por crime de apropriação indébita previdenciária.

A fiscalização foi iniciada no início do mês, com a participação de cinco fiscais. Os débitos referem-se às contribuições previdenciárias dos funcionários da LBV (a isenção garantida às entidades filantrópicas só atinge a contribuição patronal). Além desse valor, a LBV deve outros R\$ 8,4 milhões ao INSS, referentes a períodos anteriores ao ano de 2000, e R\$ 4,5 milhões pelo não recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos seus 5.450 empregados (anexo 3).

A situação era tão grave que a LBV, segundo a reportagem,

“ameaçava ‘suspender as atividades sociais, assistenciais e educacionais que promove’, conforme afirmou em ação de execução fiscal por dívida com o FGTS” (anexo 3),

pois os nomes de Paiva Netto e do procurador da LBV, Mário Bogeia Nogueira da Cruz, seriam enviados ao Cadastro dos Inadimplentes (Cadin).

Mas se a arrecadação era tão volumosa, por que a crise? Algumas explicações possíveis são: crescimento das Instituições da Boa Vontade em ritmo maior do que o

⁷⁵ Material obtido junto ao Jornal O Globo por intermédio do jornalista Chico Otávio.

crescimento da arrecadação; ou queda da arrecadação por suspeitas de corrupção e desvio de função; ou simplesmente o famoso “caixa dois” – dinheiro não contabilizado que é utilizado para fins que só Jesus sabe, se é que sabe...⁷⁶

Seja como for, a LBV, ou melhor, as IBVs se recuperaram financeiramente. A imagem de entidade dita “acima de qualquer suspeita” também foi renovada. Sua expansão continua e o crescimento de seu patrimônio idem.

A retórica aqui utilizada permeia o campo da denúncia, o que quase sempre desperta animosidades, por isso é bom fundamentarmos com alguns dados esta exposição, prevenindo a avalanche que possivelmente virá contra o presente trabalho.

Vejamos uma lista de bens imóveis que as IBVs possuem, bem como algumas de suas empresas e estrutura organizacional:⁷⁷

1. Bens Imóveis em nome da LBV:

- a) Lote 75 da Quadra 915, do SGA/Sul, matrícula 48.599. Complexo do Templo da Boa Vontade e ParlaMundi (Certidão do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal);
- b) Área Especial nº 11, Setor Sul, Taguatinga, DF, matrícula 234791 (3º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal);
- c) Lote nº 02, do Conjunto 09, da Quadra 17, do SMPW/Sul, registro 02, matrícula nº 26123 (4º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal);
- d) Fazenda Fontoura, localizada no Município de Vila Rica, em Mato Grosso, área de: 39.950 Hectares, matrículas nº 6.420/6.419/6.418/12.697 (Tabelionato e Registro de Imóveis da Comarca de São Félix do Araguaia).⁷⁸

⁷⁶ No anexo 4 se constata através de uma reportagem do programa televisivo *Fantástico* das organizações Globo, mais um caso típico da economia da esmola, sobre uma ONG que arrecadava fundos para pessoas com câncer. A operação policial que desbaratou o grupo foi designada como Operação Fármaco. O que chama a atenção: os diretores eram ex-membros da LBV que resolveram montar um “negócio” próprio com a experiência adquirida com Paiva Netto.

⁷⁷ Não é uma lista completa, mas possibilita para quem “tiver olhos para ver”, o entendimento do que seja a esmola organizada. No anexo XI pode ser visto o organograma da LBV e Religião de Deus.

⁷⁸ Propriedade adquirida em 1999. Valor estimado em R\$ 34.420.000,00. Mais tarde a LBV tentou vender a fazenda ao INCRA, pelo valor de R\$ 20,9 milhões, para saldar dívidas fiscais. Só com o INSS, em 1998, havia uma dívida de R\$ 1.456.801,93 (documentos internos do Jornal O Globo).

e) Imóvel da Rua Joaquim Campos Porto, nº 526, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, matrícula nº 50586 adquirido em 1995 (Registro Geral – 2º Ofício).

2. Bens Imóveis em nome da Religião de Deus:

a) Imóvel da Rua Itassucê, nº 80, Pacaembu, São Paulo, matrículas nº 13.235 e 11.410 (2º Cartório de Registro de Imóveis).⁷⁹

3. Bens Imóveis em nome de Paiva Netto:

a) Imóvel da Rua Joaquim Campos Porto, nº 520, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, adquirido em 1983 (Registro Geral – 2º Ofício).

b) Apartamento no Edifício Central Point, Alameda Eduardo Prado, nº 191, Santa Cecília, São Paulo, adquirido em 1985, matrícula 54.510 (2º Cartório de Registro de Imóveis).

c) Prédio na Rua Joaquim Campos Porto, nº 520, Gávea, Rio de Janeiro, adquirido em 1982, matrícula 48077 (Registro de Imóveis – 2º Ofício).

4. Bens Imóveis em nome de Maria das Graças Paulote de Paiva (ex-esposa de Paiva Netto):

a) Mansão da Rua Los Angeles, nº 7, Serra da Cantareira, Mairiporã, São Paulo, matrícula 11.432, em 30/11/1987 (1º Cartório de Notas e Ofício de Justiça/SP).⁸⁰

b) Imóvel Lote 4, Quadra 3, Loteamento Jardim Monte Belo, Campos do Jordão, São Paulo, com 1.830 m², adquirido em 1986, matrícula nº 13.534 (Cartório de Registro de imóveis – Comarca de Campos do Jordão).⁸¹

⁷⁹ Imóvel adquirido pela LBV em 1983 e doado à Religião de Deus em 1984, que doou de volta a LBV em 1989, que por sua vez doou de novo para a Religião de Deus alguns meses à frente, no mesmo ano de 1989 (documentos internos do Jornal O Globo).

⁸⁰ O imóvel atualmente é alugado pela ex-mulher à Paiva Neto (documentos internos do Jornal O Globo).

⁸¹ Este imóvel foi comprado pelo casal Paiva Netto (com sua primeira esposa). O Terreno foi doado à LBV que construiu no mesmo uma residência com 765,84 m², e o doou, de volta, em 1993, a agora sua ex-esposa sob o nome de solteira, pois que divorciada: Maria das Graças Magaton Paulote.

5. Sede Central e Filiais Internacionais da LBV:

- a) Matriz: Rua Sérgio Tomás, 740, Bom Retiro, São Paulo, Brasil, CEP 01131-010. Tel.: (+5511) 3225-4500;
- b) LBV da Argentina: Calle José Mármol, 964, Boedo, Buenos Aires, CP C1236ABL. Tel.: (+5411) 4925-5000;
- c) LBV da Bolívia: Calle Cuba, 1905, Miraflores, La Paz, Casilla de Correo 5951. Tel.: (+5912) 222-5749;
- d) LBV dos Estados Unidos: 20 Calumet Street, 1 floor, Newark/NJ, Zip Code 07105. Tel.: (+1973) 344-5338;
- e) LBV do Paraguai: Ruta Mariscal Estigarribia, 1.534 – Km 09, Fernando de La Mora, Assunção. Tel.: (+59521) 520-6301/1;
- f) LBV de Portugal: Rua Alexandre Herculano, 355, Freguesia da Sé, Porto, CP 4000-005. Tel.: (+35122) 208-6494;
- g) LBV do Uruguai: Av. Agraciada, 2.328, Aguada, Montevideo, CP 11800. Tel.: (+5982) 924-2790.

6. Instituições da Boa Vontade (IBVs):

- a) Templo da Boa Vontade e ParlaMundi;
- b) Rede Mundial de Televisão:
 - UHF Canal 11.
 - Canal 18.
- c) Mundial Gráfica;
- d) Editora Elevação;
- e) Gravadora Som Puro;
- f) Fundação José de Paiva Netto (FJPN);
- g) Associação Educacional Boa Vontade (AEBV);
- h) Super Rede Boa Vontade de Rádio:
 - AM 1230 kHz – São Paulo/SP.
 - AM 940 kHz – Rio de Janeiro/RJ.
 - AM 1300 kHz – Porto Alegre/RS.
 - OC 25 m – 11.895 kHz – Porto Alegre/RS.
 - OC 31 m – 9.550 kHz – Porto Alegre/RS.

- OC 49 m – 6.160 kHz – Porto Alegre/RS.
- AM 1210 kHz – Brasília/DF.
- FM 88,9 Mhz – Santo Antonio do Descoberto/GO.
- AM 1350 kHz – Salvador/BA.
- AM 610 kHz – Manuas/AM.
- AM 550 kHz – Montes Claros/MG.
- AM 550 kHz – Sertãozinho, região de Ribeirão Preto/SP.
- AM 1210 kHz – Uberlândia/MG.
- AM 1270 kHz – Campinas/SP (de 16 às 19h).
- OT 63 m – 4.785 kHz – Campinas/SP.
- AM 1310 kHz – Maringá/PR (2ª a 6ª, de 16 às 19h).
- AM 1210 kHz – Araçatuba/SP (2ª a 6ª, de 16 às 19h).
- AM 1270 kHz – Curitiba/PR.

7. **Produtos:**

a) Revistas:

- Revista Boa Vontade.
- Revista Jesus Está Chegando.

b) Produtos esotéricos;

c) Diversos livros, CDs e rádios novelas, cartões de Natal e brindes vários (temas espiritualistas);

d) Sítios na Internet:

- www.lbv.org.br / www.lbv.org.ar/ www.lbv.org.bo /
- www.legionofgoodwill.org / www.lbv.org.py / www.lbv.pt /
- www.lbv.org.uy
- www.boavontade.com
- www.paivanetto.com.br
- www.religiaodedeus.org.br
- www.iejpn.com.br
- www.revista.boavontade.com
- www.acaojovemlbv.com.br
- www.parlamundi.com.br
- www.redemundial.com.br

- www.tbv.com.br
- www.clube.boavontade.com
- www.soldadinhosdedeus.com.br
- www.elevacao.com.br
- www.sompuro.com.br
- www.redeboavontade.com.br

Na medida do possível, as informações estão atualizadas, mas devido à grande complexidade e aos custos de se obter informações sobre os bens patrimoniais, é provável que já tenha havido mudanças de titularidade em algumas das propriedades citadas, o que não compromete a listagem aqui referida, pois o intuito é mostrar onde parte dos recursos obtidos com doações tem seu destino final.

A listagem indica, não só pelos bens patrimoniais como fazenda, terrenos, casas e apartamentos, mas, sobretudo pelas empresas, como um maciço volume de dinheiro obtido através do apelo filantrópico via creches e programas de assistência social (que de fato existem) pode resultar em um acúmulo de capital.

E por que acúmulo de capital? Porque manter algumas creches, escolas, asilos não sorve o fluxo financeiro das IBVs, se o fizesse, não haveria condições para se montar, por exemplo, um canal de TV, em que os custos são altíssimos.

Logo, o dinheiro sobra e sobra muito, sendo investido no mercado capitalista, basicamente em empresas e negócios de comunicação, realizando assim, também, seu próprio marketing, em uma espécie de retro-alimentação, pois essas empresas geram mais dividendos.

Lembremos aqui de duas frases de Paiva Netto:⁸²

- *A Economia é a mais religiosa das ciências.*
- *Falta solidariedade à Economia. O modelo ideal da Economia é a Economia da Solidariedade Humana.*

Pode-se referir aqui, também, aos bens de ordem simbólica, como as várias medalhas recebidas por Paiva Netto, os vários títulos e menções honrosas etc. Mas para se evitar apologias desnecessárias, remeto o leitor ao anexo IX, onde encontrará a lista

⁸² Frases retiradas do sítio: www.paivanetto.com.br. Capturado em 25/08/2007.

dos bens simbólicos de Paiva Netto; e reparem bem, de Paiva Netto, sem qualquer menção à pessoa de Alziro Zarur.

Pelo que se constata, com os elementos aqui frisados, a filantropia empresarial (apesar das dificuldades inesperadas que surgem – e qual negócio não possui seus desafios e mesmo perdas?), é um ramo de atividade capitalista altamente lucrativo – o que aponta para a alcunha da economia da esmola.

Ela não é taxada pelas várias instâncias do Estado brasileiro, pela esfera Municipal, pela esfera Estadual e pela esfera Federal. O Estado brasileiro está perdendo um grande filão de arrecadação tributária, talvez por um “incômodo” técnico afinal o fato gerador seria qual, a *doação*, o *dízimo*, ou a *caridade*?

Na verdade todos eles...

Mesmo assim, o Estado obtém vantagens. Ainda mais certo é dizer “um tipo de Estado”, o Estado mínimo que abdica gradualmente de sua função de prover em conjunto com a sociedade civil os direitos sociais e, portanto, a própria cidadania.

O negócio da filantropia empresarial.

O Brasil é um país de território vasto, com riquezas inúmeras, climas diversos, grande agregado cultural, possibilidades imensas de ser uma nação próspera, uma sociedade com justiça social e cidadania equivalentes às nações mais desenvolvidas econômica e socialmente; entretanto, apesar do dito popular que afirma que “Deus é brasileiro”, o “Sinistro” parece pairar cada vez mais sobre nossas cabeças.

Esse é o tom do discurso que vem se tornando lugar comum pelas paragens de cá, sob a égide do neoliberalismo afirmando que:

No Brasil cresce o entendimento de que a política de desenvolvimento social deve ter a iniciativa privada como principal estimulador, devido às limitações financeiras e estruturais da ação estatal. É necessário que a sociedade se mobilize e busque recursos junto às empresas privadas.

Segundo pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), de 2001, 81% dos empresários que realizaram atividades sociais, ou fizeram

doações por motivos humanitários, apontaram que “além da melhoria da qualidade de vida da comunidade, essa atuação é recompensada também por uma satisfação pessoal” (revista Almanaque Brasil de cultura popular, ano 6, nº 62, maio de 2004: 29).

Como se o setor privado, no Brasil, não vivesse das benesses do poder público (desde obras e licitações superfaturadas e manipuladas, até anistias de dívidas milionárias que via de regra, os políticos aprovam)!

Enfim, o argumento de ajudar ao próximo está se tornando um grande negócio de ajuda ao empresário filantropo, às suas empresas e a sua imagem. A ação social da caridade torna-se, a cada dia, uma ação racional no sentido mais forte dentro do escopo weberiano.

Tanto o é que em artigo de título *Filantropia estratégica – nem despesa nem caridade. É um investimento*, o empresário Marcelo Cherto declara:

MINHA EQUIPE E EU estamos envolvidos na implantação daquela que acredito, será a primeira operação de franchising como deve ser de uma entidade filantrópica em todo o mundo. Estamos trabalhando para disseminar, por todo o Brasil, as escolas profissionalizantes Formare, da Fundação Iochpe. Mas vou me limitar, nesta coluna, a tratar dos benefícios que franqueadores e franqueados poderiam extrair da prática da chamada “filantropia estratégica”: os investimentos que empresas de visão vêm fazendo em atividades comunitárias como forma de motivar seu pessoal, adquirir a admiração da comunidade e atrair uma nova geração de funcionários mais ligados ao tema. Em muitos casos, há também a expectativa de, a longo prazo, reduzir custos provocados ou agravados pela desigualdade sócio-econômica e pela degradação do tecido social, tais como despesas com segurança (revista Pequenas empresas – grande negócios, ano XII, nº134, março/2000, p.122).

Quer dizer então, que a questão da segurança civil, a degradação do tecido social são, na verdade, uma questão filantrópica, e não de cidadania, para não se falar nem mesmo no conceito de direito social ou em um mais radical, o de luta de classes? Ou

seja, não é um problema do Estado, mas sim da responsabilidade de homens de bom coração, ou nos dizeres elebebianos, da boa vontade dos homens e mulheres.

E prossegue:

Os investimentos que as empresas que atuam no Brasil vêm fazendo no chamado Terceiro Setor têm crescido. Mas ainda são baixos, diante das necessidades e das oportunidades. E boa parte dos recursos provém das grandes companhias. Por enquanto, são relativamente poucas as pequenas e médias empresas, incluindo aí franqueadores e franqueados que cultivam o hábito de investir em ações sociais de uma forma estruturada. Talvez pelo fato de seus dirigentes ainda acreditarem que o Estado (que está falido) será capaz de cuidar de todos os problemas. Talvez por confundirem filantropia com caridade, algo que não faz parte da missão da maioria das empresas que conheço. Filantropia estratégica é investimento, não esmola. Se praticada corretamente, dá resultados (p. 122).

Eis o coração exposto: sendo a filantropia um investimento social e econômico, e não uma caridade, não uma esmola, estamos diante de um negócio, um negócio capitalista com responsabilidade social, que irá prover acumulação de capital dentro das regras do jogo do mercado e curiosamente pegando dinheiro do tal Estado falido através de vários mecanismos legais.

Ainda nesse artigo, o autor comenta a alegria de trabalhar ganhando menos (ele e seus funcionários), em projetos filantrópicos – não seria isso dumping social? Mas e o que dizer-se do trabalho voluntário que ganha proporções apreciáveis em nossa sociedade, se não em números absolutos de grande expressão, ao menos em valoração social e moral – quem em sã consciência poderá ser contra tal grandeza de espírito? Talvez alguém que precise viver de salário, ter alguma remuneração para sustentar a si e sua família, e que não possa ser então, tão grandioso assim.

Avancemos com a filantropia empresarial e estratégica.

Sob o chamativo título de, SUA DOAÇÃO É MEU SALÁRIO, na revista *AMÉRICA economia*,⁸³ que aborda o universo dos MBAs, escolas de negócios, mundo corporativo dos executivos e tudo a eles relacionado, desponta o artigo acima

⁸³ ÁLVAREZ, Magdalena. Sua doação é meu salário. Revista América economia, 14 de agosto, 2006.

nomeado, pois é referenciado na página do próprio magazine como filantropia/escolas de negócios.

Esse artigo traz em primeira página o retrato do senhor Cláudio Haddad, sorridente, com a legenda: arrecadação de US\$ 5 milhões.

Mas o que significa isso: filantropia empresarial? Afinal filantropia, como vimos, está ligada à caridade, seja ela lícita ou aparente, não importa aqui. Importa que haja caridade; mas nem sempre é assim.

A doação financeira assume muitos papéis no mundo capitalista, atuando em várias esferas, e esta, a doação empresarial para o próprio empresariado – evita-se o termo caridade – é mais uma forma de se arrebatar o dinheiro alheio.

O estômago pode ser relacionado com a acumulação de comida que produz saciedade (não entremos nos intestinos, ao menos por ora), e não parece ser muito diferente aqui, onde, de forma simbólica, o artigo começa o relato de sucesso dessa acumulação de fundos:

OS PRATOS ESTAVAM sobre a mesa. Os presentes eram 42 empresários e suas famílias, convidados a almoçar na nova sede do campus da Escola de Negócios Ibmec São Paulo. Tratava-se da inauguração do reluzente edifício e de um novo projeto educativo que estava imerso entre as sobranças de seu criador, o brasileiro Cláudio Haddad. Com um custo total de US\$ 25 milhões, quase US\$ 5 milhões provinham de doações da nata do empresariado paulistano, os mesmos senhores que em 31 de janeiro estavam a ponto de almoçar e que graças a seus aportes tinham a honra de pertencer ao Grupo de Amigos do Ibmec de São Paulo.

Cláudio Haddad, reconhecido personagem da área acadêmica empresarial do Brasil, utilizou todas as suas habilidades para que os ilustres cidadãos vinculados aos negócios mostrassem seu lado filantrópico, uma virtude que, diferentemente do que ocorre nos EUA, garante pouco brilho na região. As escolas de negócios da América Latina estão longe de financiar seu orçamento com doações, como acontece no país do norte, onde as universidades privadas mais importantes como Harvard, Stanford, Wharton e Duke captam até 50% de sua receita por meio de doações. Sem ir mais longe, este mês a escola de negócios da Universidade de Stanford recebeu um pequeno presente de US\$ 105 milhões de seu ex-aluno, fundador e

presidente da Nike Inc, Philip H. Knight, aporte que se acredita ser o maior que uma escola de negócios já havia recebido e que possibilitará a construção de um novo campus universitário, The Knight Management Center (2006: 55).

O artigo prossegue tecendo considerações sobre o fato dessa prática ainda ser pouco utilizada na América Latina, muito embora venha crescendo. Destaca que o maior empecilho é de ordem cultural, mas que aos poucos vai sendo superado:

Mas sopra uma brisa de mudança na região. Cláudio Haddad, que foi presidente do extinto Banco Garantia, já deu um importante passo ao conseguir arrecadar doações destinadas a erguer o Ibemc São Paulo, para o qual colocou toda a máquina à disposição. Falou com amigos, bancos, empresas. Contou-lhes de seu projeto educacional de excelência. Convidou-os a formar parte desse sonho altruísta que incluía algo concreto: a construção de um novo campus, onde cada pessoa ou empresa podia patrocinar um espaço e batizá-lo com o nome de um familiar, por exemplo. [...]

Haddad e seus assessores foram tão bem sucedidos que para dezembro de 2005 já haviam superado em 10% a meta de fundos de doações que haviam fixado. Finalmente conseguiram R\$ 12.5 milhões, parte dos quais foi destinada a um fundo de bolsa. “Agora, as empresas se aproximam para participar dos projetos antes mesmo de serem convidadas”, conta, orgulhoso, Capito.

Com o dinheiro arrecadado, o Ibmec São Paulo alcançou uma reserva de caixa bastante cômoda. No entanto, já estão trabalhando para conseguir novas formas de financiamento. “Queremos que nossos formandos sejam a principal fonte de doações nos próximos anos, queremos que eles sejam os principais defensores do projeto”, explica Capito. A idéia é que no próximo almoço que os Amigos do Ibmec São Paulo celebrem haja muito mais pratos na mesa (2006:56-7).

Tinha de terminar mesmo à mesa...⁸⁴

Alguns aspectos chamam a atenção nesse projeto que já é realidade, tais como a formação ideológica para se ter futuros doadores saídos de suas próprias fileiras (como no primeiro mundo), e não somente formação de membros “crentes” no mercado capitalista e, também, para a nuance de ser este um projeto fruto de sonho “altruísta”.

Sempre há um propósito nobre para se passar a “sacolinha”, crianças necessitadas, idosos abandonados, moradores de rua, desabrigados, a salvação da alma (pagamento dos dízimos) e tantas outras justificativas.

Mas temos também os “necessitados” mais abastados, com pedidos para faculdades, colégios religiosos, museus privados, hospitais privados, partidos políticos etc. Todos querem e precisam de uma doação para sobreviver, realizar seus sonhos, mostrar o quanto são altruístas e fundamentais para uma sociedade mais solidária e mesmo para contribuírem com a sustentabilidade social; ou seria mais acertado rasgar o véu e anunciar que o subdesenvolvimento está sendo sustentado graças a um *moto continuum* do real estado de miséria que é a base de toda a fundamentação das doações, sejam elas quais forem?

A economia da esmola vem sendo utilizada como estratégia de desenvolvimento social, pelo chamado terceiro setor e por empresas privadas em parcerias com ONGs ou autonomamente. É a regularização da pobreza: tentativa de gestão de um estado satisfatório, no qual a miséria e a pobreza possam ser mantidas sem que se afete em demasia o mercado.

Neste sentido, Nathalie Beghin, no livro *A Filantropia Empresarial – nem caridade, nem direito*, traz contribuições esclarecedoras que desnudam esse mito.

Comentando sobre a emergência de novas práticas filantrópicas de instituições empresarias e suas associações e federações, tais como: a Fundação Abrinq, a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (ABIFARMA), Federação de Indústria de São Paulo (FIESP), entre outras; a autora argumenta que:

A análise dessas instituições e práticas confirma algumas das premissas anunciadas anteriormente: frente à nova questão social, as empresas

⁸⁴ Sugiro uma viagem pelo livro, *Banquete – uma história ilustrada da culinária, dos costumes e da fartura à mesa*, de Roy C. Strong, como também pela obra, *História da alimentação*, sob a direção de Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari (vide referências bibliográficas). “O tema central de *Banquete* é a conexão entre o que acontece às refeições e a estrutura da sociedade, mostrando como o ritual que cerca a alimentação é um teatro no qual se representam de maneira clara a estratificação social e as relações de poder” (nota de orelha da referida obra). Seja em um *lôcus* empresarial, seja na “sopa do Zarur” às margens do meio fio das ruas.

privadas buscam criar condições para conferir legitimidade à ordem capitalista no Brasil, no sentido do que consideram sua eficiência e a credibilidade de suas instituições. Um “novo empresariado”, de acordo com essa perspectiva, suscitaria uma nova identidade coletiva pela difusão de uma consciência distinta, seja pelo grupo, em termos de seu próprio papel enquanto ator, seja pela formulação das visões da sociedade acerca desse ator (Diniz e Boschi, 1993) (2005: 69).

Assim,

As empresas privadas procuram, pois, apresentar soluções aos problemas sociais gerados por elas numa dupla operação que tem por fim último dissolver a esfera dos direitos sociais de modo a desobstruir o progresso do mercado. De um lado, elas se apresentam como (co)responsáveis pelo enfrentamento dos problemas sociais, a partir de uma postura que se diz “ética” ou “cidadã”, ocultando, dessa feita, sua verdadeira responsabilidade nas causas desses problemas (i.e., desemprego, relações de trabalho cada vez mais precárias, salários aviltantes). Essas questões são ignoradas revelando, pois, que o que se busca não é a efetiva inclusão social, mas a “administração” da pobreza, isto é, uma forma de integrá-la. (2005: 69-70).

Administração da pobreza através da economia da esmola, isto sim, e prossegue:

De outro lado, as empresas privadas atuantes e suas organizações procuram passar a imagem de que, quando praticam o ativismo civil, atendem a demandas de consumidores cada vez mais conscientes, exigentes e intolerantes quanto a práticas predadoras. O que se promove na realidade, com esse tipo de discurso, é o deslocamento do foco da atenção do cidadão para o consumidor, fortalecendo a idéia da “desnecessidade” do Estado, uma vez que os critérios de justiça social passariam a ser arbitrados no âmbito do mercado. Dessa maneira, tenta-se romper o contrato da cidadania social e estabelecer as bases de uma “nova contratualidade” fundamentada não mais em direitos, mas nos termos da

solidariedade privada e da responsabilidade moral. As conseqüências dessa quebra de contrato dramatizam imensamente a questão social em um país no qual as transformações e modernizações se processam em ritmo avassalador, sem que tenham sido garantidos os princípios básicos da cidadania civil e os patamares mínimos de igualdade social (Telles, 1994) (2005: 70).

A filantropia, nessa perspectiva, adquire uma dimensão de intervenção social, no mais amplo sentido:

“a filantropia deve contornar os riscos decorrentes do mercado auto-regulável e os de uma visão jurídica das relações sociais. Onde a intervenção jurídica criaria novos direitos, a filantropia, ao contrário, mantém sob tutela os pobres, de modo a confirmar suas necessidades em vez de afirmar o direito de sair dessa situação” (2005: 46).

Logo, temos que

“o eixo norteador da filantropia é o de buscar ‘moralizar’ os pobres numa sociedade em que a maior parte deles encontra-se fora do mundo do trabalho, fora da ‘normalidade’” (2005: 46).

Mas de que modo isso se dá, qual a estratégia pertinente que faz com que as relações sociais enveredem por essa prática social?

Trata-se de “socializar” a miséria, isto é, fazer com que se aceite o papel que lhe foi atribuído na ordem social e com que renuncie a resistir a essa ordem. Nessa perspectiva, o dever moral da sociedade é desenvolver nos seus membros um sentimento social fundado em deveres mútuos, ligando os indivíduos uns aos outros. O dever entra em cena como uma idéia capaz, ao mesmo tempo, de substituir a noção de direito na base da reciprocidade social e de regular o interesse de um ponto de vista coletivo. O dever é, pois, o conceito-chave da produção de laços sociais, da solidariedade social; transforma-se na matriz de uma “moral ativa” que dissolve a

oposição entre individual e coletivo, privado e público. O dever promove a integração no corpo social e liga todos os membros entre si. A contraparte do dever moral é uma obrigação ética (2005: 46-7).

O dever assume o núcleo da ação social dos agentes, sejam eles seculares e/ou religiosos. Na verdade, o campo religioso é o que mais dele se beneficia; afinal, teremos o dever não como uma obrigação de solidariedade promovida pelos seres humanos tão somente, mas pelo mando de Deus.

Assim, o dízimo, mais do que um pacto com Deus, é um dever de todos os filhos e filhas de Deus, que transcende a moral e a ética secular para um sentido sagrado além da dimensão do individual e coletivo, do privado e do público. Não importa tanto se os recursos vêm através do apelo da caridade, como na LBV e na Igreja Católica, ou em sua relação direta com Deus como o dízimo (mais observado nas correntes protestantes, embora tanto a LBV quanto a Igreja Católica também apelem diretamente ao dízimo como forma de manterem a Obra de Deus).

Eis o porquê de instituições como a LBV e igrejas protestantes, como a própria Igreja Católica amealharem uma soma monetária fabulosa de seus fiéis ao longo da história. E nessa esteira, agora temos ONGs, empresas privadas, terceiro setor..., mas a prática é muito, muito antiga.

Carlos Montaña, em seu livro, *Terceiro Setor e Questão social – crítica ao padrão emergente de intervenção social*, realiza um profundo estudo da filantropia, do trabalho voluntário e da assistência social, no seio do sistema capitalista – pode-se dizer que é um trabalho de “dissecação das vísceras”, baseado em dados e estudos de caso –, demonstra o perfil que aqui se está procurando, e muito embora não o nomeie como economia da esmola, se aproxima deste sentido.

Por exemplo, quando ele nos diz sobre as ONGs e organizações correlatas:

Na maioria dos casos, elas também não geram receitas suficientes para se manter em operação; assim, essas organizações têm extrema necessidade em captar recursos fora de suas atividades fundantes. Essas atividades e sua característica de “gratuidade” levam a uma falta de auto-sustentabilidade tal que a captação de recursos, ou fundraising, torna-se não apenas uma atividade essencial da organização, mas ainda pode passar

a orientar a filosofia e a condicionar a sua “missão” (MONTAÑO, 2005: 207).

E complementa:

Segundo Peter Drucker, considerado o “guru” da administração moderna, a fonte de recursos tem mudado de forma substancial. Não se constitui mais fundamentalmente de grandes entidades doadoras, mas muito mais de pequenos e médios contribuintes, que devem ser identificados e “convencidos” do “bom” uso dos recursos, e isto parece requerer uma atividade profissionalizada [...] (MONTAÑO, 2005: 208).

Ora, quem melhor do que Deus para convencer o agente de sua boa ação ao doar o seu dízimo? Seja no papel de consumidor ou no de fiel.

Mas uma ajuda extra sempre vem a calhar:

Num periódico de circulação nacional, em edição dedicada ao “Guia de boa cidadania corporativa” (Exame, 2004: 24), são definidas vinte “dicas” para a captação de recursos para o “terceiro setor”. A matéria intitula-se “O melhor jeito de pedir”, e define-se a atividade como “uma tarefa para profissionais”. Nesta ótica, como se vê, “pedir” parece ser uma tarefa de “profissionais”⁸⁵ (MONTAÑO, 2005: 208).

O que se vê é o mundo secular correndo atrás do mundo sagrado das doações, descoberto tardiamente pelos agentes filantrópicos do mundo empresarial, das ONGs, do chamado terceiro setor, pois a fonte é praticamente inesgotável.

Logo,

Com essas características, uma atividade – a captação de recursos – que deveria ser funcional torna-se essencial, e, ainda mais, torna-se o

⁸⁵ É de se deixar qualquer mendigo com “água na boca”. Quem sabe se instituímos um programa de qualificação profissional para os pedintes nas ruas de nossas cidades estaremos colaborando com a inserção deles ao mercado, bem entendido, ao mercado da esmola que, até então, tem sido dominado por agentes abastados. É uma idéia inusitada? Nem tanto, é apenas uma questão de adestrar e profissionalizar o mendigo, para que o próprio se torne um profissional qualificado da mendicância, como os demais que participam do mercado da esmola organizada.

fundamento da “missão” organizacional. Assim, as organizações do “terceiro setor”, como num frenesi, voltam-se para a captação de recursos. O que deveria ser atividade auxiliar torna-se atividade central, tamanha a dependência dessas organizações por esses recursos externos (Montaña, 2005: 210).

Pensando nessa direção, a doação - tanto quanto o dízimo -, que seriam um meio para se atingir um fim, tornam-se o próprio fim das organizações filantrópicas, sejam elas seculares ou religiosas.

O *fetice da doação-esmola* permanece para os agentes do pólo ativo que praticam esse ritual, e para os que recebem, é isto que importa: manterem a imagem do cumprimento do dever, seja o dever moral terreno da boa ação, seja o dever moral sagrado da Boa Vontade.

E qual o risco dessa ação social se consolidar? Segundo Mestriner,

... é o retorno ao Estado caritativo ou assistencialista, “no qual a ‘questão social’ será deixada à caridade pública ou a uma ação estatal evasiva e eventual” (Oliveira, 1988: 26); ou a volta da “neobeneficência” sem referência a direitos sociais de cidadania (MESTRINER, 2001: 53).

Até porque,

Na realidade, por intermédio da legislação vigente, os certificados de utilidade pública e de fins filantrópicos foram se tornando passaportes eficientes para acúmulo de vantagens – inúmeras isenções, acesso a fundos públicos, subsídios, subvenções, contratos, etc. que não sofrem controle algum (2001: 52).

A autora analisa a filantropia dentro do campo da assistência social⁸⁶ no Brasil, realizando um estudo histórico da mesma, e sinaliza para uma desmodernização ou

⁸⁶ “A identificação da assistência social – prática social de ajuda científica ou empírica – com a filantropia e a benemerência é comum em nossa sociedade. Entendidas como expressões de altruísmo, solidariedade e ajuda ao outro, envolvem desde atitudes ocasionais até formas institucionais praticadas por organizações sem fins lucrativos...” (Mestriner, 2001: 13).

contra-modernização em curso, perpetrada pela ideologia neoliberal do Estado mínimo – caminho que Montañó e Beghin também fazem.

Estamos diante de políticas de mercado que instituem práticas para a funcionalização da pobreza. Pedir esmolas (doações) se tornou um comportamento ético dentro do mercado capitalista. A concorrência pelos fundos de financiamento públicos e privados que são postos à disposição dos agentes é salutar e em nada desabona as relações sociais – é meramente uma prestação de serviços para os deserdados da sociedade (MAGALHÃES JÚNIOR, 2006).

Se o Brasil **não** é um país pobre, o mesmo não se pode dizer de sua população⁸⁷:

O elevadíssimo grau de concentração de renda e de riqueza é uma das características marcantes da sociedade brasileira. Os índices de desigualdade na nossa sociedade estão entre os mais do mundo. A constatação de que a desigualdade de renda, e não a escassez de recursos, é a principal responsável por 1/3 da população brasileira viver em situação de pobreza e cerca de 15% em situação de extrema pobreza, leva para o cerne do debate das políticas sociais os programas de transferência de renda.

Políticas assistencialistas e pontuais, tais como, distribuição de cestas básicas, auxílios financeiros temporários, vale-leite, vale-gás, existem há décadas no Brasil como forma de suavizar os efeitos perversos da pobreza. Mas parece que a necessidade de combater o problema em toda a sua profundidade requer mais do que isso (ARPON, 2004: 1).

O problema ao qual a autora se refere não é problema, mas solução. Sem pobreza, sem pobres e miseráveis, não há como se pensar em um mercado da esmola, não há como se pensar em filantropia como um “novo negócio” do mundo empresarial e também, talvez até em maior grau, das diversas esferas do Estado (o mundo religioso perde gradativamente seu monopólio sobre a doação-esmola).⁸⁸

⁸⁷ Cf. anexo XIII, artigo jornalístico que comenta o aumento da distância entre pobres e ricos.

⁸⁸ O Programa de Renda Minia que Andréia Soares Arpon estuda, no Estado do Rio de Janeiro, “Programa Cheque Cidadão”, sob o governo de Anthony Garotinho, tem sua espinha dorsal nas instituições religiosas para a seleção dos participantes e distribuição dos benefícios (ARPON, 2004: 2). Seria uma tentativa da esfera religiosa se apropriar do laico? O pastor evangélico Anthony Garotinho se mescla com o Governador Anthony Garotinho.

A questão passa a ser então a seguinte: a doação-esmola estará se consolidando como um elemento da estrutura social? Leis, regulamentos, incentivos oficiais, valores morais, súplicas sagradas advindas das ações e representações dos agentes sociais estarão se multiplicando a um ponto sem retorno, levando a um futuro não muito distante em que teremos algo como uma sociedade da esmola?⁸⁹

A legislação é sem dúvida alguma um bom reforço a essa situação, senão vejamos.

A lei nº 1.493 - de 13 de dezembro de 1951 - dou de 14/12/51, define as entidades que são classificadas como sendo beneficentes e que poderão receber subvenções, como também as que **não** podem:

CAPÍTULO III - DAS ENTIDADES QUE PODEM SER BENEFICIADAS;

Art. 5º Somente poderão ser beneficiadas com subvenções entidades que visem especificadamente aos seguintes fins:

- I – Promover a educação e desenvolver a cultura;*
- II – Promover a defesa da saúde e a assistência médico-social;*
- III – Promover o amparo social da coletividade.*

Art. 6º Não se concederá subvenção:

I – A instituição que:

- a) vise à distribuição de lucros ou dividendos a seus participantes;*
- b) constitua patrimônio de indivíduo ou de sociedade sem caráter filantrópico;*
- c) tenha finalidades precipuamente recreativas, esportivas ou comerciais;*
- d) distribua benefícios apenas aos próprios membros ou proprietários e respectivas famílias;*

⁸⁹ Uma leitura da legislação pertinente, que aqui exponho parcialmente, trás um suporte legal a formação de uma sociedade da esmola. Cf. anexo X.

O decreto nº 752, de 16 de fevereiro de 1993 (já revogado), definia entidade beneficente como:

Art. 1º Considera-se entidade beneficente de assistência social, para fins de concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, de que trata o art. 55, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a instituição beneficente de assistência social, educacional ou de saúde, sem fins lucrativos, que atue, precipuamente, no sentido de:

I - proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice;

II - amparar crianças e adolescentes carentes;

III - promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência;

IV - promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde.

O decreto n.º 2.536, de 6 de abril de 1998, por sua vez diz que:

Art. 1.º A concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que trata o inciso IV do Art 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, obedecerá ao disposto neste Decreto.

Art. 2.º Considera-se entidade beneficente de assistência social, para os fins deste Decreto, a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atue no sentido de:

I - proteger a família; a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice;

II - amparar crianças e adolescentes carentes;

III - promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiências;

IV - promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde;

*V - promover a integração ao mercado de trabalho.*⁹⁰

Pode parecer prematura tal indagação (sobre a formação de uma sociedade da esmola), porém os fatos se avolumam diante do olhar de pobres mortais, que não possuem o Olho Divino de onisciência, onipotência e onipresença, mas que ao menos possuem um espírito crítico e não entorpecido por profecias apocalípticas, que buscam empurrar as possíveis soluções profanas para um imaginário sagrado e escatológico, que pouco contribui com equacionamento da miséria social, ou para o fim da gestão da pobreza; muito pelo contrário, dela se alimentam e a realimentam, em um círculo vicioso para a sociedade e “virtuoso” aos agentes da filantropia.

A consolidação da economia da esmola.

Há dois tipos de objetivos em jogo na ação social dos agentes dentro do mercado da esmola: obter a salvação e obter riqueza e capital. Outros objetivos, tais como reconhecimento social, ações caridosas, etc. são sempre satélites daqueles.

Certo é que os bens de salvação são escassos e só quem tem acesso aos mesmos são os eleitos, é o povo eleito de Deus. Mas se observarmos o crescimento dos “filhos de Deus”, no ramo protestante da cristandade, do grande número ainda dentro do catolicismo e das demais denominações religiosas (apesar de aumento dos ateus), poderemos entender o porquê da consolidação da economia da esmola no Brasil, na esfera do sagrado e do profano. É que os valores derivados da obrigação moral de ajudar o próximo, como a do dever sagrado do dízimo, impregnam cada vez mais as

⁹⁰ Estes extratos legais encontram-se no anexo X.

representações e ações dos agentes. Isso independe de classe social: a obrigação moral e o dever sagrado permeiam todas as classes sociais. Claro que os motivos elencados pelos agentes irão divergir, mas apenas em graus, não em sua natureza. Quando se olha o país mergulhado na precariedade salarial, onde as estatísticas apontam para o aumento contínuo de indivíduos da população brasileira nesse “segmento” que reflete entre outros dados, uma renda mensal familiar muito baixa,⁹¹ vê-se que a busca por riquezas, bens materiais e salvação são incontestes, seja por aqueles que estão na informalidade ou por aqueles que se situam, bem ou mal, na formalidade.⁹² É o famoso dito: “salve-se quem puder”.

Havendo mercado, os agentes se aglutinam em torno das oportunidades de negócios sociais e propiciam cada vez mais, e a mais agentes, oportunidades, e assim por diante.

Exemplo disto pode ser observado nas três tabelas abaixo, que mostram o estado da arte do universo de entidades com processo de registro, por área de atuação e distribuição por unidade da federação no de 2000.⁹³

⁹¹ Um exemplo dessa situação é a tabela abaixo que retrata a precariedade salarial do brasileiro, principalmente das regiões norte e nordeste:

Quadro nº 2.

Famílias por classes de rendimento médio mensal familiar - 1999						
Brasil e Grandes Regiões	Até 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem** Rendimento
Brasil (1)	27,6	32,2	18,6	9,9	5,9	3,5
Norte (2)	29,2	34,9	17	8,6	4,3	5,4
Nordeste	47,5	29,7	9,2	4,4	2,7	4,2
Sudeste	17,7	32,2	23,5	13	7,8	3,1
Sul	22,2	34,5	21,7	11,3	6,4	2,6
Centro-Oeste	26,7	35	17,9	9,2	6,5	3,4

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

* Em classes de salário mínimo. Valor do Salário Mínimo em Setembro de 1999: R\$ 136,00.

** Exclusive os sem declaração de renda.

⁹² O censo demográfico de 2000, realizado pelo IBGE, esboça esta situação mostrando o rendimento versus a religiosidade, nas seguintes tabelas: Tabela 1.3.8 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por religião, segundo a condição de atividade na semana de referência e os grupos de idade – Brasil; Tabela 1.3.9 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por religião, segundo o sexo e a posição na ocupação no trabalho principal – Brasil; e Tabela 1.3.10 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por religião, segundo o sexo e as classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos – Brasil.

⁹³ As tabelas aqui designadas foram retiradas de Mestriner (2005: 265-6).

Tabela nº 1 - Entidades com processos no CNAS / Entidades cadastradas.

Situação das Entidades	Quantidade	Porcentagem (%)
Pré-cadastradas*	2.274	13,5
Cadastradas		
Registradas	7.387	43,9
Registradas e filantrópicas	6.555	39,0
Total das cadastradas	13.942	
Canceladas**	458	2,7
Bloqueadas***	151	0,9
Total de entidades no SICNAS	16.825	100,0

Fonte: Serviço de Cadastro – CNAS, 11/4/2000.

*Entidades com processos em trâmite ainda sem deliberação final.

**Entidades que tiveram seus registros cancelados por não terem solicitado recadastramento ou que este tenha sido indeferido.

***Entidades com registro temporariamente bloqueado por motivos diversos.

Tabela nº2 - Entidades cadastradas por área de atuação.

Áreas de atuação	Quantidade	Porcentagem (%)
Assistência Social	5.169	37,1
Educação	2.737	19,6
Saúde	2.202	15,8
Outras	3.834	27,5
Total	13.942	100,0

Fonte: Serviço de Cadastro – CNAS, 11/4/2000.

Chama a atenção, na tabela por áreas de atuação, a grande quantidade de entidades congregadas no segmento de assistência social, que engloba todo e qualquer tipo de atendimento.

E quanto às entidades cadastradas, 13.942, como elas estão distribuídas pelo território nacional?

Tabela nº 3 - Número de entidades por unidade da federação.

Unidade da Federação	Entidades Registradas	%	Entidades Registradas e Filantrópicas	%	Total de Entidades	%
Acre	14	0,19	06	0,09	20	0,14
Alagoas	175	2,37	39	0,60	214	1,50
Amapá	22	0,30	04	0,06	26	0,18
Amazonas	41	0,55	28	0,43	69	0,46
Bahia	333	4,50	182	2,78	515	3,50
Ceará	447	6,05	154	2,35	601	4,30
Distrito Federal	125	1,70	101	1,54	226	1,60
Espírito Santo	127	1,72	86	1,32	213	1,50
Goiás	220	2,98	130	2,00	350	2,50
Maranhão	415	5,62	37	0,57	452	3,24
Mato Grosso	117	1,58	62	0,95	179	1,28
Mato Grosso do Sul	101	1,36	82	1,25	183	1,30
Minas Gerais	1.326	17,86	968	14,77	2.294	16,35
Pará	169	2,29	56	0,86	225	1,60
Paraíba	126	1,71	59	0,90	185	1,31
Paraná	589	7,98	627	9,56	1.216	8,50
Pernambuco	444	6,01	99	1,56	543	3,60
Piauí	137	1,85	23	0,35	160	1,14
Rio de Janeiro	369	4,99	504	7,69	873	6,24
Rio Grande do Norte	160	2,16	47	0,72	207	1,44
Rio Grande do Sul	506	6,89	622	9,48	1.131	8,11
Rondônia	57	0,77	16	0,24	73	0,50
Roraima	07	0,10	03	0,04	10	0,07
Santa Catarina	295	3,99	326	4,96	621	4,30
São Paulo	842	11,50	2.239	34,16	3.081	22,09
Sergipe	136	1,84	41	0,63	177	1,25
Tocantins	84	1,14	14	0,21	98	0,70
Total	7.387	100,00	6.555	100,00	13.942	100,00

Fonte: Serviço de Cadastro – CNAS, 11/4/2000.

Com essa distribuição das entidades pelos Estados, podemos vislumbrar alguns fatos bem interessantes, tais como: a) A região sudeste congrega o maior número de entidades, 6.461 do total de 13.942. O que perfaz um percentual de 48,18%. Com destaque para o Estado de São Paulo de Minas Gerais; b) Em segundo lugar, vem à região sul, com 2.968 entidades do total de 13.942, perfazendo um percentual de 20,21%. O destaque são os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul; e c) A região sudeste mais a região sul são responsáveis por 9.429 entidades, dando um percentual de 68,39.

Estes números são reveladores de uma concentração de entidades filantrópicas nas duas regiões mais ricas do país. Ora, era de se esperar uma demanda maior nas regiões mais pobres, o que de fato há, mas a demanda aqui em questão não é exatamente

das “necessidades” dos mais necessitados, mas das necessidades do “negócio filantrópico”.

Claro que há pobreza nas regiões mais ricas do país, não se está negando o óbvio, mas a grande carência, o grande contingente populacional mais necessitado está fora das regiões sudeste e sul.

E justamente o que vemos? Vemos que a concentração de entidades nas regiões mais pobres do nosso país é baixíssima, comparada com o sudeste e o sul. Exemplo: o Estado do Amazonas, que poderia ser um país pela extensão territorial e pelas riquezas naturais, possui somente 0,46% das entidades, ou seja, 69 entidades; quando todos sabem do alto índice de pobreza social da população amazônica.

Esse cenário é reforçado pelo que nos mostra Beghin a respeito da filantropia empresarial:

Quando perguntamos por que motivos apoiaram, financiaram ou executaram, em caráter voluntário, projetos sociais, a grande maioria dos empresários informou fazê-lo para atender a pedidos de entidades que oferecem bens ou serviços sociais (69%) e a comunidades próximas ao local da empresa (68%) (2005: 89).

Vejamos as tabelas que a autora coletou.⁹⁴ A primeira diz respeito aos motivos que impulsionaram os agentes.

⁹⁴ (BEGHIN, 2005: 89-90).

Tabela nº 4 - Quais motivos levaram a empresa a realizar atividades em 2007?

Motivações	Número de Empresas	%
Atender a pedidos de entidades comunitárias	3.112	68,8
Atender a comunidades próximas ao local da empresa	3.096	68,4
Atender a motivos humanitários	1.476	32,6
Aumentar a satisfação dos empregados da empresa	1.375	30,4
Atender à solicitação de amigos ou políticos	1.274	28,1
Melhorar a imagem da empresa	913	20,2
Aumentar a produtividade e melhorar a qualidade do trabalho	819	18,1
Atender a apelos de campanhas públicas (enchentes, secas, fome etc.)	454	10,0
Total de referência	4.526	--

Fonte: Pesquisa Ação social das Empresas no Brasil – IPEA/DICOD (2002). Tabulação especial para empresas com mais de 500 empregados.

E a seguir a percepção declarada pelos dirigentes das empresas sobre a ação de intervenção social por eles realizada.

Tabela nº 5 - Quais foram os principais resultados que a empresa alcançou com a realização de atividades sociais?

Resultados	Números de Empresas	%
Melhorou a relação da empresa com a comunidade	3.395	75,3
Melhoraram as condições de vida da comunidade	2.956	65,6
Aumentaram a satisfação pessoal e a espiritual do dono da empresa	2.106	46,7
Melhorou a imagem da empresa	1.886	41,8
Melhorou o envolvimento/compromisso do empregado com a empresa	1.008	22,4
Aumentaram a motivação e a produtividades dos empregados	560	12,4
Total de Referência	4.509	--

Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil – IPEA/DICOD (2002). Tabulação especial para empresas com mais de 500 empregados.

A Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil teve a seguinte distribuição por região: a) 64% das empresas estão localizadas na região Sudeste; b) 12% localizadas no Sul; c) 7% no Centro-Oeste; d) 7% no Nordeste; e e) 7% na região Norte. O setor de indústria contribuiu com 48% das empresas; o setor de serviços com 25%; 15% do comércio e os demais em 6% (serviços de utilidade pública), 4% (construção civil) e 2% (agricultura, silvicultura e pesca).⁹⁵

Observa-se que o cenário da filantropia se expande e se solidifica como uma estrutura social que por todos é aceita e desejada; pode-se mesmo supor que já chega tarde, pois a demanda de necessitados dos mais variados tipos e graus só aumenta. E em havendo demanda, a oferta surge, e o mercado começa o seu funcionamento. E começa o seu funcionamento por qual região? Pela região mais rica do país, onde há mais recursos financeiros concentrados.

Assim, a acumulação de riqueza e capital persiste e fomenta a formação da economia da esmola. As empresas e o terceiro setor se fortalecem e o número de igrejas também cresce nessas regiões. Não é por outro motivo que a LBV tem seu parque empresarial-filantrópico concentrado em São Paulo.

Mas o segredo da filantropia, a meu ver, foi “desvendado” na nação mais rica da atualidade, os Estados Unidos da América do Norte, por Ehrenreich (2004):

*Quando alguém trabalha por menos do que precisa para viver – quando, por exemplo, passa fome para que você possa comer mais barato e com maior conforto –, essa pessoa fez um grande sacrifício por você, deu-lhe de presente uma parte de seu talento, sua saúde e sua vida. Os “pobres trabalhadores”, como aprovadamente os chamam, na verdade são os maiores **filantropos**⁹⁶ de nossa sociedade. Negligenciam os próprios filhos para que os filhos dos outros sejam bem cuidados; vivem em habitações péssimas para que outros lares fiquem brilhantes e perfeitos; suportam privações para que a inflação seja baixa e o preço das ações, alto. Ser um pobre trabalhador é ser um doador anônimo, um benfeitor sem nome, para todas as outras pessoas (p. 250).*

⁹⁵ (Beghin, 2005: 77).

⁹⁶ Grifo meu.

O acaso aqui não existe. A pesquisa de campo empreendida por Barbara Ehrenreich⁹⁷ nas entranhas da sociedade mais opulenta do mundo ocidental corrobora e ratifica o surgimento do que chamo economia da esmola.

Viver de subempregos⁹⁸, à margem da sociedade ou na dita economia informal, necessitando regularmente da ajuda filantrópica do Estado, das Igrejas e de entidades beneficentes, põe à mostra uma realidade vista, mas ignorada, até mesmo não admitida, mas que está aí, cada vez mais palpável ao toque do “*olhar de Medusa*” de todos nós.

Filantropos: quem são, de fato, esses agentes sociais da benesse alheia?

A questão começa a ser compreendida: a consolidação de uma economia que alude à exclusão social, à marginalização social e étnica para auferir lucros cada vez mais substanciais, em razão da exploração da força de trabalho que se torna quase que uma espécie de “escravo-livre”, dá mostras de crescimento vertiginoso.

Mas para entendermos como esse empreendimento se consolida, é preciso explicitar duas facetas que o envolvem: o sentido do profano e do sagrado na esmola organizada.

⁹⁷ EHRENREICH, Barbara. *Miséria à americana*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁹⁸ Subempregos, economia informal, “bolsas-esmolos” estatais, são todas características de uma estrutura que se alastra e se fortifica pelo mundo afora, incluindo, já, algumas regiões do Primeiro Mundo, com nítidas tendências a funcionalizar a pobreza tornando a exclusão social uma necessidade social. Algumas obras que tratam deste tema são: KOWARICK, Lúcio. (1993), *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; SADER, Emir. (2001), *Século XX: uma biografia não-autorizada – o século do imperialismo*. São Paulo: Editora Perseu Abramo; SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs.) (1995), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e terra; e DUPAS, Gilberto (1999). *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra.

CAPÍTULO III

O SENTIDO DO SAGRADO E DO PROFANO NA ESMOLA ORGANIZADA.

A ciência é antes um modo de pensar do que propriamente um conjunto de conhecimentos. Seu objetivo é compreender de que forma o mundo funciona, procurar as regularidades que possam existir, penetrar nas conexões das coisas, desde as partículas subnucleares, que talvez sejam as componentes de toda a matéria, até os organismos vivos e a comunidade social humana, e daí ao cosmo como um todo.

(Carl Sagan, *O Romance da Ciência*)

Um Deus social: a sociedade.

As transformações da divisão do trabalho religioso e as transformações de moralização e de sistematização das práticas e crenças dos agentes ao longo da história humana permitem associar o desenvolvimento urbano ao desenvolvimento das grandes religiões em função da divisão do trabalho que aí emerge: trabalho material e o trabalho intelectual, pois que, agora, o ser humano possui dois *locus*, o meio rural e o meio urbano; e é neste último que o ócio criativo vingou ainda mais, possibilitando a atividade intelectual massiva, favorecendo a racionalização da vida de um modo geral e, interferindo, também, nas concepções religiosas, em suas representações e em sua organização, através de critérios éticos cada vez mais prementes à existência das mesmas (das religiões), e a uma contínua especialização de um corpo sacerdotal, único e profissionalmente capacitado à produção dos bens de salvação e, ao relacionamento com os leigos – “*é a monopolização da gestão dos bens de salvação por um corpo de especialistas religiosos*” (BOURDIEU, 1992: 39).

Isto fica bem elucidado na seguinte passagem:

“A oposição entre os detentores do monopólio da gestão do sagrado e os leigos, objetivamente definidos como profanos, no duplo sentido de ignorantes da religião e de estranhos ao sagrado e ao corpo de

administradores do sagrado, constitui a base do princípio da oposição entre o sagrado e o profano [...]” (1992: 43).

Mas essa oposição também é complementar no mundo religioso e, principalmente dentro da esmola organizada, pois a ação racional do sagrado (por especialistas e por leigos) se completa e fortalece a divisão do trabalho aqui exposta: a existência do profeta que, além de deter o carisma⁹⁹ individual, é o produtor do sagrado, pois que traz a mensagem de Deus, é portador da “boa nova”; o sacerdote que representa o papel de funcionário a serviço da instituição religiosa, corroborando para sua manutenção e perpetuação; e os leigos, que atuam como consumidores e receptores do sagrado, realimentado, com suas exigências de bem-aventurança e salvação, a atuação, tanto do sacerdote, quanto do profeta.

Bem entendido,
a demanda ‘religiosa’ sempre foi, é e segue sendo constituída essencialmente de interesses voltados antes de mais nada para o ici bas, como dizem os franceses, seja este aqui embaixo o aqui e agora, seja ele um aqui futuro, futuro messiânico ou milenarista, um aqui posto lá na frente, um futuro, mas aqui, futuro desde que aqui, não no outro mundo, não lá em cima (PIERRUCI, 2003: 81).

Enfatizando, o autor realça a questão:

“Antes de tudo, este mundo. No princípio, este mundo. De saída, este mundo. A ação dita religiosa é mundana nos bens que ela visa, intramundana no fim subjetivamente visado. Eu quero saúde, tu queres dinheiro, ele e ela querem reconhecimento. E quase todos nós, como os chineses, queremos vida longa. Queremos viver bem e muito, neste mundo. ‘This world... them the fireworks’, diz o nome daquele filme. ‘Para que tudo te corra bem e tenhas vida longa sobre a terra’, diz o antigo Testamento

⁹⁹ Weber parte do entendimento geral para definir que “o carisma pode ser – e somente neste caso merece em seu pleno sentido esse nome – um dom puro e simplesmente vinculado ao objeto ou à pessoa que por natureza o possui e que por nada pode ser adquirido. Ou pode e precisa ser proporcionado ao objeto ou à pessoa de modo artificial, por certos meios extraordinários” (Weber, 1999: 280). O carisma é o ato mágico que lida com forças extra-cotidianas e que também as cria nas diversas relações imputadas pela ação carismática. A regulação destas relações, entre homens e os poderes sobrenaturais, para Weber, “constitui o domínio da ação religiosa” (Weber, 1999: 281).

(WuGI : 317). Isso sim, isso é Weber. O ser humano, quando age religiosamente, age com o objetivo de permanecer o maior tempo possível sobre a face da Terra. Todo mundo quer sempre adiar a hora da morte, empurrar para depois a despedida deste mundo. Pede, suplica, conjura, sacrifica, chantageia e até se submete ‘para que tudo lhe corra bem e ele viva muitos anos de vida sobre a terra’, segundo os generosos termos da promessa bíblica aos patriarcas de Israel (e a todos os que honram seus pais e antepassados)” (PIERUCCI, 2003 : 82-3).

Fica óbvio que toda e qualquer discussão sobre questões inerentes ou ligadas à esfera do religioso e da religião estará, necessariamente, ancorada ao mundo dos seres humanos, em suas sociedades, que são, afinal, a origem e o fim de todas as ações sociais, de todos os sentidos imaginados, concretizados ou somente vislumbrados.

A ação social da esmola, historicamente, habita uma esfera sagrada (economia da salvação) e cotidianamente, também vem ganhando terreno na esfera profana, e isso independentemente do desencantamento do mundo propiciado pelas religiões ascéticas, e da secularização do *locus* social fomentada pelo Estado laico.¹⁰⁰ A esmola parece ser um fenômeno social perene dentro da história humana, mudando apenas de roupagem, de acordo com a situação sócio-histórica.

Esmolas para Deus, esmolas para pobres, esmolas para o Estado. Seria essa uma das origens dos tributos?

Gobout, em sua obra, *O Espírito da Dádiva*, sugere a interessante possibilidade de pesquisa nessa direção – muito embora não vamos entrar, aqui, nesse caminho, é sempre uma possibilidade inspiradora pensarmos na categoria *tributo*: vivemos cercados de tributos das mais variadas espécies, e isso significa o quê? Significa obrigação de dar e receber algo em função de um poder legítimo ou não – a esmola é o tributo voluntário, o tributo é a esmola obrigatória (não é sem razão que o tributo seja “imposto”).

Uma importante observação foi feita por Proudhon¹⁰¹ acerca do imposto:

¹⁰⁰ O debate sobre a secularização e dessecularização, encantamento, desencantamento e reencantamento do mundo, na Sociologia da Religião, além de ter realce através de Peter Berger (1985), vem sendo tratado no Brasil por Pierucci (2003, e 1998) e Negrão (2005).

¹⁰¹ Em sua obra, *Sistema das contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria*, Proudhon tece considerações de peso sobre os tributos, avaliando seu aspecto social, político, econômico e religioso. Infelizmente, é um texto pouco lido atualmente, pois Karl Marx denegriu a obra desse autor com a publicação da *Miséria da Filosofia*, muito embora, anteriormente na obra *A Sagrada Família* o elogiasse. Considero lamentável para o debate intelectual, essas tentativas de diminuição “do outro”. Ambos possuem o seu valor.

A idéia original do imposto é a de um RESGATE.

Como na lei mosaica [aqui citada na Nota Introdutória] cada primogênito era suposto pertencer a Jehovah e deveria ser resgatado por um oferenda, da mesma forma o imposto apresenta-se por toda a parte sob a forma de um dízimo ou de um direito de regalia pelo qual o proprietário resgata a cada ano do soberano o benefício da exploração que supõe-se que ele deva a este último. Tal teoria do imposto ademais, é apenas um dos artigos particulares do que se chama contrato social (2003: 359-60).

Então, por que devemos dar algo a Deus e aos pobres? O que motiva minha ação nesse sentido? Devo ser solidário para com o próximo mais necessitado? Mas Deus não é um próximo necessitado, ou será que aos olhos Dele, nos mostramos mais nobres e merecedores da graça, da salvação...? Então, a esmola seria um meio de se alcançar um fim subjetivamente ansiado? Uma ação social que visa a fins¹⁰²? Decerto, uma ação axiológica em que os valores estariam pululando o “altruísmo narcisista” do agente, daquele que doa e aguarda a retribuição divina em função de sua generosidade, de seu gesto fraterno e desinteressado. Isso sem falarmos no *status* que o agente adquire em sua comunidade ou mesmo na sociedade. E no plano profano, na sociedade laicizada, como podemos compreender essa ação?

Se o poder público angaria doações (esmolas) através de campanhas de solidariedade, de fraternidade, se estimula o trabalho voluntário, o que move a ação social dos agentes para tal objetivo? Afinal, não receberão as bênçãos do Senhor Deus ou a salvação; também não merecerão presentes em troca – abatimento no imposto de renda?

Ocorre que o sentido do sagrado permeia a própria sociedade, sua gênese é religiosa (no sentido Durkheimiano, em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*), mesmo ela, a sociedade, tendendo contemporaneamente para uma organização da vida social que se quer laica e secular. Podemos constatar, via de regra, que a esfera do profano se interconecta com a esfera do sagrado e produz zonas de confluência onde elementos do sagrado fazem a vez de elementos do profano e vice e versa.

¹⁰² A ação do agente social que doa estaria pautada pela expectativa do comportamento da “ação” de Deus, ou dos sacerdotes que o representam aqui na Terra.

Maria Lúcia Montes¹⁰³, em seu texto *As figuras do sagrado: entre o público e o privado*, que integra o volume 4 da História da Vida Privada no Brasil, nos diz que:

Na verdade, nestes novos tempos de globalização, num mundo em que se pensaria a religião em declínio, e quando a civilização ocidental pareceria testemunhar seu triunfo definitivo, assiste-se ao que talvez se pudesse chamar de vingança da pós-modernidade, numa espécie de retorno do recalcado. Em todo o planeta, os países desenvolvidos do Ocidente hoje testemunham os efeitos da exportação de suas formas de organização social, seus regimes políticos, seus padrões e hábitos de consumo e suas religiões dominantes, com seus modos de regulação da vida privada, do cuidado do corpo à intimidade da alma, do estreitamento do círculo de relações do indivíduo à desagregação e reordenação das estruturas familiares. Engolindo em escala planetária todo o espaço da diferença, submetendo os povos do mundo ao império de modelos que se representem, monotonamente homogêneos, em toda parte, é no entanto do interior dessa civilização global, saindo de suas próprias entranhas, que hoje se assiste ao ressurgimento dessas religiões outras que ela parecia ter tragado no movimento vertiginoso de sua expansão, e que se reafirmam como uma das linguagens por excelência de expressão da diferença, constituindo ao mesmo tempo o epicentro de um processo de transformação igualmente vertiginoso, que completa nas sociedades contemporâneas o ciclo das metamorfoses do sagrado (1998:168-9).

A sociedade secular, baseada somente no contrato social, de fundo racional, muito embora seja o que predomina desde a modernidade até aos dias atuais, principalmente em função da separação entre Igreja e Estado, não pode ser erigida como valor máximo das ações dos agentes sociais.

Não vivemos mais em um mundo teocêntrico, vivemos em um mundo mesclado pela “concorrência” das explicações mágicas, religiosas, filosóficas e científicas – e não

¹⁰³ A autora defende que o que está em curso é o reencantamento do mundo. Penso mais em uma volta ao primeiro plano das religiões, pois a religiosidade em todo o planeta é muito forte (em suas várias modalidades). A meu ver, o mundo nunca deixou de ser encantado.

só pelas explicações, as re-significações da existência em si, das ações, dos sonhos e do devir individual e coletivo estão em jogo nesse cenário complexo das globalizações e da mundialização.

As bênçãos religiosas em cerimônias de inauguração de grandes obras públicas ou privadas são exemplos do que estamos falando aqui. A Carta Constitucional é outro exemplo da mescla dos valores profanos e sagrados, mesmo sendo o documento máximo da representação do Estado secular. Quantos agentes sociais procuram saber de seu futuro ou de como vencer profissionalmente através de práticas mágicas, ou mesmo conselhos e orientações religiosos? E assim vamos caminhando nesse mundo de representações, de valores, de sentidos e de ações as mais diversas possíveis, mas sempre mescladas pelo sagrado e pelo profano, com a religião cumprindo seu “*papel na legitimação do mercado capitalista*” (HOUTART, 2003: 94).

Afinal qual é o número de agentes na sociedade brasileira que estão imersos na religiosidade e que possibilitam que as relações sociais sejam mescladas pelo profano e pelo sagrado?

O censo do IBGE, do ano de 2000, revela o assombroso número de 157.380.453 (cento e cinquenta e sete milhões trezentos e oitenta mil e quatrocentos e cinquenta e três agentes), que possuem alguma religiosidade; contra 12.492.403 (doze milhões quatrocentos e noventa e dois mil e quatrocentos e três) agentes sem religião, de um universo populacional de 169.872.856 (cento e sessenta e nove milhões oitocentos e setenta e dois mil e oitocentos e cinquenta e seis).¹⁰⁴

Todavia, não se trata de uma explicação religiosa da relação social. Essa função legitimadora está secularizada (a natureza, a mão invisível, o contrato). Embora possa parecer paradoxal, o sagrado “que se transforma no social” (Godelier, 1996: 241) perdeu o seu caráter religioso. Assim sendo, o papel da religião é de ordem ética e se baseia na eficácia moral dos atores econômicos e sociais do sistema ou na moralização do seu funcionamento (HOUTART; 2003: 95).

O sagrado não perdeu o seu caráter religioso, mas se metamorfoseou, tanto é que, a fé no crescimento do país sempre está na “ordem do dia” dos políticos e

¹⁰⁴ IBGE, Censo Demográfico - 2000 - Resultados da Amostra: Tabela 1.1.2 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo a religião – Brasil.

economistas. A “natureza”, “a mão invisível” e “o contrato” nos remetem, via de regra, a uma justificação legitimadora mística e, portanto, da esfera do sagrado.

O Deus social do qual estamos falando aqui é um Deus específico: o Deus da Salvação; portanto, a sociedade está sendo uma sociedade da salvação e, esse processo é muito arcaico no imaginário sócio-histórico, vem de antes mesmo das religiões monoteístas, antes da tradição judaico-cristã:

São as divindades dos cultos agrários que vão mais facilmente se transformar em divindades de salvação. Na origem da salvação, em geral se encontra, seja a deusa terra-mãe, que leva em seu seio a força de ressurreição, seja o deus da vegetação, que morre e renasce. São eles que, já, se incumbem da renovação primaveril da natureza. Muitas vezes, a deusa da salvação está acompanhada de seu parceiro masculino que a fecunda (Cibele e Átis) ou o deus de salvação de sua esposa que o faz renascer (Osíris e Ísis). Outros deuses cósmicos, na medida em que podem implicar uma morte-renascimento, como o Ra solar egípcio, poderão, por sua vez, se tornar deuses da salvação (MORIN, 1997: 200).

Em síntese o foco da salvação, para Morin, está em que:

[...] o fundamento mágico essencial da salvação é o sacrifício de “morte-renascimento”, o sacrifício-do-deus-que-morre-para-ressuscitar. Os símbolos do deus de salvação, por si sós, são suficientemente eloquentes: são símbolos sacrificiais, Dionísio ou Mitra são deuses-touros, Jesus é também o Cordeiro pascal, cujo sacrifício, segundo a lei mosaica, consagra a “passagem”. A passagem pascal é a grande passagem cósmica para a ressurreição, para a primavera... (MORIN, 1997: 203).¹⁰⁵

A discussão realizada por Émile Durkheim, em sua obra *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, constituem um ponto de partida fundamental para se empreender

¹⁰⁵ Mircea Eliade desenvolve este tema à exaustão em suas obras, *O Sagrado e O Profano*, *Mito do Eterno Retorno*, *Imagens do Simbolos*, e *Mito e Realidade*.

estas reflexões. Dois aspectos do pensamento de Durkheim são relevantes para a discussão da religiosidade do social e a fonte da religião: a sociedade.

O primeiro é o autor postular que a religião é uma “coisa social”, ou seja, um objeto pertinente ao estudo sociológico. O segundo é que tanto a Filosofia quanto a própria Ciência nasceram da Religião:

“os primeiros sistemas de representações que o homem fez do mundo e de si mesmo são de origem religiosa” (DURKHEIM, 1978, p. 211).

É notória a inclusão dessa obra numa matriz de pensamento evolucionista e positivista que foi desenvolvida por Durkheim, com a intenção de definir o fenômeno religioso como um objeto da Sociologia, ou seja, a construção de uma Ciência da Religião, indistinta da Sociologia.

Durkheim explicita no início de sua obra o seu objetivo principal e o seu objetivo secundário com esse seu texto. O objetivo principal diz respeito à análise de uma religião a mais simples possível que seja conhecida, para se determinar as formas elementares da vida religiosa, justificando esse objetivo pela facilidade analítica que daí adviria em se estudar os elementos em um estado mais simples de organização social. O objetivo secundário diz respeito à gênese das noções fundamentais do pensamento ou categorias, em função de que elas advêm de uma origem religiosa (social) – entra, aqui, no campo da Sociologia do Conhecimento (ARON, 1993).

Talvez possamos indagar: é possível apreender a essência de um fenômeno social observando suas formas mais elementares? Qual a postura epistemológica contida nessa assertiva? O que podemos compreender como “formas mais elementares”? Neste sentido, a religião é concebida como forma transfigurada da sociedade, advinda de uma essência social e, portanto, elementar? Então, a concepção de Deus e ou divindades, seja em que sistema religioso for, é apenas uma cristalização da própria sociedade enquanto um ente que amplia a dimensão pessoal, ou seja, é a manifestação da dimensão social que se encarna na dimensão do coletivo, permitindo uma observação e adoração de si própria?

Lembremos de uma colocação de Berger em que nos diz:

“é através da exteriorização que a sociedade é um produto humano. É através da objetivação que a sociedade se torna uma realidade sui generis.

É através da interiorização que o homem é um produto da sociedade”
(1985: 16).

Durkheim deixa claro que a religião é um objeto social, pertinente, portanto ao estudo sociológico, ao frisar que as representações religiosas são representações coletivas, e que os ritos são formas coletivas de agir dentro de uma organização social, de uma comunidade.

Ao construir sua definição do fenômeno religioso, o autor argumenta que é necessário, para proceder a uma classificação do que seja um fenômeno religioso, buscar sinais exteriores e comuns às várias religiões, e analisa inicialmente duas características, a noção de *sobrenatural* e a de *divindade*, para posteriormente delas se descartar e apresentar sua posição.

Durkheim argumenta que a noção de sobrenatural é uma invenção moderna, advinda do entendimento do que seja uma ordem natural de coisas, fato este surgido na modernidade com a Escola Positivista, pois é preciso pensar de modo científico para se precisar a oposição entre o que seja natural e sobrenatural. Portanto, não é comum ao fenômeno estudado.

Quanto à divindade, também vamos encontrar religiões que não possuem essa característica, como, por exemplo, o Budismo original. Portanto, também não será a crença em divindades transcendentais que caracteriza o fenômeno religioso (embora possamos encontrar tanto uma como outra dessas duas características em várias manifestações religiosas).

Durkheim encontrou a característica derradeira para classificar um fenômeno social como fenômeno religioso através da divisão do mundo em profano e sagrado.

Todas as crenças religiosas conhecidas, sejam simples ou complexas, apresentam um mesmo caráter comum: supõem uma classificação das coisas, reais ou ideais, que os homens concebem, em duas classes, em dois gêneros opostos, designados geralmente por dois termos distintos que as palavras profano e sagrado traduzem bastante bem. A divisão do mundo em dois domínios que compreende, um, tudo o que é sagrado, outro, tudo o que é profano, tal é o traço distintivo do pensamento religioso: [...]. (1996: 19).

Então o profano será tudo aquilo que é ordinário e facultado a todos, o sagrado será algo que está além, que transcende ao ordinário, ao comum, que terá uma série de interdições e que somente alguns escolhidos poderão se inserir em seu campo. É uma dissociação que ocorre nas representações coletivas e que será encontrada em todas as manifestações religiosas, segundo Durkheim.

A religião necessita da idéia de igreja, da comunidade de fiéis e de seus sacerdotes unidos por sua fé. Eis a definição dada por Durkheim para o conceito de religião:

“uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a elas aderem” (1996: 32).

O forte nessa definição é o termo sagrado, por expressar a visão dicotômica do mundo entre dois pólos: sagrado versus profano; e a referência à igreja como o campo onde se cristalizam as crenças e práticas de um dado grupo social.

Podemos representar a divisão entre sagrado e profano em Émile Durkheim¹⁰⁶ por intermédio do quadro abaixo:

¹⁰⁶ Quadro baseado nas anotações fornecidas pelo Prof. Dr. Lísias Negrão, em sala de aula, referentes à disciplina Religião e Sociedade, por ele ministrada na FFLCH/USP, em 2004/2º semestre.

Quadro nº 3.

Plano Valorativo	Plano Utilitário
Formas de fé (mitos, dogmas)	Formas de conhecimento empírico
Rituais	Técnicas
Natureza supraempírica (ideal: sentido lógico e ideal)	Natureza empírica (real)
Obrigatório	Facultativo
Sublime, digno e poderoso	Cotidiano, trivial e limitado
Interdições (tabus)	Ausência de interdições
Consciência coletiva (moral, alma)	Consciência individual (apetites individuais: equipamento biopsíquico/corpo)
Imutável, permanente, acabado	Provisório
Contagante	Ausência de contágio
Ambigüidade: sublime/perigoso atração/repulsão e real//ideal	Ausência de ambigüidade (plano do real)

Observando as colunas, podemos inferir, por exemplo, que a esmola pode ser classificada como uma forma de fé aos olhos de Deus e da comunidade religiosa e exercida dentro de um ritual; ou pode ser a expressão de um ato de solidariedade fora do escopo religioso propriamente dito: uma doação anônima de um ateu a um organismo público ou privado que arrecada doações – portanto, uma ação racional visando a minimizar uma desigualdade social dada no mundo profano. Mas será que o sagrado não está aí posto? E não está a esfera do profano aí imiscuída nas ações de fundo religioso?

Pode ser obrigatória ou não, pode ser contagante ou não, enfim, o ato de doar possui um sentido de caridade que permeia tanto a esfera do sagrado quanto a esfera do profano, justamente em razão de que a própria Sociedade pode ser vista como o Ente Supremo por excelência, aquele Ser que cria o sagrado e o profano, ambos pertencendo ao mesmo universo; embora haja separação, a mesma apresenta modificações e movimentações ao longo da história.

Durkheim deixa claro que a sociedade é a fonte da vida religiosa: as forças religiosas são forças humanas e morais, estão aqui na Terra, não são objetos ou

fenômenos transcendentais (não são hierofanias). Essas forças contêm as categoriais fundamentais do pensamento humano, das quais a própria ciência virá a se apropriar e a transformar, segundo seus próprios preceitos e procedimentos lógicos.

Nesse sentido, Durkheim dá como exemplo a função especulativa, que originariamente pertencia à religião e que agora foi apropriada pela ciência como seu fundamento epistemológico – muito embora, no campo religioso, tenhamos as questões especulativas em torno dos *porquês*, e na ciência exercitamos o *como*, uma mudança que dá um novo “tom” na vida da sociedade humana.

O que Durkheim defende é que, sendo a sociedade a origem das representações coletivas, das categorias fundamentais de explicação da vida e do mundo, tanto os sistemas religiosos como os filosóficos e científicos têm por matriz o meio social, a sociedade em si mesma; logo, a origem de todos os conceitos é obra dos grupos sociais, são representações coletivas que se acumulam de geração a geração, levando à formação da sabedoria popular e filosófica e do conhecimento científico.

Podemos conjecturar que *as esmolas, o ato de doar, estão inseridos como uma representação coletiva de origem religiosa e que prossegue no mundo profano prenhe de sacralidade em função do sentimento de caridade que motiva a ação social dos agentes.*¹⁰⁷

Não é por menos que Eliade argumenta que

[...] o homem a-religioso descende do homo religiosus e, queira ou não, é também obra deste, constitui-se a partir das situações assumidas por seus antepassados. Em suma, ele é o resultado de um processo de dessacralização (2001: 165-6).

A grande maioria dos “sem-religião” não está, propriamente falando, livre dos comportamentos religiosos, das teologias e mitologias. Estão às vezes entulhados por todo um amontoado mágico-religioso, mas degradado até a caricatura e, por esta razão, dificilmente reconhecível. O processo de dessacralização da existência humana atingiu muitas vezes formas híbridas de baixa magia e de religiosidade simiesca (2001:167).

E cita a estrutura mitológica do comunismo e seu sentido escatológico:

¹⁰⁷ A presença, mesmo que de forma apenas ritualizada, do sagrado na cultura profana – sobrevivências que mantêm o sentido religioso original – reforça o sentimento de caridade dos agentes.

Marx retoma e prolonga um dos grandes mitos escatológicos do mundo asiático-mediterrânico, a saber, o papel redentor do Justo (o “eleito”, o “ungido”, o “inocente”, o “mensageiro”; nos nossos dias, o proletariado), cujos sofrimentos são chamados a mudar o estatuto ontológico do mundo. Com efeito, a sociedade sem classes de Marx e a conseqüente desaparecimento das tensões históricas encontram seu precedente mais exato no mito da Idade do Ouro, que, segundo múltiplas tradições, caracteriza o começo e o fim da História (2001: 168).¹⁰⁸

Esta herança da qual nos fala Eliade, além de se manifestar em misticismos políticos (além do citado aqui), se encontra também em expressões sociais aparentemente impensáveis:

[...] pode-se reconhecê-los também em movimentos que se proclamam francamente laicos, até mesmo anti-religiosos. Citamos, por exemplo, o nudismo ou os movimentos a favor da liberdade sexual absoluta, ideologias nas quais é possível decifrar os vestígios da “nostalgia do Paraíso”, o desejo de restabelecer o estado edênico anterior à queda, quando o pecado não existia e não havia rotura entre as beatitudes da carne e a consciência (2001: 168-9).

Argumenta ainda, como exemplificação, que a Psicanálise (e por que não pensarmos em outros ramos do conhecimento com estatuto científico ou não, também?)

¹⁰⁸ Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), em sua obra, *O Messianismo no Brasil e no Mundo*, seguindo outra orientação, também tece considerações a respeito do comunismo e da sua relação com o messianismo, concluindo que: “Os movimentos messiânicos sociais não podem, então, ser considerados precursores dos movimentos comunistas modernos, nem estrutural, nem ideologicamente; estruturalmente porque estão presos a sociedades configuradas de forma diversa e muito dissemelhantes da atual; ideologicamente, porque seu significado não é o mesmo. No entanto, é legítimo indagar até que ponto a existência do comunismo religioso das seitas predispõe as consciências individuais à aceitação do comunismo leigo das massas” (p. 156). Outra interessante colocação da autora é de que: “Para que um movimento messiânico tenha lugar, é necessário, de um lado, a sociedade profana dos homens que exige melhorias, de outro, a sociedade sagrada dos deuses e dos antepassados, onde é buscada a inspiração para as melhorias a serem instaladas. O messianismo pertence ao setor intermediário das relações dos grupos humanos com o além, ao setor das relações sagrado-profano. O messias é essencialmente um ser intermediário: pertence ao mesmo tempo à vida terrestre e à vida sobrenatural, estabelece uma ponte entre ambas” (p. 415). Discussão essa que permeia o cenário da economia da esmola através do agente institucional aqui em foco: a LBV.

tem um quê de encenação iniciática, como a própria vida profana é compreendida como uma grande iniciação, por muitos dos agentes, sem que o percebam conscientemente.

Em suma, a maioria dos homens “sem-religião” partilha ainda das pseudo-religiões e mitologias degradadas. Isso, porém não nos surpreende, pois, como vimos, o homem profano descende do homo religiosus e não pode anular sua própria história, quer dizer, os comportamentos de seus antepassados religiosos, que o constituíram tal como ele é hoje (2001: 17).

Ser *sem-religião*, não significa ser *a-religioso*, o sentimento de religiosidade talvez seja tão antigo como o próprio ser humano e ter consciência disto não é nenhuma desdita ao ser racional. Até porque, segundo Eliade, um ser humano “exclusivamente racional” é uma total abstração.

Daí, o entendimento de que a religiosidade (e não a religião) mantém sua influência nas ações profanas dos agentes, em suas relações sociais caritativas, através das doações-esmolas, mesmo que somente de forma ritualizada, já é o suficiente para manter o sentido religioso original.

Caridade e esmola.

Como podemos definir caridade e esmola nos tempos modernos?

Sabemos de toda a condenação política que há em relação a esmola, e não somos contrários a essa crítica, quando nos tempos modernos a esmola deixa de ser um ato de Justiça e passa a ser moeda de troca dentro das relações clientelistas nas relações de poder, sejam pessoais ou institucionais.

Não se trata de negar o valor de ações voluntárias. Numa sociedade tão individualista como a nossa, qualquer ato de ir ao encontro do outro, já é em si positivo, mas o ponto crucial é saber se o voluntariado está sendo capaz de emancipar as pessoas, se os atos de solidariedade promovem a Justiça construindo comunidade de amor” (ROMEIRO, 2002: 138).

A esmola passa a ser moeda de troca e ação injusta nos tempos modernos, segundo assertiva católica. Antigamente não o era, por quê? Porque o monopólio da Instituição Católica sobre a esmola e seu caráter de ação justa e sagrada era imenso.

As doações, esmolas, trabalhos voluntários, é que construíram o império do Catolicismo (as crenças, dogmas e símbolos foram os meios para tal fim, como em todos os movimentos religiosos que se organizam).

Cabe lembrar que

O Deus de Jesus condena a acumulação porque ela é a causa da miséria; a econômica, que coloca em situação de marginalização dois terços da população do planeta, mas também da miséria humana que não resistindo ao egoísmo se dobra ao paradigma neoliberal do consumo supérfluo sem medida e o estabelecimento de hierarquias que faz uns se sentirem mais humanos que os outros (ROMEIRO, 2002: 139-0).

É importante refletir sobre esse “divisor de águas”: quer dizer que a acumulação laica gera miséria, mas a religiosa não? Enquanto a acumulação era feita sob a égide de Deus, ela não gerava pobreza, agora sob a sombra do neoliberalismo é “o grande mal”?

A apropriação de discursos é feita à “vontade dos agentes”, mas o que se observa é a utilização competitiva da esmola e do conceito de caridade: o mercado filantrópico, ao mesmo tempo em que se amplia se pulveriza pela quantidade crescente de novos agentes que surgem dia a dia buscando abocanhar uma fatia das doações-esmolas.

Em sentido geral, a caridade pode ser entendida como uma ação benevolente para com o próximo necessitado, uma ação sem interesse egoísta, movida apenas pelo altruísmo daquele que age em prol de uma “alma carente”.

Vejamos o verbete da Grande Enciclopédia Larousse Cultural:

Caridade s. f. (Do lat. caritas, caritatis.) 1. No cristianismo, amor a Deus e ao próximo: A caridade é uma das três virtudes teológicas¹⁰⁹. 2. Na expressão comum, amor ao próximo: agir por pura caridade. 3. Esmola, favor, benefício: fazer a caridade. 4. Bondade, compaixão.

¹⁰⁹ As três virtudes teológicas são: a fé, a esperança e a caridade (verbetes da Grande Enciclopédia Larousse Cultural).

Observa-se no interior desta definição, o termo esmola. O verbete da Grande Enciclopédia Larousse Cultural dá a seguinte definição:

***Esmola** s.f. (Do grego *ellemosyne*, piedade, pelo lat. *eleemosyna*) 1. O que se dá aos pobres por caridade; óbolo. 2. Fig. Favor: a esmola de um elogio, de um olhar. 3. Benefício, caridade.*

Nas *Centúrias Sobre a Caridade*, de São Máximo – o confessor, vê-se algumas passagens profícuas sobre caridade e esmola, dentre elas (são quatro centúrias) cito cinco tópicos, os três primeiros são da primeira centúria e os dois outros da quarta centúria:

PRIMEIRA CENTÚRIA

24. Quem dá esmolas à imitação de Deus não conhece distinção entre o mau e o bom ou entre o justo e o injusto nas coisas necessárias ao corpo, distribuindo-as antes igualmente, segundo a necessidade, ainda que por boa escolha prefira o virtuoso ao mau (2003: 59).

72. Quem não despreza glória nem desonra, riqueza nem pobreza, prazer nem tristeza, este ainda não adquiriu a caridade perfeita; a caridade perfeita despreza não só tais coisas mas também à própria vida temporal e à morte (2003: 66).

79. A esmola cura a parte irascível da alma, o jejum doma a concupiscência, a oração purifica a mente e prepara-a para a contemplação dos seres. Para as potências da alma o Senhor também nos deu os mandamentos (2003: 67).

QUARTA CENTÚRIA

73. Por isso diz, novamente: Vendei o que possuis, e daí esmola;¹¹⁰ di-lo para que não nos dediquemos às coisas do corpo, mas nos esforcemos por

¹¹⁰ Versículo bíblico do Livro do Evangelho segundo Lucas: Lc, 12, 33, e 11, 41.

purificar do ódio e da intemperança a mente, à qual o Senhor chama coração. Tais defeitos, que mancham a mente, não permitem ver ao Senhor, o Qual habita nela pela graça do santo batismo (2003: 122).

100. Muitos disseram muitas coisas acerca da caridade, mas, buscando-a, não a encontrarás senão entre os discípulos de Cristo, porque só eles possuem por mestra da caridade a mesma caridade verdadeira, da qual diziam: Ainda que eu tivesse o dom da profecia e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, se não tiver a caridade, não sou nada.¹¹¹ Quem alcançou pois a caridade, este alcançou Deus mesmo, porque Deus é caridade.¹¹² A Ele a glória por todos os séculos dos séculos. Amém (2003: 126).

Vale ressaltar que São Máximo nasceu entre 579 e 580 na Palestina, e teve sua morte em 662, às margens do Mar Negro, em exílio, condenado pelo Sínodo de Constantinopla à pena de amputação de sua mão direita e de sua língua, pois as usava para defender a fé contra as heresias de então.

Ao se pensar sobre qual possa ser o sentido da esmola na era cristã e nas sociedades predominantemente católicas, vem à mente quase que de imediato – como que uma resposta já à espera desta interrogação – a idéia de caridade: *a esmola é um ato de caridade por imitação a Deus que um indivíduo ou um grupo social realizam, sem qualquer distinção de qualquer ordem, pois o próprio Deus é a caridade.*

Esse ato de caridade significa dar algo a alguém, e quem dá possui mais do que quem recebe. Entretanto, esse é um pressuposto que não é tão simples assim.

Avancemos um pouco essa questão.

Em sua tese de Livre-docência, *Entre a Cruz e a Encruzilhada*, Lisias Negrão, ao comentar a moralização da Umbanda, resalta como elemento basilar a concepção de caridade.

Esta concepção é fundamental no contexto das religiões, mesmo entre as não-moralizadas em sentido weberiano. Inclusive os magos e rapsodos, os mais antigos profissionais do sagrado, “exaltam a generosidade dos ricos e maldizem os avaros”. Já na religiosidade ética, “a esmola é a parte mais

¹¹¹ Versículo bíblico do Livro Corintos: I Co, 13,2 ss.

¹¹² Versículo bíblico do Livro de Jo: I Jo, 4, 8.

*universal e primária” da virtude religiosa, estando sua recomendação presente em todas as religiões mundiais: é um dos cinco preceitos absolutos de fé no Islão, é a boa obra no Hinduísmo, no Confucionismo e no Judaísmo; já “no caso do cristianismo primitivo adquiriu a dignidade de um sacramento” (1996: 368).*¹¹³

E mais adiante, ressalta a relevância da

[...] superação do casuismo da esmola eventual como forma de amor ao próximo e busca da salvação, pela criação de um habitus, tal como ocorreu não só no Catolicismo, mas também na religião de Zaratustra, no Hinduísmo e nas Igrejas Orientais. (1996: 368).

Segundo Weber,

“as boas obras religiosamente qualificadas e socialmente orientadas são então apenas meios de: 3. Auto-aperfeiçoamento. Fazem então parte do “método de salvação” (1999: 360-1).

E que podem ser obtidas, além da implementação de uma vida homogênea e metodicamente orientada, também através do exercício do *bom*.

“Mas também esse treino, por sua própria natureza, só pode ser realizado na forma de uma orientação racional e metódica da condução de vida global, e não com ações isoladas e desconexas” (1999: 360).

Percebe-se, por esta duas passagens, que a esmola é uma ação que acompanha os passos humanos ao longo da história e que diz respeito à esfera social tanto da magia quanto da religião, logo possuindo um “quê” de sagrado polivalente.

Por outro lado, forma-se ao longo da história uma prática da ação da caridade cada vez mais elaborada pela racionalização dos agentes sociais, visando a alcançarem patamares morais e éticos mais dignos para si e para o seu Deus (ou para o poder

¹¹³ Este trecho contém paráfrases e citações referentes a Max Weber.

espiritual equivalente), tendo como objetivo o auto-aperfeiçoamento e não tanto a realização das obras sociais em si mesmas e, portanto, a supressão das necessidades alheias fica em segundo plano.

Ou seja, o egoísmo apresenta-se travestido de altruísmo.¹¹⁴

Podemos pensar na esmola como uma ação social histórica pertinente à esfera do sagrado, com casuísmos à parte, que vem sendo reelaborada dentro tanto da magia quanto da religião. É a materialização por excelência da concepção da caridade chegando aos dias atuais sem obliterar o seu sentido fundamental, apesar das suas diversas formas manifestas, de suas várias metamorfoses “estéticas” (campanhas de solidariedade em busca de donativos, por exemplo, por parte do poder público e da iniciativa privada laica e religiosa)¹¹⁵.

A representação inicial de dar uma esmola, de praticar um ato caridoso com um sentido abnegado, pode ser esquematizada pela seguinte expressão:

DAR → RECEBER

Temos, portanto, dois pólos: um pólo A, que doa algo a alguém (sujeito físico e ou institucional), e o pólo B, que recebe (do mesmo modo, pode ser uma pessoa física ou uma instituição). Aparentemente, o sentido é unívoco, mas o pólo A, que pratica a caridade para o pólo B, que a recebe, espera algo em troca, algo com características externas e principalmente internas. E o que poderia ser? Talvez a satisfação expressa do pólo B em ter recebido a doação? Ou, mesmo que não haja um reconhecimento explícito, o pólo A aguarda por uma sensação de satisfação pelo ato em si que realizou? O pólo A espera uma retribuição da sua atitude caridosa representada pela esmola ou doação ofertada ao pólo B, não importando de onde tal retribuição venha, desde que venha mesmo (da esfera do sagrado ou da esfera do profano).

Então, a nossa representação passa a ter um terceiro elemento e momento:

¹¹⁴ Embora, talvez não tenha sido essa a intenção de Weber ao chamar a atenção para a racionalização da ação caritativa, pois surge uma ética da caridade, do serviço ao próximo, mesmo que implique como subproduto a salvação do próprio agente da caridade. Por outro lado, Weber reconhece que nessas religiões o pobre é necessário à salvação do rico, alcançada por intermédio da prática da caridade.

¹¹⁵ Quem doa um bem qualquer, ou uma quantia a outro necessitado, está exercendo a prática da esmola, não importando o eufemismo com que classificam essa ação. Isto fica claro pela definição aqui utilizada.

A retribuição coloca o problema e a solução ao mesmo tempo para o entendimento do sentido da caridade/esmola: *o espírito da dádiva*.

Segundo Godbout,

De facto, o dom unilateral (ou puro: ver Perry, 1985) é bastante fácil de compreender do ponto de vista do doador. O verdadeiro problema está do lado do receptor. O dom instaura uma dívida, um estado de dependência; ou então, ele marca uma exclusão do laço social, coisa que todos sentimos quando damos (damos uma esmola) a um mendigo na rua; experimentamos um obscuro mal-estar, a vergonha que nasce do facto de, no próprio gesto de dar, confirmamos – aos nossos olhos e aos olhos do mendigo – a sua exclusão da sociedade, porque o nosso gesto não pode instaurar um laço social. Evitamos o olhar do mendigo e afastamo-nos rapidamente depois de ter dado, recusando assim as manifestações de reconhecimento, habitualmente recebidas com alegria. Situações como esta fazem sobressair as vantagens de passagem pelos mecanismos anônimos da redistribuição estatal e dos direitos, que despersonalizam o laço e que, portanto, nada têm a ver com um acto de exclusão. O comportamento será diferente quando se tratar de um caso de urgência, necessariamente temporário. Então, é a solidariedade face ao destino que funciona, a idéia de que aquilo poderá vir a acontecer a todos nós. As grandes religiões transformam igualmente o gesto, particularmente o cristianismo, que ensina ao doador que o receptor é o próprio Deus, a quem ele deve tudo, e que lhe retribuirá (GODBOUT, S/d, p. 260-1).

O *dom* ou a *dádiva* é o presente que damos? Essa ação cria os laços sociais que podem ou não ser aceitos, reforçados e ampliados. O *dom* ou a *dádiva* ocorre em várias instâncias da sociedade, mas o que nos interessa aqui de forma específica é a *dádiva* enquanto esmola: o presente que é dado aos mais necessitados materialmente, como também o fato de que aqueles que não precisam tanto (os organizadores/arrecadadores da esmola) amealharem uma parcela considerável da *dádiva*.

Quanto ao “ser solidário” a que Godbout faz referência – podemos em futuro próximo vivenciar a situação de “necessitados” –, enseja um significado de “seguro

divino”, já que aos olhos de Deus ou de algum outro poder (a comunidade, a empresa, ou mesmo o Estado), estaremos atestando o merecimento antecipadamente a alguma catástrofe que possa ocorrer, ao acaso, ou talvez, ao fim dos tempos, nunca se sabe bem ao certo... É melhor prevenir!

E o Estado nesse processo? Não é que os mecanismos sejam totalmente anônimos ou que despersonalizem as relações sociais (no dizer de Godbout, os laços sociais) através de uma rede de captação e redistribuição dos presentes, das doações, aqui no caso, das esmolas propriamente ditas. O que acontece é que as esmolas passaram a ser organizadas em grandes sistemas administrativos, e tornam-se negócios lucrativos.

As relações sociais, a motivação dos agentes sociais, seus intentos (atingidos ou não) continuam atuantes no cenário social, só que agora temos a figura do intermediário como um administrador público ou privado das ofertas, das dádivas, eis o cenário: a esmola, enquanto um ato de caridade dentro da esfera do sagrado, insere-se na ordem do profano, pois se torna um negócio lucrativo, tanto do ponto de vista monetário, quanto da dimensão do simbólico. A esmola agora é um assunto de profissionais que atuam em organizações específicas, em organizações filantrópicas (religiosas ou não).

Seja como for, o fenômeno da caridade apresenta-se como regular na história social das mais diversas sociedades e tudo indica que ainda perdurará por uns bons séculos à frente.

Teodicéia e esmola.

A *economia da salvação*, assim nomeada por Max Weber, encontra uma justificativa plausível na teodicéia do sofrimento incorporada no discurso de legitimação da LBV; ou seja, o sofrimento como algo bom.

Weber ao estudar as religiões, faz uma análise histórica do conceito de teodicéia, desnudando suas várias facetas. Um desses aspectos nos interessa em especial:

“Sempre que as promessas do profeta ou do redentor não atenderem suficientemente às necessidades das camadas socialmente menos favorecidas, uma religião de salvação, secundária, desenvolveu-se

regularmente entre as massas, sob a doutrina oficial. A concepção racional do mundo está encerrada, em germe, dentro do mito redentor. Uma teodicéia racional de infortúnio foi, portanto, em geral, uma evolução dessa concepção do mundo. Ao mesmo tempo, tal visão racional do mundo deu com frequência ao sofrimento, como tal, um valor positivo que lhe era antes totalmente estranho” (1982, p. 317).

O sofrimento dos bons e as injustiças sofridas por eles, ao longo da história, perante a vitória e a *fortuna* dos maus e injustos é algo que sempre precisou de uma **legitimação**. Esta vem através da teodicéia, seja com promessas de salvação e ganhos no mundo do além, em próximas vidas, ou no aqui e agora. Este último tipo ganha novamente cada vez mais terreno no mundo contemporâneo.

“Considerado psicologicamente, o homem em busca de salvação se tem preocupado primordialmente com atitudes ligadas ao aqui e ao agora” (WEBER, 1982, p. 321).

Na análise histórica de Weber vemos já a ocorrência desse comportamento:

... nem toda religião, nem toda religião mundial, conhece o ‘além’ como um centro de promessas definidas. A princípio, os valores sagrados das religiões primitivas, bem como cultas, proféticas ou não, eram os bens sólidos deste mundo. Com a única exceção parcial do cristianismo e de uns poucos outros credos especificamente ascéticos, consistiam tais bens em saúde, vida longa e riqueza (1982, p. 320).

O pacto com Deus e/ou as divindades, via de regra, era para obter ganhos neste mundo, aqui na Terra, e não num mundo do “além”. Mas qual o sentido da teodicéia e como se dá o seu uso pela LBV?

Segundo o verbete encontrado na GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, a idéia de teodicéia foi formulada originalmente por Leibniz e trata da justiça divina; afinal se Deus é justo, como poderia criar um mundo injusto?¹¹⁶

¹¹⁶ TEODICÉIA s.f. (Do gr. *theos*, deus + *dike*, justiça.) 1. Parte da teologia natural que se ocupa da defesa do dogma da onipotência, onisciência, justiça e suprema bondade de Deus contra os que, usando

Estamos diante, portanto, do dilema de um “Criador Perfeito” em confronto com um mundo de imperfeições várias, e como tal seria possível se tudo o que existe é obra de Deus, o ser perfeito? Eis aí colocada à questão.

Weber considerou, utilizando a metodologia dos tipos ideais, que há soluções diversas postas a esse problema, relacionando a formação do conceito de Deus e das idéias de pecado e salvação. Ele nos esclarece que

“Um modo de estabelecer o justo equilíbrio consiste na referência a uma compensação futura neste mundo: escatologias messiânicas. O processo escatológico consiste então numa transformação política e social deste mundo. Um herói poderoso, ou um deus, virá – logo, mais tarde, algum dia – e colocará seus adeptos na posição que merecem no mundo. Os sofrimentos da geração atual são conseqüências dos pecados dos antepassados, pelos quais o deus responsabiliza os descendentes do mesmo modo que na vendeta, o assassino se vinga no clã inteiro e que, ainda o papa Gregório VII excomungava os descendentes até a sétima geração” (2000, p. 351).

Teodicéia e escatologia, juntas, fomentam um meio social propício ao discurso elebeviriano, pois agrupam sob o mesmo manto os “direitos” e “deveres” dos fiéis e dos que com a LBV se compadecem.¹¹⁷

E mais,

como argumento a presença do mal e do sofrimento no mundo, levantam dúvidas sobre esses atributos divinos. [A expressão foi criada por Leibniz em sua obra *Teodicéia* (1710), onde procurava demonstrar matematicamente o otimismo.] – 2. Teologia desenvolvida com o auxílio exclusivo dos meios racionais. (Sin. TEOLOGIA NATURAL.). Filos. Parte da metafísica que trata de Deus, de sua existência e atributos. **Teodicéia** (*Ensaio de*) *concernindo à bondade de Deus, à liberdade do homem e à origem do mal*, obra escrita em francês por Leibniz (1710), onde ele expõe sua filosofia moral. Diante do problema do mal, Leibniz assume uma posição otimista, concluindo que este mundo, criado por Deus, é o melhor dos mundos possíveis. (1998, p. 5640).

¹¹⁷ Os elebevirianos aguardam pela volta do messias, enquanto isso não ocorre, sofrem as injustiças do mundo profano como provação, algo digno do verdadeiro Povo de Deus. O “mundo velho” terminará e o “mundo novo”, a CRISTÓPOLIS no dizer de Alziro Zarur, logo se fará presente na Terra e durará pela eternidade.

“a idéia especificamente ética, contudo, é a da ‘retribuição’ dos bons e maus feitos concretos com base em um juízo dos mortos, e o processo escatológico é, portanto, em regra, um dia do juízo final” (2000, p. 353).

O pecado, então, é entendido como o não cumprimento do contrato com Deus, daí tudo de ruim que ocorre no mundo. Mas há esperança, há salvação, pois o dia do juízo final porá ordem e trará a perfeição de Deus ao mundo dos homens, já que é o homem que provoca as imperfeições em um mundo até então perfeito (por ex. a queda do paraíso) – o homem, um ser perfeito, se rebela e torna-se imperfeito. Por outro lado, Deus estaria além da compreensão ética do homem e seus atos não poderiam ser explicados pela concepção de justiça humana. Sendo assim, o problema posto pela teodicéia não teria mais significado de ser.

Weber coloca que

“a solução formalmente mais perfeita do problema da teodicéia é a obra específica da doutrina indiana do ‘carma’, da chamada crença na transmigração das almas. O mundo é um cosmos ininterrupto de retribuição ética. Culpa e mérito são infalivelmente retribuídos dentro do mundo, por meio dos destinos numa vida futura pelos quais a alma terá de passar em número infinito [...]” (2000, p. 355).¹¹⁸

Esta postura carrega uma racionalização tal, que dispensa até mesmo a figura de um Deus ou de divindades, como é o caso do budismo original. É uma visão, segundo Weber, que mecaniza a concepção ética, estamos diante de um automatismo cósmico.

¹¹⁸ O espiritismo kardecista incorporou em sua doutrina cristã a reencarnação e o carma, formando um amálgama, do qual a LBV tem como sua fundamentação doutrinária, juntamente com o livro do Apocalipse. Construindo, assim, para seus adeptos, um “mix” de racionalização com irracionalidade.

O problema da *teodicéia*, portanto, passa, pelos sentidos das ações dos agentes em comunidade, onde a visão de mundo é uma exteriorização desses significados, muitas vezes nem sequer percebidos conscientemente por eles mesmos.

Esta é uma questão que fica, ainda hoje, em aberto, pois a visão dicotômica é extremamente forte nas várias facetas da cultura humana (mesmo na ciência), e muito mais na esfera religiosa em função da discussão do bem absoluto versus o mal absoluto, e das incongruências daí advindas, para se justificar logicamente este par antinômico.

Todavia, o que se pode perceber são as influências e confluências do sistema religioso com o sistema social, em uma constante e mútua interdependência que constrói o real vivido e representado pelos agentes sociais. Daí, Bourdieu colocar a compreensão da teodicéia, como uma sociodicéia, já que “*a religião cumpre funções sociais*” (1992, p. 48).

Afinal, o interesse religioso está diretamente associado aos interesses sociais (não poderia mesmo ser de outra forma, desde que se considere a sociedade como matriz da esfera religiosa, e que esta legitime aquela em suas relações sociais, principalmente nas relações de poder):

Tendo em vista que o interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades vinculadas a um tipo determinado de condições de existência e de posição na estrutura social, as funções sociais desempenhadas pela religião em favor de um grupo ou de uma classe, diferenciam-se necessariamente de acordo com a posição que este grupo ou classe ocupa [...] (BOURDIEU, 1992: 50).

Tendo em vista que o interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades materiais ou simbólicas associadas a um tipo determinado de condições de existência e de posição na estrutura social, dependendo portanto diretamente desta posição, a mensagem religiosa mais capaz de satisfazer o interesse religioso de um grupo determinado de leigos, e de exercer sobre ele o efeito propriamente simbólico de mobilização que resulta do poder de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário, é aquela que lhe fornece um (quase) sistema de justificação das

propriedades que estão objetivamente associadas ao grupo na medida em que ele ocupa uma determinada posição na estrutura social (Idem, 1992: 51).

A “sociodicéia” torna-se o argumento fundamental da LBV: fora da caridade e do ecumenismo sob a égide de Cristo, o Deus Vivo, não há salvação; e o grande prêmio é viver aqui e agora, na Terra, com Jesus que está voltando (pois já estamos vivendo o Apocalipse...), em um mundo de fartura material, de saúde e riquezas espirituais e terrenas.

Logo, *todo sofrimento é apenas uma prova para o eleito* (para o moderno Povo de Deus) e este tem que dar testemunho através da sua doação, pelo trabalho, pelo dízimo, pelas entregas de bens, pela mostra de enriquecimento, pela solidariedade em ser um contribuinte da LBV. Dessa forma, a dádiva tão aguardada será obtida: a salvação, e salvação vivida na Terra Prometida, aqui no planeta Terra.

Podemos intuir, então, como a economia da salvação contribuiu historicamente para a formação na atualidade da economia da esmola, e que a última está dando surgimento à sociedade da esmola. Porém, a proximidade da formação da economia da esmola por intermédio da observação da atuação da LBV ressalta a importância desse fato e antecipa que o mesmo se dá em função do surgimento e da ação das instituições filantrópicas, laicas e religiosas, serem bem expressivo do território material e simbólico ocupado atualmente pela LBV.

Isso nos leva a especular sobre o diagrama (nº 1) a seguir:

Muito embora Weber visse uma tensão entre a religião e a esfera econômica¹¹⁹, com algumas possíveis “fugas” a esse conflito pela ética puritana e pelo misticismo no qual o padrão seria o conflito, aqui estamos diante da religião no contexto da modernidade.

O conflito terminou porque, com a diferenciação das esferas sociais, a economia firmou-se como esfera hegemônica que prescinde de legitimação religiosa. Legitima-se por sua própria lógica, por seu sentido próprio que exclui a idéia de caridade, pois esta não lhe faz sentido, muito embora a utilize como reforço ideológico.

No entanto, com o surgimento do pluralismo religioso, a lógica econômica penetra também na esfera religiosa, impondo-se um mercado religioso: a luta pela consecução e conservação dos leigos, não mais obrigados a pertencer a uma religião por questão de nascimento, mas sim, por livre escolha.

Entretanto, o modelo que estamos defendendo ao longo deste trabalho sinaliza para uma incorporação pela ética religiosa da fraternidade, da esfera econômica, via filantropia-empresarial; ou seja, a organização e valoração monetária da caridade, inclusive, com competições pelos “clientes-doadores” em um mercado onde a “salvação” do próximo é uma disputa feroz e nem sempre ética.

Em suma, se falamos atualmente em economia da esmola, esta surge na história pelas mãos da economia da salvação (onde predominou a acumulação de riqueza em várias sociedades por intermédio da normatização religiosa das relações sócias moldando as ações dos agentes) e prenuncia uma sociedade da esmola.

A esmola organizada.

Bredemeier faz, no início de seu artigo uma colocação óbvia, porém pertinente para ser comentada:

¹¹⁹ Uma economia racional é uma organização funcional orientada para os preços monetários que se originam nas lutas de interesse dos homens no *mercado*. O cálculo não é possível sem a estimativa em preços em dinheiro e, daí, sem lutas no mercado. O dinheiro é o elemento mais abstrato e ‘impessoal’ que existe na vida humana. Quanto mais o mundo da economia capitalista moderna segue suas próprias leis imanentes, tanto menos acessível é a qualquer relação imaginável com uma ética religiosa da fraternidade (1982, p. 379-80).

O fato de que as pessoas dependem umas das outras e portanto necessariamente trocam coisas não foi segredo para ninguém, provavelmente, desde que existem pessoas. E o fato de que a estabilidade de qualquer série de interdependência exige acordo sobre quem troca, ou deveria trocar, o que e com quem e por quais razões e em que condições não escapou à consciência de ninguém que tenha pensado sobre o assunto, [...]. [...] a história da teoria da troca é a história de grande parte da ciência social, [...] (1980, p. 547).

Estamos o tempo todo dentro desse cenário: as trocas humanas, só que dando uma especificidade ao ato simbólico em conjunção ao ato material através da conjugação do estudo da dádiva e da esmola, como aspectos incorporados à economia social.

A dádiva é uma prática de doação milenar da ação social do cotidiano humano, sendo encontrada em diversas sociedades das mais variadas culturas¹²⁰ (fundamentalmente, nas sociedades sem Estado, onde os sistemas de trocas são baseados em obrigações rituais e não existem mercados como esferas autônomas ao sagrado). Essa prática procura manter, através de transações (trocas em diversos níveis hierárquicos), as relações sociais em um estado de paz e de perpétua interdependência, dando às comunidades e às sociedades envolvidas na realização das cerimônias de ofertas (oferendas para obtenção da dádiva) uma sensação de controle e dever cumprido.

Essa interdependência está associada à perpetuação da dívida, nunca havendo um equilíbrio, uma troca equivalente (característica buscada pela economia de mercado, ao menos nominalmente), o que colocaria em risco o sistema de retribuições – *o espírito da dádiva*.

Mas outra coisa bem diferente são as sociedades configuradas pela formação política de Estado, onde as desigualdades sociais crescentes resignificam o entendimento da dádiva, não mais para a paz social, mas para a salvação individual ou de um grupo de eleitos. Esse aspecto está diretamente relacionado à miséria da condição de vida de um indivíduo e da própria coletividade da qual ele faz parte, fruto da falta de

¹²⁰ Cf. a obra de Marcel Mauss, *O Ensaio sobre a Dádiva*.

acesso a bens materiais e a bens simbólicos empobrecidos pela massificação da moderna organização sócio-histórica ocidental judaico-cristã.

Essas desigualdades sociais vão de fato aflorar de forma ampla e profunda, com o surgimento da Revolução Industrial e da conseqüente organização da sociedade através do capitalismo industrial.

Se a dádiva é um produto adquirido por meio de trocas, qual o instrumento material e simbólico utilizado para realizar o intercâmbio pretendido em sociedades com desigualdades sociais? A esmola, por intermédio da valoração monetária da doação de bens materiais e simbólicos.

Quando a esmola está sob uma forma organizada por um agente social, uma organização qualquer, torna-se *doação*, ressaltando uma imagem valorosa de solidariedade para com o próximo e incentivando todos a desabrocharem aquilo que há de melhor dentro de si: o altruísmo. Temos os exemplos do Exército da Salvação, da Legião da Boa Vontade, da Igreja Católica, do Espiritismo Kardecista, dos Programas Públicos de Assistência Social e de inúmeras organizações de cunho filantrópico, das mais variadas características e com os mais diversos fins; portanto, agentes da esfera religiosa, privada e pública participam dessa empreitada.

A esmola, quando organizada por uma instituição, seja de caráter estatal, privado ou religioso, seja para o fim que for (justificativa explicitada pela organização), traz também, de forma imediata, *efeitos não-intencionais benéficos* para a economia dos indivíduos e dos grupos diretamente relacionados com a ação social de esmolar e doar; ou seja, propicia a organização de um empreendimento (exatamente isto, no sentido empresarial do termo) com fins mercantis (não declarados), onde *o crescimento econômico se torna o fim da organização, através da esmola organizada em doações para obtenção da dádiva – surgem, então, as empresas de bens de salvação!*¹²¹ É o surgimento do mercado da esmola e da economia da esmola.

Vemos a inserção desse fenômeno no tempo histórico, como também, na época atual designada pelo termo globalização, quando Boaventura se refere a esta como sendo uma evolução do capitalismo mercantil, que entre diversas desestruturações e adaptações sociais, políticas, econômicas e culturais, traz

¹²¹ Todas as “empresas” religiosas (Weber e Berger) são empresas de bens de salvação – só que no caso, dos próprios agentes religiosos. A salvação buscada, no caso analisado, é a do outro, o agente que é carente e necessitado.

“... a pauperização dos grupos sociais vulneráveis e a acentuação das desigualdades sociais [que] são consideradas efeitos inevitáveis da prosperidade da economia e podem ser minoradas por medidas compensatórias desde que estas não perturbem o funcionamento dos mecanismos de mercado” (2002, p. 79).

Apresenta-se, então, a oportunidade para o desenvolvimento da organização da economia da esmola dentro do campo das “medidas compensatórias”; só que, de fato, surge uma nova dimensão de exploração econômica que, longe de perturbar o funcionamento dos mecanismos de mercado e de ser uma mera compensação, incrementa-o com uma nova modalidade: *o mercado da esmola*.

Esse é um tema instigante, onde a importância científica do estudo desse fenômeno, da esmola organizada e de seu corolário a economia da esmola, mostra concretamente o crescimento e enriquecimento material de organizações filantrópicas e religiosas.

Esse fenômeno vem despertando o interesse do poder público em participar dessa empreitada com os seus diversos programas voltados para os mais necessitados economicamente. É necessário que se compreenda que esses diversos agentes responsáveis pela organização da esmola em empresas de viés religioso ou profano necessitam que os pobres continuem pobres e que mais pobres sejam “produzidos” pelo sistema social!¹²²

Lembremo-nos aqui de que

“a única acumulação que é pré-requisito do advento do capital é a da riqueza monetária que, considerada isoladamente, é inteiramente improdutiva, emergindo somente da circulação e pertencendo apenas à circulação” (MARX, 1991: 109).

Nesse sentido, a esmola organizada apresenta-se com características mercantis e, portanto, o seu lucro é mercantil. Mas ela vai subsidiar a formação de capital e, das próprias relações capitalistas.

¹²² Weber dizia que, no Cristianismo, a esmola se tornou um sacramento, decorrendo daí a necessidade da permanente presença do pobre, sem o qual a caridade não teria sentido.

A desigualdade social deve ser crescente para que o “negócio” da esmola organizada floresça, mas até que ponto? Haverá um “ótimo econômico” para esse novo empreendimento? O Estado poderá intervir para evitar monopólios? O mercado da esmola se auto-regulará? Teremos uma pluralidade de empresas filantrópicas concorrendo entre si?

Estas são questões que servirão de guia para um melhor esclarecimento da esmola organizada por uma economia da esmola.

A economia da esmola

A economia, via de regra, é a ciência da escassez, mas segundo Samuelson, outras características entram no escopo desse campo de estudos:

1. *Economia ou Economia Política é o estudo das atividades que, com ou sem dinheiro, envolvem transações de troca entre pessoas.*
2. *Economia é o estudo da maneira pela qual os homens decidem utilizar recursos produtivos escassos ou abundantes (terra, mão-de-obra, bens de capital como maquinaria, conhecimento técnico) para produzir várias mercadorias (como trigo, carne de boi, sobretudos, iates; concertos, estradas, bombardeiros) e distribuí-las a vários membros da sociedade, para consumo.*
3. *Economia é o estudo de homens em sua atividade comum, ganhando e desfrutando a vida.*
4. *Economia é o estudo da maneira pela qual a humanidade realiza a tarefa de organizar suas atividades de consumo e produção.*
5. *Economia é o estudo da riqueza.*
6. *Economia é o estudo de como melhorar a sociedade (1977: 3).*

Todas essas definições são válidas, e a lista poderia se estender muito mais, porém uma definição geral e mais aceita, segundo Samuelson, é:

Economia é o estudo de como os homens e a sociedade decidem, com ou sem a utilização de dinheiro, empregar recursos produtivos escassos, que poderiam ter aplicações alternativas, para produzir diversas mercadorias ao longo do tempo e distribuí-las para consumo, agora e no futuro, entre diversas pessoas e grupos da sociedade. Ela analisa os custos e os benefícios da melhoria das configurações de alocação de recursos (1977: 3).

Diante dessa definição, o que pode vir a significar o sintagma *economia da esmola*? A esmola é um bem escasso? Ela pode ser usada para produzir mercadorias? Para adquirir bens de capital? Ou ela própria (a esmola) tornou-se uma mercadoria? Afinal, a esmola é um meio ou um fim?

Inicialmente, temos a percepção, de fato, de que a esmola não é um bem em abundância e que sua atual organização por entidades filantrópicas vem ao encontro de suprir esta deficiência. Ela também pode vir a ser considerada como um recurso produtivo, se olharmos para o crescimento material e econômico de algumas organizações filantrópicas e ou religiosas.

A esmola pode ser entendida como um *meio* de sobrevivência dentro da linha de miséria. Ocorre que, quando a esmola é apropriada institucionalmente e, portanto, estruturada por uma organização específica (privada ou pública), ela se torna um *fim* para a entidade que a utiliza como instrumento de sustentação: surge a economia da esmola, com uma finalidade essencialmente econômica, tanto assim o é que se torna impossível imaginar-se qualquer uma das instituições que se utilizam desse meio (a esmola) abrindo mão do mesmo e continuarem a sobreviver (volta-se à esmola como um meio, de fato temos uma ambivalência: a esmola adquire a “dupla personalidade”, ela é em si mesma, meio e fim).

É nesse movimento de alternância que a esmola pode ser considerada como uma ação social, que propicia tanto a sobrevivência mais imediata quanto a sustentabilidade por intermédio da acumulação de riqueza e de capital ao longo da história das civilizações humanas (patrimônio material de diversas religiões) – uma ação social com relação a fins, pois adota o raciocínio calculista que visa a um fim específico.

Nesse caso, haveria uma ética da esmola, derivada de regras ascéticas de como proceder ao ato de esmolar? E, teremos como tipificar a ação de esmolar? Seriam tipos encontrados na realidade e/ou de cunho weberiano?

De todo modo, uma conotação positiva da esmola por intermédio do conceito de ética, a ela agregado, traz um conforto aos agentes sociais que doam, tanto como àqueles que recebem a doação; muito embora a esmola, e todo aquele que dela se utiliza como meio de sobrevivência (individualmente ou em grupos pelas ruas) seja carregado de estigmas, em algumas culturas e épocas, já houve valorações de superioridade, como é o caso exemplar da cultura indiana, por intermédio dos monges mendicantes (no catolicismo, as ordens mendicantes também se fazem presentes na história da ordem dos franciscanos).

Mas nesse cenário de imposições valorativas, ora positivas, ora negativas, quais forças sociais estariam sendo engendradas em razão da estruturação da esmola enquanto uma instituição social devidamente “mascarada” como exemplo de solidariedade? Forças políticas, econômicas e religiosas? Poder-se-á alegar que a esmola organizada é tão somente uma questão de solidariedade humana para com seu próximo mais necessitado e incapaz de sobreviver sem a caridade alheia? E por que tais condições sócio-históricas surgem e propiciam a organização da esmola em instituições sociais com os fins mais diversos? É difícil imaginar que alguma instituição filantrópica/religiosa declare que seu fim é a acumulação de capital através da esmola e que sua atividade de caridade é apenas mais um negócio como qualquer outro, ou seja: a caridade passaria a ser um *meio* de se obter a esmola, esta seria o fim vislumbrado. O discurso corrente é justamente o inverso.

Pode parecer um tanto perverso, entretanto, que, sem a *miséria social*, o sentido da esmola possa perecer, e com ele, a dádiva, sua dimensão mais profunda.¹²³ Teríamos aí posto um circuito fechado em que a miséria justifica a esmola, que é justificada pela miséria com o aval da sacralidade da dádiva, pois a esmola está inserida na esfera do sagrado. Faço aqui essa afirmação em função de que a esmola advém historicamente de rituais sagrados: onde a doação é uma das formas mais antigas de troca conhecida pelas comunidades humanas.

Assim, penso, em um primeiro esboço, em uma representação pertinente ao núcleo duro da concepção da economia da esmola (em gestação teórica) que sirva de mapa mental subsidiando a análise aqui empreendida (diagrama nº2):

¹²³ Bem entendido, a dádiva no mundo contemporâneo, que é expressão advinda do mundo bíblico e não das sociedades estudadas por Mauss, pois são processos históricos diversos.

A questão que se coloca, então, é:

pode¹²⁴ a esmola organizada através de instituições sociais vir a se constituir como fonte de riqueza e de acumulação de capital de uma organização privada ou mesmo estatal, gerando um mercado da esmola, que fomenta a existência de uma economia da esmola?

Esta é a interrogação guia dessa tese, o problema em si que desperta para uma questão crucial sobre o mercado, ou melhor, o tipo de mercado do qual estamos tratando, e que tem como pano de fundo a discussão entre teologia da prosperidade versus teologia da reciprocidade.

Lembremo-nos de que

Não se trata de um mercado qualquer, mas do mercado capitalista caracterizado pela não-reciprocidade. Já Aristóteles (Duchrow, 1995:

¹²⁴ Aqui, o termo *pode* é utilizado no sentido de ocorrer na realidade com frequência, exprimindo a “normalidade” do sistema, o que nos leva ao plano valorativo: torna-se aceitável e legítimo que assim ocorra em função do costume que se vai adquirindo.

20ss.) estabelecia a distinção entre comércio de trocas centrado nas necessidades locais (oikonomia) e o mercado de acumulação de dinheiro (lucro ou juros) K. Polanyi (1975: 244) acrescentou que com o sistema capitalista se passara de uma situação em que o mercado estava inserido no conjunto das relações sociais, como prática social de reciprocidade, para uma situação de maior liberdade da atividade econômica. A sociedade se transforma, portanto, num apêndice do mercado caracterizado pela não-reciprocidade e por uma relação de forças em que há ganhadores e perdedores (HOUTART, 2003: 73-4).

Ou será o caso de se entender que

[...] o mercado total é avesso a donativos, o que paradoxalmente exige o retorno, ainda mais forte, do próprio mercado. É certo que há muito tempo os donativos não são necessários à produção e à reprodução da sociedade (Godelier, 1996: 291). Atualmente, estão relegados à esfera do setor privado, unidos a uma forma de troca que, na economia de mercado, só é legitimada para remediar, provisoriamente, as deficiências das transições ou acidentes nos ajustes, como vem ocorrendo, hoje em dia, nos antigos países socialistas ou no Terceiro Mundo (HOUTART, 2003: 74).

Então, o donativo continua a ter características de “tampão” para as “deficiências” do mercado capitalista, como também argumenta Boaventura (2002), mantendo resquícios da dimensão da dádiva, ou adquire de direito e de fato uma dimensão capitalística?

Penso que não. Pelo que foi exposto até este momento, os dados refutam tal assertiva e direcionam ao que, na falta de uma expressão melhor, eu designo como: “relação de produção”¹²⁵ da esmola-tributo ou “relação de produção” de esmola-

¹²⁵ As relações de produção são interações sociais que os agentes estabelecem entre si nas atividades produtivas. Segundo Marx: “na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social” (MARX, 2003: 5). Troquemos aqui “forças produtivas” por “miséria social” e “um determinado grau de desenvolvimento” por “um determinado grau de subdesenvolvimento”, e a coisa toda começa a fazer sentido.

doação, pois as doações-esmolos se transformam em capital ao serem utilizadas em grande parte em atividades do sistema produtivo capitalista, bem como, a própria filantropia, transforma-se em uma “relação de produção” que produz cada vez mais “recursos” (doações-esmolos).¹²⁶

Aqueles que se posicionam contra esta posição via de regra argumentam segundo os estudos de Mauss e seus seguidores, elegendo como paradigma a clássica obra, *Ensaio sobre a Dádiva*.

Ocorre que Mauss tratou dos fenômenos sociais totais sob a ótica do contrato, em um universo de comunidades complexas de trocas que se posicionam **na reciprocidade**, ao invés **da prosperidade** utilitarista do capitalismo. É o que ele designa como *sistema das prestações totais*. Parece estranho, mas não o é.

Claro que os grupos analisados por Mauss buscavam a prosperidade, mas prosperidade dentro de um sistema de equilíbrio e de rivalidades entre as comunidades que trocavam suas mercadorias e seus bens simbólicos, onde a competição exigia por parte dos agentes a **não**-acumulação destes bens, como no caso mais extremado do Potlatch:

... nestas duas últimas tribos do Noroeste americano e em toda esta região, aparece uma forma, típica sem dúvida, mas evoluída e relativamente rara, dessas prestações totais. Propusemos chamar-lhe potlatch. [...] <<Potlatch>> quer dizer essencialmente <<alimentar>>, <<consumir>>. Estas tribos, muito ricas, que vivem nas ilhas ou na costa ou entre as Rochosas e a costa, passam o seu Inverno numa festa perpétua: banquetes, feiras e mercados, que são simultaneamente a assembléia solene da tribo. [...] Mas o que é notável nestas tribos é o princípio da rivalidade e do antagonismo que domina todas essas práticas. Vai-se até à batalha, até o assassinio dos chefes e nobres que assim se enfrentam. Vai-se por outro lado, até à destruição puramente sumptuária das riquezas acumuladas, para eclipsar o chefe rival e, ao mesmo tempo, associado (geralmente avô, sogro ou genro) (MAUSS, 2001: 56-7).

Comenta Mauss que

¹²⁶ As informações levantadas até este momento embasam tal afirmação.

investigações mais profundas fazem aparecer agora um número bastante considerável de formas intermediárias entre essas trocas de rivalidade exasperada, de destruição de riquezas como as do Noroeste americano e da Melanésia, e outras, de imolação mais moderada, em que os contratantes rivalizavam com presentes... (MAUSS, 2001: 58).

A questão do contrato em Mauss é explicada por Lanna do seguinte modo:

Para Mauss, a noção de contrato seria universal, mas, ao contrário dos contratualistas anglo-saxões, concebe os contratos como não-individuais. Não se trata assim de acordos entre indivíduos racionais mas de regras da organização social primitiva. Nela, “os contratos fazem-se sob a forma de presentes” (MAUSS, 1974, P. 41) (LANNA, 2000: 177).

Os presentes são, então, a dádiva?

Mas Mauss já definia a dádiva de modo amplo. Ela inclui não só presentes como também visitas, festas, comunhões, esmolas, heranças, um sem-número de “prestações” enfim – prestações que podem ser “totais” ou agonísticas [...]. Creio ser fundamental notar como Mauss entendia até mesmo os tributos como uma forma de dádiva. Esta é uma de suas proposições que aguardam futuros desenvolvimentos (LANNA, 2000: 175).

Lanna comenta que a tese principal da obra de Mauss

postula um entendimento da constituição da vida social por um constante dar-e-receber. Mostra ainda como, universalmente, dar e retribuir são obrigações, mas organizadas de modo particular em cada caso. Daí a importância de entendermos como as trocas são concebidas e praticadas nos diferentes tempos e lugares, de fato que elas podem tomar formas variadas, da retribuição pessoal à redistribuição de tributos (2000: 175).

Assim, podemos entender que cada sociedade tem suas regras de dar e retribuir. As trocas assumem vários formatos e, embora possam ser consideradas como fenômenos perenes, apresentam-se com características particulares. Entretanto

“Lévi-Strauss (1949), proporá haver algo de universal por trás da diversidade no nível dos fatos, formalizando o ‘princípio da reciprocidade’” (LANNA, 200: 178).

... Mauss explica a destruição sacrificial a partir da lógica da reciprocidade, o sacrifício sendo uma doação que implica destruição e que deve ser retribuída pelos deuses (idem, p. 63). O sacrifício também é um contrato (idem, p. 65). Como no potlatch, os chefes aliados/rivais polinésios se vêem mutuamente como deuses. Esse tema ainda merece mais estudos, assim como o das esmolas, também presentes tanto no contexto polinésio como no do noroeste norte-americano, e que podem ser definidas como “dádivas oferecidas às crianças e aos pobres [que] agradam aos mortos” e aos deuses (idem, p. 65-66). Mauss sugere haver uma relação entre esses temas, o sacrifício e a esmola: esta é um sacrifício feito às crianças e aos pobres (LANNA, 2000: 180).

Em toda a obra de Mauss *Ensaio sobre a Dádiva*, e pelos comentários de Lanna, vemos a questão de fundo como sendo a da *circulação*. É não só importante, como fundamental fazer circular os bens materiais e simbólicos, os afetos e rivalidades, o status, a honra, o crédito, o sacrifício (destruição literal dos bens e de vidas, e não metaforicamente), etc.

É o fato social total que Mauss está buscando, e não uma questão de fraternidade cristã, onde o ato de dar é misericordioso aos olhos de Deus, ou mesmo impõe um contrato com o divino, no qual Este está intimado a retribuir.

Há a ação de dar e retribuir, como há a misericórdia, há o contrato, mas esses atos não são o que Mauss chama de dádiva. Claro que podem ser incluídos em uma análise a partir do estudo de Mauss, mas com as devidas ressalvas, como nos alerta Lanna:

Mas na ‘Conclusão’ do Ensaio Mauss não pensa em um paralelismo entre dádiva e mercadoria. Sua idéia, cuja importância, a meu ver, ainda não foi

devidamente avaliada, é a de que, na modernidade, a dádiva está de certo modo embutida na compra e venda. Isto é, essas lógicas não se excluem porque ‘as coisas vendidas tem uma alma’ (Mauss, 1974, p. 164) (2000: 189).

Este aspecto é que passa, muitas vezes, sem ser devidamente discriminado.

Apgaua (1999), em sua dissertação sobre *A dádiva Universal: reflexões em debate ficcional*, realiza uma interessante análise sobre a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), buscando argumentar que a doutrina da abundância (ou teologia da prosperidade) professada por essa organização pode e deve ser identificada com o conceito de dádiva empregado por Mauss.

O que defendo aqui é de que não só na Legião da Boa Vontade (meu objeto empírico), como em outras organizações filantrópicas e ou religiosas, existe uma dimensão econômica por excelência que utiliza a dádiva como conceito central, mas não a dádiva advinda da lógica de Mauss, e sim aquela advinda do livro bíblico, do Antigo e do Novo Testamentos.

Apgaua argumenta, para posteriormente refutar, que

Muitos analistas tendem a resolver tal controvérsia afirmando que a Universal [o objeto empírico da autora] apropria-se de uma “lógica capitalista”, devendo mesmo ser considerada uma “empresa da fé”. E o sacrifício, antes de ser um empecilho, é um dinamizador de todo esse processo, porque é através dele que a Igreja Universal consegue acumular grandes somas e, assim, reinvestir em seu patrimônio. O rito sacrificial é reduzido a um momento do mercado. E o diagnóstico parece indicar que, embora fiéis sejam “consumidores” e “investidores” do “mercado religioso”, eles estão destinados a permanecerem na posição que ocupam na estrutural social e a corroborarem para que se perpetuem as condições de classe (1999: 126).

Não é que a IURDS, a Igreja Católica ou a LBV tenham se apropriado da lógica capitalista, mas ao serem frutos da tradição bíblica, carregam “dentro de si” uma normatização social e econômica que se desenvolveu ao longo de dois mil anos.

A dádiva, no contexto de Mauss, traz interessantes idéias, que podem ser utilizadas sempre com um balizamento dos contextos históricos ao qual estamos nos referindo. Se esses cuidados forem tomados, penso que a discussão se enriquecerá. Mas não vamos comparar a festa do Carnaval (atual) como sendo um dos exemplos do desperdício de que nos fala Mauss. O contexto sócio-histórico é outro, muito embora possa haver elementos simbólicos, e certamente os há, trazidos de longas datas; entretanto, a organização dessa festa e sua realização transformaram-se em um elo da cadeia produtiva do sistema capitalista: geração de empregos por todo o ano de preparação, admissão de patrocinadores, verbas públicas, atração de turistas nacionais e internacionais, produção de impostos etc.

Pode-se argumentar que a festa do Carnaval é um espaço de poder, de disputas hierárquicas e outras tantas, e de fato o é também. O que ocorre é que o simbólico vem mesclado ao econômico.

A argumentação de Apgaua é válida, só não deve negar o viés utilitarista como se fosse uma reação irracional por parte de intelectuais “indignados” que professam uma “irracionalidade” dos agentes.

A dádiva existe, ou melhor, as dádivas, e temos de saber identificar o sentido do conceito de acordo com o contexto histórico no qual estamos trabalhando. Por isso, complementar a proposta de Mauss com o mundo bíblico, quando possível for, é válido, como válido também é a visão utilitarista da economia, da construção do homem econômico que ainda está em seus primeiros passos e é obra não da natureza, mas da cultura.

São especialmente significativas duas considerações que Mauss faz a respeito do Hinduísmo e do Islamismo e que reforçam nossa discussão:

Está na natureza do alimento ser partilhado; não o partilhar com o outro é <<matar a sua essência>>, destruí-lo para si e para os outros. Tal é a interpretação ao mesmo tempo materialista e idealista que o bramanismo deu da caridade e da hospitalidade. A riqueza é feita para ser dada. Se não houvesse brâmanes para a receber, << vã seria a riqueza dos ricos>> (2001: 162).

E ao comentar sobre a *Surata* LXIV <<decepção mútua>> (último juízo), revelada a Maomé, em Meca:

15. As vossas e as vossas crianças são a vossa tentação enquanto que Deus mantém em reserva uma recompensa magnífica.

16. Temei a Deus com todas as vossas forças; escutais, obedecei, daí esmola (sadaga) no vosso próprio interesse. Aquele que se mantém em guarda contra a sua avareza será feliz.

17. Se fizerdes a Deus um empréstimo generoso, ele pagar-vos-á o dobro, ele perdoar-vos-á, pois é reconhecido e pleno de magnanimidade.

18. Ele conhece as coisas visíveis e invisíveis, ele é o poderoso e o sábio (2001:190).

Será ingenuidade, portanto, não avaliar a dimensão econômica, ou mesmo considerá-la de segunda ordem, quando é visível a necessidade de se impor a doação-esmola para o sustento do clero, seja ele hindu, mulçumano, católico, protestante, e na contemporaneidade as empresas filantrópicas/religiosas etc.

Se dúvida há sobre a faceta econômica da dádiva em Mauss, ele mesmo, ao comentar sobre o trecho da *Surata* (citada acima) argumenta que

Substituí o nome de Alá pelo da sociedade e do grupo profissional ou adicionais os três nomes, se sois religiosos; substituí o conceito de esmola pelo de cooperação, de um trabalho, de uma prestação feita em intenção de outrem [trabalho voluntário]: tereis uma ótima idéia da arte econômica que está em vias de criação laboriosa. Vêmo-la funcionar já dentro de certos agrupamentos econômicos e nos corações das massas que têm, muito freqüentemente, melhor do que seus dirigentes, o sentido dos seus interesses, do interesse comum (2001:190).

Certamente, a sociedade é um Deus social e a religiosidade influencia a esfera econômica, afinal a própria sociedade tem um quê de religiosidade.¹²⁷

Assim, pelo que foi comentado aqui, podemos entender a dádiva como circulação, como troca, principalmente de riqueza econômica em nossa sociedade, bem

¹²⁷ [...] quando vemos Deus como a sociedade de todas as sociedades possíveis, o estudo da sociologia adquire um novo e inesperado significado, e nós todos encontramos-nos imersos num Deus social, criado e criador, liberado e liberador – um Deus que, como Outro, exige participação, e que, como Eu, exige identidade (WILBER, 1993).

entendido, em nosso contexto sócio-histórico, desde a Modernidade aos dias atuais; sem, é claro, perder de vista outros sentidos.

Dentro desse panorama, a economia da esmola é um fenômeno histórico e que assume, no mercado capitalista, sua face desnuda, seu lado profano (sem abrir mão do sagrado), o que nos permite uma maior visibilidade da mesma.

Buscando uma hipótese.

Chegamos ao momento em que já é possível a construção da hipótese que se dá na passagem de um nível existencial para o nível estrutural (sentido inverso ao que Stoffels realizou em sua obra, *Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica*), onde encontraremos o ato isolado de um indivíduo que *esmola*, sendo apropriado, transformado e exercitado por uma coletividade organizada, tornar-se uma *doação* (aspecto simbólico)

Nessa perspectiva, a economia da esmola é uma fonte de acumulação de capital que vai influenciar a cultura da sociedade, as relações sociais e suas representações; ou seja, o status social-espiritual da relação doador → doação/esmola → necessitado passa por uma transformação ao longo do tempo histórico que tem na dádiva (economia da salvação) o seu núcleo existencial, e desemboca na atualidade em um nível que sinaliza para a estruturação desse fenômeno.

Se a esmola organizada enquanto uma instituição social dá origem à economia da esmola, que por sua vez gera a acumulação de capital, como também fomenta a solidariedade espiritual, por intermédio da aquisição da dádiva – agora estruturada em igrejas-empresas e Ongs filantrópicas-empresariais –, temos a criação de um mercado formal da esmola, mas que não é nomeado como tal.

Observamos ao longo do tempo histórico que tanto as organizações religiosas e privadas quanto os programas públicos assistenciais acumulam riquezas materiais e capitais em função da apropriação da prática de pedir esmolas-doações, isto em razão de que o crescimento econômico (ainda mais na sociedade de mercado capitalista) se torna o fim da organização através da esmola organizada em doações.

Nesse contexto, é pertinente a discussão que Karl Polanyi faz em sua obra *A Grande Transformação* sobre a autonomização da esfera do mercado frente à sociedade.

Para este autor, o mercado deixa de ser uma instância da sociedade, transformando a sociedade em uma instância própria a ele (o mercado). Temos aí o surgimento do mercado liberal como regente da sociedade, a sociedade como uma esfera tutelada ao mercado e por ele determinada – a famosa “Mão Invisível” apregoada por Adam Smith.¹²⁸

É necessário explicitar a importância de se compreender que o processo da vida humana em sociedade é complexo. A sociedade é uma criação e um produto humano e o mercado idem, o entendimento de ambos como um objeto com características específicas não deve ser confundido com uma discussão existencialista, que tem o mercado como um ente, um Ser. Da mesma forma a sociedade não é um Ser que paira sobre as consciências alheias, mas sim aspectos da vida humana que interagem com esses seres humanos, retroagem e realimentam o próprio homem em sua jornada existencial e criativa: eis a emergência da cultura no mundo, até então amordaçada pelo determinismo biológico.

Também não é o caso de cairmos em reducionismos, tão sedutores e apreciados por aqueles que desejam tudo explicar com o tom de última e derradeira palavra sobre o assunto. Seria muito simples afirmar que o mercado determina a ação de todos e tudo gira em função dele, logo a esmola organizada também seria uma criação do mercado e, portanto, nada mais haveria para se dizer. Isso seria de fato tentador, mas evitemos cair nessa armadilha, até porque, o mercado é uma criação coletiva dos homens com o intuito de realizar *a troca* de coisas em sociedade e, do período moderno até à contemporaneidade, está baseado em fundamentos filosóficos utilitaristas, mas nem sempre foi assim. Daí que, quando falamos em estruturação da economia da esmola, é dentro de um período específico – embora ainda não findo – e não no sentido universal, não é de forma alguma, uma assertiva nomológica.

Assim, formulo duas hipóteses que se complementam.

¹²⁸ Há uma discussão sociológica e teológica sobre a deificação do mercado (o surgimento da religião do mercado). Os sociólogos tendem a refutar esta tese, enquanto os teólogos tendem a afirmar sua existência, mas a desqualificá-la como “idolatria”. Mas uma interessante pesquisa de doutoramento em Sociologia, na UNESP, reacende a discussão sobre a religião do mercado, ao estudar a organização AMWAY. Segundo o autor, Cetrulo Neto, “*a AMWAY é uma indústria presente em 80 países ou territórios e conta com mais de 3 milhões de distribuidores cadastrados em todo o mundo*”. Diz que o marketing de rede, utilizado pela empresa, se apóia em relações de amizade, parentesco e valores religiosos (embora não declarados). Um exemplo comentado pelo autor é de que “*os que divergem devem ser taxados de negativos. Mais do que uma comunidade religiosa, essa forma de pensar e agir com uma aversão a todos os que não são favoráveis ao sistema é uma característica das seitas religiosas*” (CETRULO NETO, 2001: 312). Embora eu não pretenda discutir a religião do mercado, aspectos dessa discussão podem ser vistos na economia da esmola, por alguns leitores, mas esta não foi minha intenção.

A primeira diz respeito à dimensão material do fenômeno, e a segunda à mentalidade dos agentes envolvidos no processo da criação da economia da esmola:

- 1- *A existência da economia da esmola só poderá ser comprovada se a ação social dos agentes, induzirem à acumulação de capital, determinando um nicho de mercado específico, o mercado da esmola;*¹²⁹ e
- 2- *Se a apropriação simbólica da transformação da esmola pela doação se mostrar efetiva nas representações sociais dos agentes fundamentando suas ações sociais para a “naturalização” das ofertas, teremos uma demanda crescente pela obtenção da dádiva como um fim subjetivamente intentado.*¹³⁰

A investigação dessas hipóteses favorecerá o entendimento da organização da esmola enquanto fenômeno social dentro do escopo definido por Max Weber: “compreender interpretativamente as ações orientadas por um sentido” (1999, p. 6).

Então, qual o sentido das ações orientadas para o exercício da esmola como uma ação organizada e uma ordem legitimada? Uma resposta preliminar aponta para o modo religioso, em que a obtenção dos bens de salvação pressupõe a crença nessas ações orientadas para a doação e caridade – economia da salvação.

Podemos indagar também se a economia da esmola só é possível de existir na medida em que o *reencantamento* e a *ressacralização* do mundo social, em sociedades com grandes discrepâncias econômicas como as que ocorrem no Brasil, por parte dos agentes, são erigidos como um meio de solucionar os problemas, as dificuldades socioeconômicas do cotidiano: é na esfera do sagrado e na esfera do mágico que os agentes buscam a defesa contra as impurezas do meio profano e do meio não-mágico.

Será que algum dia, desde a instauração do mundo moderno e secular, onde o Estado laico e a Ciência trabalham para alijar a concepção mágica¹³¹ do mundo e a

¹²⁹ Pelo que já foi exposto no Capítulo II, no tópico Riqueza material da Legião da Boa Vontade, parece ser este o caso, pois os agentes filantrópico-religiosos atuam fortemente para convencerem os agentes doadores fiéis ou leigos da importância de doarem seus recursos à instituição da LBV, e se possível perpetuamente, ou ao menos, até à volta do messias Jesus Cristo.

¹³⁰ Para precisar melhor esta questão, penso que é necessária uma pesquisa sobre representação social dos agentes que participam e a sustentam as IBVs, o que infelizmente não foi possível de se realizar neste trabalho. Entretanto, pela constatação de que a LBV, como as demais empresas do grupo, sobrevivem, somos induzidos a pré-avaliar que a proposição da segunda hipótese seja válida, pois sem ela não há como se manter o fluxo de capital “fluído” dos agentes doadores.

¹³¹ Max Weber (1999) considera o mago profissional, como sendo o exemplo da mais antiga profissão do mundo (pp. 280- 295).

concepção do sagrado das idéias, das representações e das ações dos agentes, na formulação de uma nova visão de mundo, o efeito não foi contrário ao esperado? Por que os personagens políticos são adorados com ídolos, como verdadeiros ícones sagrados? Ou por que a ciência mesma é considerada algo “mágico”, que somente pessoas especiais entendem?

Claro está que o Estado no mundo ocidental não voltou a ser sagrado, e que a profusão de expressões religiosas se dá em função da liberdade de credos garantida, justamente, pelo Estado laico, pois não há mais uma religião oficial (exceção dos Estados teocráticos em nome do Islã); mas muitos fundamentalistas de diversos credos religiosos procuram atuar e atuam no Estado, alguns até já ocupam os cargos mais altos na esfera de governo (em várias partes pelo globo), seja no poder legislativo ou no executivo (exemplo disto é o Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, G. Bush que usa argumentos de missão sagrada para intervenções militares em outras nações, como também, a complicada situação do Estado de Israel em conflito constante com árabes e palestinos pela posse e manutenção das terras consideradas sagradas e que estão ocupadas pelas partes em conflito). Muitos avanços foram conquistados pelo direito laico, mas inúmeros tabus ainda persistem... O imaginário da história das sociedades humanas ainda é muito mais mágico e sagrado, do que científico.¹³²

Por isso que a discussão que é feita desses conceitos (desencantamento do mundo e reencantamento, dessacralização e ressacralização), na contemporaneidade, por Peter Berger, Antônio Pierucci e Lísias Negrão, é de valiosa importância para a compreensão da ação subjetiva dos agentes, de suas relações, até à estruturação da esmola organizada e da economia da esmola aqui aventada.

Se a intenção por parte das organizações que se apropriam da esmola não é tomarem o Estado laico e transformá-lo em sagrado, com o conseqüente retorno de uma religião oficial, qual é então o fim subjetivamente visado?

Os dados preliminares indicam para a acumulação de capital e obtenção de poder no e do mundo profano, laico e científico, através do imaginário mágico, profético e sagrado, uma conjuração entre sagrado e profano.

Segundo Weber,

¹³² Para uma discussão sobre o imaginário, remeto o leitor a Castoriadis (1982) e a Durand (1988 e 1997).

o aparecimento do sacerdote, não obstante sua postura antimágica, não elimina o feiticeiro. O campo religioso só se configuraria plenamente com a presença do sacerdote racionalizador e moralizador, mas não com seu domínio exclusivo: ele e o mago, para não mencionar o profeta, são os protagonistas do sagrado sempre necessários à sua formação (NEGRÃO, 1996, p. 31).

Embora essa citação seja referente ao caso clássico da comunidade religiosa tradicional, onde o monopólio religioso legal (mas não de fato) impera, temos na modernidade, onde esse quadro foi implodido, conforme a análise de Berger, a assimilação por partes dos agentes desses papéis, dessas funções, dessas representações, fundidas em uma única personagem.

Eis o nó górdio que vamos encontrar na Legião da Boa Vontade, na qual o sacerdote, o mago e o profeta estão fundidos em um só personagem, Alziro Zarur, e posteriormente ao seu falecimento, em José de Paiva Netto, líderes e dirigentes máximos.

CAPÍTULO IV

PENSANDO O AMANHÃ

*Antes eram denominados, com brutalidade sincera,
“atrasados”, depois “subdesenvolvidos”,
passaram a chamar-se, educadamente, “menos desenvolvidos” e,
por fim, “países em via de desenvolvimento” –
agradável eufemismo que de fato significava que
esses países não se desenvolviam.*

(Cornelius Castoriadis, *As encruzilhadas do labirinto/2. Os domínios do homem*)

A sociedade da esmola: o subdesenvolvimento sustentável.

A história é o processo de existir do ser humano no tempo e no espaço, bem entendido, no significado social dos termos.

Dentro desse universo civilizacional, desponta como estudo histórico, além de outras facetas humanas, o imaginário das diversas culturas ao longo do saber-fazer do *homo sapiens*, como por exemplo o espaço da imaginação, da iconografia e da literatura, incluindo, então, as temporalidades da memória e da ficção, as ações e transformações humanas que se processam a qualquer tempo e em qualquer espaço – material, das idéias ou virtual.

Sabemos que a transposição do século XX para o século XXI trouxe muitas conquistas e muitas derrotas para a humanidade, enquanto espécie que se globaliza e se planetariza. Podemos pensar em muitos exemplos grandiosos e em muitos momentos de barbárie; entretanto, lanço à reflexão de todos três pensamentos, que elucidam a aventura da civilização humana em seu saber-fazer.

O primeiro é do Capitão de Moby Dick de Melville (2001), que afirmava de si mesmo:

Todos os meus meios e métodos são racionais; só meu objetivo é louco.

Ou seja, a técnica pela técnica, a ciência pela ciência ou o lucro pelo lucro podem ter mil tentáculos de racionalizações, mas se não houver uma consciência do fim almejado que integre o ser humano às demais formas de vida, ao meio ambiente e às diversas culturas humanas num contexto de valorização ao re-envolvimento co-evolutivo¹³³, o resultado final será um estado de loucura social¹³⁴ perene e sequer percebido pelos agentes.

O segundo pensamento é do cientista Joël de Rosnay (1997):

O homem-cigarra aparece como um gênio individual e um idiota coletivo.

Aqui, temos a síntese da organização social que se acentuou desde a emergência da Sociedade Industrial, qual seja: cada vez mais fragmentamos o nosso modo de viver em unidades/objetos com significações e valorações maciçamente individualistas. Preterimos, assim, as unidades sistêmicas. Somos levados à construção de um agregado social que denominamos de sociedade; entretanto, o conceito de sociedade integraliza como princípio básico uma concepção sistêmica e interdependente do *ser-em-sociedade*. Se formos, de fato, uma forma de vida inteligente, devemos ter a percepção de que nossa individualidade está inserida em nossa coletividade e nossa coletividade inserida em nossa individualidade: somos seres bioculturais (diferente de biossociais) – essa característica faz a diferença em relação às demais formas de vida que habitam o planeta Terra.

O terceiro pensamento é do astrônomo Johannes Kepler:

Quero sempre um erro fecundo, cheio de sementes rebentando com as suas próprias correções.

¹³³ Evolutivo aqui possui o sentido de convivência pacífica entre as várias culturas e sociedades humanas. É, sem dúvida, um pressuposto utópico.

¹³⁴ Um texto significativo nessa direção é a obra de *Ciro Marcondes Filho*, que trata da produção social da loucura, através de uma abordagem psicanalítica entre outras. O autor comenta que os homens fabricam coletivamente sua própria loucura, são agentes dela e não meros atores que representam um papel imposto pelo meio social (MARCONDES FILHO, *Ciro*. (2003), *A produção social da loucura*. São Paulo: Paulus).

É da condição humana, em vários momentos da vida, o aparecimento de dúvidas e incertezas, do deparar-se com obstáculos e infortúnios, mas ao invés de permitirmos que essa condição aniquile nosso ser-em-sociedade e nos deixe em um estado letárgico (psicologicamente e socialmente), avançamos corajosamente frente ao desconhecido, muitas vezes de modo teimoso, errando e acertando em nossas atitudes e comportamentos; mas sempre com uma qualidade primordial: *aprendermos com os nossos próprios erros*.

Essa máxima proposta por Kepler, de errar e não ter vergonha de admitir o erro, aprender a tirar do erro suas próprias correções, pois muitas vezes um erro é mais fecundo que um acerto; precisa ser entendida como humildade e maturidade do processo de crescimento social dos agentes.

Nesse sentido, o processo do desenvolvimento social não é visto como mera atividade racional-instrumental (a razão instrumental deve ser percebida como um elemento fundamental que compõe o processo, mas não como se fosse o próprio processo), pois é notória a importância da dimensão emocional, da dimensão corporal e da interação destas com o intelecto; e esse processo, para ter sucesso, tem de estar ancorado no universo cotidiano vivido e reinventado perenemente por aqueles que são objetos e sujeitos da criação e construção de seus mundos.

Infelizmente, o que se observa socialmente é cada vez mais a perseguição de objetivos insanos por partes dos agentes que, se individualmente apresentam sagacidade, é discutível que o façam na esfera coletiva.

Exemplo disto é

“a crescente concentração de pobres em locais precários [que] constitui uma das grandes causas da grave destruição ambiental que numerosos estudos recentes têm documentado nos países em desenvolvimento”
(LEONARD, 1992: 36).

É mais do que sabido que a pobreza e a degradação ambiental caminham de mãos juntas, mas a miséria social não surge espontaneamente, ela surge de um feixe de ações sociais que levam grandes parcelas da população a essa situação, que por sua vez reforçam mais ou menos sua posição social, com suas próprias ações, interagindo e realimentando o sistema social da pobreza.

Claro que

“nessas ‘reservas de pobreza’ geográficas, é sumamente urgente a necessidade de conciliar as estratégias anti-pobreza e de proteção ambiental” (Idem, 1992: 18-9).

Entretanto, comumente, os agentes políticos atuam com medidas paliativas que apenas minimizam a situação de descalabro sócio-ambiental, e perpetuam a estrutura que funcionaliza a pobreza.

Assim, os erros sociais dos agentes **não** revelam suas próprias correções, apenas acumulam àqueles (dos agentes políticos) em um processo de fomento da miséria social que é mantida por estruturas que dele se alimentam: as redes de organizações filantrópicas seculares e religiosas, públicas e privadas.

A esmola organizada nada mais é do que o dado empírico para a compreensão do macro-conceito de *subdesenvolvimento sustentável* que, por sua vez, subsidia a gestação da sociedade da esmola – conceito típico-ideal.

O sentido do macro-conceito de subdesenvolvimento sustentável fica inteligível se entendermos o que possa ser o *desenvolvimento sustentável*.

Sociedade sustentável: ausência de esmola organizada¹³⁵.

No que tange às relações sociais, políticas e econômicas, o cenário da civilização humana contemporânea pode ser vislumbrado em alguns acontecimentos que atuam de forma a indicar tendências e possíveis rumos (sempre com *n* bifurcações possíveis), tais como:

globalização provocada pelo avanço da revolução tecnológica, caracterizada pela internacionalização da produção e pela expansão dos fluxos financeiros; regionalização caracterizada pela formação de blocos econômicos; fragmentação que divide globalizadores e globalizados, centro e periferia, os que morrem de fome e os que morrem pelo consumo excessivo de alimentos, rivalidades regionais, confrontos políticos, étnicos e confessionais, terrorismo (GADOTTI, 2000: 34).

Este contexto nos coloca diante de um dilema socioambiental que pode ser sintetizado pelo comentário de Braun:

Atualmente, por exemplo, uma cidade européia média gasta aproximadamente 40 vezes mais que o padrão medieval, no que se refere ao consumo de energia, água, materiais e insumos diversos para manter o nível de vida moderna. Se extrapolarmos esses dados para o nível global, vamos verificar, segundo Robert Goodland, um ecólogo do Banco Mundial, que os residentes dos países ricos requerem em torno de seis hectares por habitante para suportar seus níveis de consumo. Assim, concluímos que seriam necessários aproximadamente 36 bilhões de hectares para que toda a população da Terra, estimada em seis bilhões de habitantes, tivesse o mesmo padrão de consumo. Mas a difícil equação está no fato de que a terra só tem 13 bilhões de hectares! Ou seja, faltam mais dois planetas Terra para satisfazer esta proporção (BRAUN, 2001: 8).

¹³⁵ Este tópico foi retirado, com ligeiras modificações, e alguns acréscimos, do livro de minha autoria, *Sociologia Ambiental: a breve história da concepção da sociedade sustentável*, para onde remeto o leitor que tenha interesse em aprofundar-se no tema da sustentabilidade.

Reforçando essa linha de raciocínio – na qual, fica explícita a relação entre produção e consumo específico de um modo de produção também específico (capitalista industrial), que engendra transformações socioambientais de pequena, média e grande escala em todo o globo terrestre, com imensos prejuízos à sociedade civil e ao meio ambiente –, podemos mencionar a argumentação de Sahtouris:

A construção de represas para gerar eletricidade, a queimada e nivelamento com tratores de florestas para a monocultura agrícola ou a formação de pastagens, o uso de fertilizantes e pesticidas químicos, a produção de combustíveis e metais extraídos de fósseis e depósitos de minérios, todas essas atividades são financeiramente lucrativas para os que possuem ou governam a Terra, mas ecologicamente tão destrutivas que o sistema de vida de Gaia, para sobreviver, pode ter que tornar a vida intolerável para os humanos. A natureza trabalha tendo em vista não o lucro, mas o equilíbrio. Recicla tudo. E os seres humanos não podem dirigir por muito mais tempo a economia do lucro à custa da economia planetária (SAHTOURIS, 1998: 233).

Ou seja,

“precisamos ecologizar a economia, a pedagogia, a educação, a cultura, a ciência etc. Hoje a questão ecológica tornou-se eminentemente social ou, como afirma Elmar Altvater (1995, p. 18), ‘hoje a questão social pode ser elaborada adequadamente apenas como questão ecológica’” (GADOTTI, 2000: 31).

Da mesma forma, a questão ecológica pode ser elaborada adequadamente apenas enquanto social. As questões e os problemas sociais e ecológicos tornaram-se questões e problemas socioambientais: são interdependentes e co-geradores de novas situações e novos contextos da, e para, a vida humana em sociedade.

Precisamos, portanto, ecologizar e socializar a economia, a pedagogia, a educação, a cultura, a ciência e o meio ambiente; assim, talvez possa ser evitada a

vivência da *Era do Extermínio* que, no dizer de Gadotti (2000), pode ser caracterizada pela passagem do “modo de produção” para o “modo de destruição”.

Afinal,

“o potencial destrutivo gerado pelo desenvolvimento capitalista o colocou numa posição negativa com relação à natureza” (GADOTTI, 2000: 31)

– consequência do modelo de desenvolvimento/crescimento social e econômico apregoado e realizado (com diferenças) nos quatro pontos cardinais do planeta, incluindo-se aí o modelo do socialismo real.

Precisamos antever que

A escala local tem de ser compatível com uma escala planetária. Daí a importância da articulação com o poder público. As pessoas, a sociedade civil, em parceria com o Estado, precisam dar sua parcela de contribuição para criar cidades e campos saudáveis, sustentáveis, isto é, com qualidade de vida. Qualidade de vida é um conceito distinto do conceito de “nível ou padrão de vida”. Fala-se de nível ou padrão para designar a satisfação de uma parte das necessidades humanas, principalmente as necessidades econômicas. Qualidade de vida faz referência à satisfação do conjunto das necessidades humanas: saúde, moradia alimentação, trabalho, educação, cultura, lazer. Qualidade de vida significa ter a possibilidade de decidir autonomamente sobre seu próprio destino (GADOTTI, 2000, p. 62).

As questões que se colocam são, por conseguinte: poderá a organização social humana ser sustentável? Poderemos criar sociedades sustentáveis? De que modo os agentes sociais poderão criar essa nova realidade social – qual a nova configuração que o modo de produção terá de assumir?

Em função do que está sendo refletido aqui, podemos apresentar o seguinte cenário de desafios sócio-ambientais que se apresentam à atualidade mundial¹³⁶:

¹³⁶ Braun (2001), baseado em Bright (2003).

I. Crescimento populacional e demográfico, com a conseqüente pressão sobre o consumo de alimentos, água e espaços, gerando degradação de terras agrícolas e de reservas d'água potável:

- *a população mundial atual está em seis bilhões, mais que o dobro do que era em 1950. A estimativa é de que atingirá 11 bilhões por volta de 2050, podendo gerar fome e sede mundial.*

II. Mudanças ambientais globais devidas ao modo de produção da sociedade humana desde a I Revolução Industrial, as quais estão alterando os ciclos biogeoquímicos globais que regulam processos-chave dos ecossistemas e, portanto, da biosfera:

- *alteração do ciclo do nitrogênio e fósforo, ambos reguladores importantes do crescimento vegetal. Alteração do ciclo do carbono em face de emissões provenientes da queima de combustíveis fósseis, elevando a concentração atmosférica de dióxido de carbono. Alguns efeitos imprevisíveis: nova era glacial? Extinção humana? Efeito estufa? Destruição da camada de ozônio?*

III. Metabolismo socioambiental alterado devido à produção crescente de lixo e de produtos tóxicos; poluição desenfreada:

- *a capacidade de rastrear os materiais que percorrem as cidades é muito superficial, fornecendo apenas uma vaga idéia do insulto químico que estamos infligindo à biosfera e a nossa própria saúde, causando bioacumulação dos produtos tóxicos: contaminação de seres vivos em concentração crescente dentro da cadeia trófica.*

IV. Bioinvasão: o mundo está sujeito, a um grau sem precedentes na história evolutiva do planeta Terra, a uma mistura biótica, em função dos deslocamentos através do sistema comercial global, que funciona como “transporte gratuito” às diversas espécies animais e vegetais:

- *quando uma espécie exótica não encontra nada em seu novo lar que mantenha sua população sob controle, pode cair numa farra reprodutiva. A espécie invasiva poderá privar as nativas de alguns recursos essenciais, propagar uma epidemia ou atacar as nativas diretamente, alterando a cadeia alimentar local e o seu nicho ecológico.*

V. *Perda da biodiversidade global através da exploração contínua e massiva dos recursos vivos e não-vivos, levando a um declínio ecológico crescente:*

- *vivenciamos na atualidade a homogeneização da fauna e flora, com a extinção em massa da diversidade de seres vivos provocada por ação antrópica.*

VI. *Globalização versus sustentabilidade: conservação ambiental e desenvolvimento industrial são sistematizados na noção de desenvolvimento sustentável, que preconiza um sistema de desenvolvimento socioeconômico com justiça social e em harmonia com os sistemas de suporte da vida na Terra, atendendo às necessidades das gerações presentes sem comprometer as das gerações futuras:*

- *A questão é que a lógica subjacente ao sistema de mercado capitalista industrial mundial tem como premissa fundamental o crescimento e a acumulação contínuas de riquezas e poder por alguns grupos de uma classe social. Já o pressuposto à concepção da sustentabilidade (socioambiental) enxerga a criação e a distribuição contínuas de riquezas e de poder por toda a sociedade humana e seu meio ambiente.*

Diante do cenário proposto (que é um entrelaçamento de forças antagônicas e complementares), tanto em nível local quanto global, uma hipótese que serve como diretriz inicial a esta reflexão é a que está alicerçada na discussão proposta por Karl Polanyi, em sua obra *A Grande Transformação*: as origens da nossa época, sobre a regulação da sociedade pelo mercado (contrapondo-se à regulação do mercado pela sociedade) ao longo da formação do Capitalismo até aos nossos dias; ou seja, a tentativa de criação de um sistema de mercado auto-regulável que gerenciaria toda a sociedade –

proposta utópica do Liberalismo, que continua atuante no *front* das organizações sociais que se globalizam, ora mais fortemente, ora de modo mais resguardado.

O desenvolvimento, o progresso, e o crescimento são vistos como o alvo a ser alcançado, o bem supremo; e isto, dentro da forma como a sociedade se encontra organizada, significa a produção de bens materiais (mesmo os simbólicos utilizam-se de uma “plataforma” material para fluírem) de todos os tipos possíveis e imagináveis. Muitos produtos são úteis e possuem aplicações nobres, mas a questão é, em última instância: quem determina *o quê, quando, como e por que* algo é produzido? Resposta: é o mercado. E quem são os agentes que detêm o mercado?

Assim sendo, *só poderá haver sociedades sustentáveis se as instituições sociais regularem o mercado; no caso de ser este o regulador das instituições sociais, teremos sociedades insustentáveis, pois seguirão a lógica do crescimento ilimitado e auto-justificado.*¹³⁷

A correlação com o modo de produção da sociedade atual, portanto, é direta; pois o modo de produção capitalista industrial trabalha para alimentar o mercado – que se quer proclamar mercado auto-regulado –, e este, o modo de produção que o alimenta, num círculo vicioso que, a cada momento, mostra-se mais destrutivo para a natureza e para as relações sociais.

Nesse contexto, a análise deve se voltar para a questão da relação entre sobrevivência e sustentabilidade; afinal, o que está em jogo é a adaptação humana na e com a biosfera terrestre – adaptação global e local como um fluxo de eventos socioculturais e socioambientais.

A adaptação humana ao meio ambiente natural, tem sido tradicionalmente um processo lento e muitas vezes espinhoso ao longo da existência de nossa espécie. Este processo nem sempre foi, ou tem sido consciente; na verdade, a adaptação humana muitas vezes mostra-se inconsciente às relações de causa e efeito a que está submetida, seja do ponto de vista de uma análise linear, ou do ponto de vista de uma abordagem da complexidade das relações sociobiofísicas com o seu meio.

Segundo Lewin (1999: 509),

“adaptação é o processo pelo qual uma espécie muda através da seleção natural, tornando-se adequada ao ambiente”.

¹³⁷ Gerando mais miséria social e ampliando a economia da esmola.

Dentro do mesmo escopo, Moran (1994: 391) conceitua adaptação genética ou evolutiva como

“as mudanças no nível de população, em virtude de modificações na frequência de genes que conferem vantagens reprodutivas para a população em determinado ambiente”.

Lima (1994: 87) nos diz que adaptação

“é todo o processo orgânico que favorece a sobrevivência ou reprodução de um indivíduo; pode ser de natureza morfológica, fisiológica, comportamental etc.”.

Podemos extrair dessas três definições que a seleção natural

“otimiza a estrutura das populações, melhora suas relações com o meio ambiente e as diversifica no espaço e no tempo” (MOSCOVICI, 1975: 38).

Portanto, a espécie que melhor se adapta a seu meio é aquela que mais se reproduz, que gera um excedente populacional à capacidade de suporte do meio no qual vive, deixando o êxito para a sobrevivência aos indivíduos que melhor se relacionem com o meio ambiente; assim, os melhores genes serão repassados para as novas gerações, e o processo se repete indefinidamente.

Eis em linhas gerais o funcionamento do processo adaptativo (da seleção natural em pleno funcionamento) como uma resposta às necessidades correntes de conciliação para soluções conflitantes ao longo da existência de uma espécie qualquer em interação com o ambiente. Mas no caso da espécie humana, é lícito seguir este modelo teórico-científico, tal como é aplicado aos demais seres vivos, de todos os reinos já conhecidos e classificados?

A espécie humana é singular (ao menos até onde sabemos) em sua interação com o meio ambiente; e, por isso, necessitamos enriquecer a concepção teórica vigente, para que a mesma represente com mais fidedignidade a particularidade que a sociedade

humana apresenta, qual seja, a relação com o ambiente através da **cultura** para a consecução de sua sobrevivência e de sua sustentabilidade.

Sobrevivência e sustentabilidade são conceitos semelhantes, mas não são idênticos. Sobreviver é uma ação pontual no tempo e espaço; determina a estratégia de um indivíduo ou grupo para se perpetuar por mais um momento, é a sobre-vida, uma “quantidade” a mais de vida a cada instante e a qualquer custo, não importando as conseqüências de seus atos, desde que sobrevivam.

Sustentabilidade é um feixe de eventos que visam à manutenção dos ciclos bio-geo-químicos e, com o surgimento dos seres humanos e suas sociedades singulares, à manutenção dos ciclos sócio-bio-geo-químicos. A sustentabilidade humana implica num conjunto de ações que levem em consideração os padrões culturais, informacionais, materiais e energéticos, que se manifestam como intrincadas combinações de eventos antropossociais.

Assim compreendida, a sustentabilidade contém a sobrevivência, e a sobrevivência está contida na sustentabilidade.

A singularidade da espécie humana está, em primeiro lugar, no fato de que sua relação com o ambiente (a natureza), do qual emergiu e no qual vive, se dá através de instrumentos fabricados através das relações sociais com outros seres humanos, que vão se acumulando e gerando novos instrumentos que produzem outros instrumentos (mediação); e em segundo lugar, no fato de que a sociedade humana não se defronta com o ambiente como se fosse um “bloco vivo” (como as demais espécies de seres vivos o fazem), como uma única espécie,

“mas como uma sociedade dividida, complexa e diferenciada em classes”

(FOLADORI, 2001: 207).

Estas duas particularidades são responsáveis por nossa singularidade. Sobrevivemos planejando a transformação dos ambientes e a criação de novos ambientes através das nossas relações sociais que produzem artefatos concretos e abstratos, para mediar a intervenção e o relacionamento humanos com o mundo natural.

O melhor exemplo que temos disto são as cidades, onde espaços, tempos, energias e matérias estão moldados por padrões mentais antrópicos (MUNFORD, 1998).

Nesse contexto, somos produtos da natureza e produtores de natureza, muito embora todos os demais organismos vivos também possuam sua quota de interação e modificação com o ambiente, porém, eles ainda estão submetidos às relações imediatas e exclusivamente genéticas (seleção natural).

A espécie humana produz cultura (relações sociais), eis o “salto quântico”, dado na e pela própria natureza.

Desse modo peculiar da espécie humana sobreviver, começamos a perceber a necessidade de sustentarmos a nossa sobrevivência, com o fito de que a sobrevivência da sustentabilidade forneça os melhores meios para a adaptação humana, contabilizando tanto a biodiversidade, quanto a sociodiversidade humana.

O conceito de desenvolvimento sustentável vem a tomar vulto quando da elaboração e publicação do Relatório Brundtland,¹³⁸ encomendado pelas Nações Unidas.

A formulação deste estudo e sua apresentação em forma de relatório à comunidade internacional foram uma tentativa de consenso mundial sobre o modelo de desenvolvimento que deve ser empregado, tanto no mundo desenvolvido, quanto no mundo em desenvolvimento, considerando o limite da base ecológica que o meio ambiente pode fornecer para sustentar as diversas gerações humanas.

Vejamos como esse conceito é expresso pelo Relatório Brundtland.

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos chave:

- *o conceito de ‘necessidades’, sobretudo as necessidades dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;*
- *a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades*

¹³⁸ (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991): comissão conhecida como Relatório Brundtland, por ser este o sobrenome da presidente desta comissão – Gro Harlem Brundtland.

presentes e futuras. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991: 46).

Tal tipo de proposta enseja uma mudança global nos padrões de comportamento e valores sociais, dimensionando-os à satisfação das necessidades e aspirações humanas das gerações presentes, com as das gerações futuras – fato até então inédito dentro da sociedade industrial.

Entretanto, há dois problemas nesta definição de desenvolvimento sustentável: o primeiro é quanto ao termo **necessidades**. É difícil, ou mesmo impossível, imaginar como poderemos designar de forma igualitária o que seja uma necessidade em uma região pobre do terceiro mundo e em uma do primeiro mundo – muito embora “miséria é miséria em qualquer lugar”, há diferenças.

Afinal,

“as necessidades são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos podem, de modo razoável, aspirar” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991: 47);

o que nos traz a necessidade de uma nova articulação e formulação dos padrões de consumo.

Mas essa necessidade de reinventarmos o consumo não implica em um não-crescimento; e sim, na busca de um equilíbrio entre crescimento demográfico (daí as necessidades e aspirações das várias camadas sócio-econômicas), com a capacidade da natureza de prover os recursos naturais utilizados no processo produtivo, sem destruir/eliminar os ecossistemas. A dificuldade reside em definir os *patamares* em que essa regulação pode se dar, até porque não há como mantermos a natureza intocada. O crescimento e o desenvolvimento econômico e populacional produziram interferências em toda a biosfera, o ser humano atingiu a escala planetária e mesmo que por uma atitude inusitada, paralisasse seu processo civilizatório e retornasse a um modo de vida tribal – romanticamente intitulada como harmoniosa –, ainda assim, teria que arcar com as consequências de suas ações.

Além dos recursos naturais (orgânicos e inorgânicos), que são transformados pela ação antrópica, há recursos abundantes que ajudam nos processos de transformação material – e talvez por isso esquecidos da sua utilização, enquanto tal – e que não são produtos finais, por exemplo: o ar e a água utilizados nos processos industriais são chamados “bens livres”; ou seja:

... as matérias primas e a energia usadas nos processos de produção só em parte se convertem em produtos úteis. O resto se transforma em rejeitos. Para haver um desenvolvimento sustentável é preciso minimizar os impactos adversos sobre a qualidade do ar, da água e de outros elementos naturais, a fim de manter a integridade global do ecossistema (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991: 49).

Precisamos modificar a noção de que há “bens livres”, pois os efeitos adversos das ações humanas não estão “livres”; muito pelo contrário, estão “presos” à biosfera e retornam ao homem de formas cada vez mais complexas em suas interações com o meio ambiente.

O segundo problema é quanto ao **limite** que o estágio tecnológico e a organização social impõem ao meio ambiente, determinando qual a velocidade e a extensão de seu uso, ao invés de se ter o meio ambiente como fator preponderante nos rumos do desenvolvimento humano. Eis aí, portanto, o artifício “mágico” que nos é sugerido: basta transcendermos o atual estágio tecnológico e de organização social e, pronto, teremos uma sociedade sustentável.

É claro que temos de modificar nossa organização social e nossas tecnologias, inclusive esta é uma premissa para implantarmos a reciclagem total, mas não podemos ocultar o principal: o orbe em que habitamos é o *dado* mais do que óbvio do limite imposto ao crescimento ilimitado, ou desenvolvimento moldado pelo progresso também ilimitado que se alimenta vorazmente do meio ambiente.

Mesmo que o desenvolvimento técnico-científico nos leve em médio prazo, digamos um século (previsão mais do que otimista), à exploração dos recursos naturais em outros orbes do nosso sistema solar, ainda assim, estaríamos apenas “exportando” nosso padrão de vida insustentável.

O que temos de mudar é a própria noção de crescimento, desenvolvimento e progresso. Assim,

O desenvolvimento sustentável é mais que crescimento. Ele exige uma mudança no teor do crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matérias-primas e energia, e mais eqüitativo em seu impacto. Tais mudanças precisam ocorrer em todos os países, como parte de um pacote de medidas para manter a reserva de capital ecológico, melhorar a distribuição de renda e reduzir o grau de vulnerabilidade às crises econômicas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991: 56).

Mais do que técnicas instrumentais – a tecnologia –, devem-se ressaltar os aspectos do comportamento social, tanto por parte dos agentes públicos, quanto dos diversos atores não governamentais e privados.

“A sustentabilidade requer responsabilidades mais amplas para os impactos das decisões. Para tanto são necessárias mudanças nas estruturas legais e institucionais que reforcem o interesse comum” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991: 68).

Para que sejam realizadas todas as transformações, sugeridas com muita esperança pelo Relatório Brundtland, devemos entender que

... o tema comum a essa estratégia do desenvolvimento sustentável é a necessidade de incluir considerações econômicas e ecológicas no processo de tomada de decisões. Afinal, economia e ecologia estão interligadas nas atividades do mundo real. Para tanto será preciso mudar atitudes e objetivos e chegar a novas disposições institucionais em todos os níveis (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991: 67).

O desenvolvimento sustentável traz em si a premência de uma conjugação entre economia e ecologia – onde a dimensão exógena do desenvolvimento articulado entre os vários países é o campo eleito como objeto de estudo –, correndo o risco de, em caso de incompatibilidade desses dois ramos do saber científico, ver todo o seu esforço teórico perdido.

A comunicação não só entre estes dois campos do conhecimento humano, como de outros (biologia, sociologia, cibernética etc.), é pertinente à construção de uma sociedade sustentável.

Entretanto, temos um problema de antinomia referente ao termo *desenvolvimento sustentável*.

O conceito de desenvolvimento advém da lógica de crescimento econômico e financeiro ilimitados; já o conceito de sustentabilidade está inserido na lógica do equilíbrio dinâmico, com ciclos limitados e interdependentes de matéria e energia. É como se tentássemos encaixar um molde quadrado em outro molde esférico – quem sabe, desvendarmos a quadratura do círculo!

A possibilidade menos estapafúrdia é a de propormos uma sociedade humana sustentável (na verdade vários tipos de sociedades e comunidades sustentáveis), onde o termo desenvolvimento assuma outro sentido, dentro de um escopo social, histórico e ecológico, que privilegie os diversos significados contidos no conceito, como expresso no organograma nº 1:

Temos, assim, um processo em constante mudança interna e externa, fornecendo a perspectiva para a sustentabilidade através de uma redistribuição contínua e em rede, de todos os elementos para o mega-sistema composto pela sociosfera, biosfera e ecosfera (MELLO, 2000).

A dificuldade disto ocorrer não é tanto no campo das relações técnicas, mas sim, no campo das relações sociais.

Exemplo disto é o fato que, enquanto muitos agentes sociais discutiam se “as questões sócio-ambientais” eram pertinentes ou não (a mais ou menos quatro décadas atrás), o capitalismo as incorporou em sua lógica de produção – expressando a sua tentativa de sobreviver – e, hoje, temos sua expressão no *capitalismo ecológico* que vê, por exemplo, na poluição, uma fonte de negócios lucrativos através da produção de filtros e outros artefatos tecnológicos, que não são feitos para eliminar o problema, mas para conviver “harmoniosamente” com o mesmo (DUPUY, 1980).¹³⁹

Para que a sustentabilidade social da organização humana possa de fato acontecer, precisamos encontrar mecanismos políticos que possibilitem uma reconfiguração das nossas relações sociais (e a reconfiguração dos parques industriais **não** poderá estar fora deste escopo), tanto na micro-escala, quanto na macro-escala, pois tanto o *trabalho*, enquanto expressão da sobrevivência e da sustentabilidade humana, quanto o *labor*, com dignidade, são a chave para a ausência da miséria, e, portanto, da esmola organizada por agentes filantrópicos, por agentes religiosos, por agentes privados e por agentes públicos.

Neste sentido, combater o “bom combate” contra a miséria social implica no entendimento por parte dos agentes, de que a sociedade organizada pelo padrão social da filantropia, apenas reforça o subdesenvolvimento em voga, contra uma sociedade que se quer organizada pelo padrão da justiça social e da equanimidade.

A LBV se coloca em uma posição intermediária entre profano e o sagrado (QUEIROZ, 2003), no mundo contemporâneo, e seu desempenho filantrópico/religioso é uma amostra de sustentação do capitalismo com todas as suas mazelas para o moderno “Povo de Deus”, e todos os benefícios capitalísticos para si (LBV, demais empresas do grupo e seus dirigentes).

O reforço elebeviano ao “capitalismo insustentável” ou “capitalismo selvagem”, é uma ação, como vimos até agora, que impossibilita o desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis, pois significaria seu próprio fim enquanto entidade religiosa/filantrópica que prega a caridade e o retorno do messias para a consecução de um mundo justo e harmonioso.

Para a LBV, como para todo o universo religioso/filantrópico, o subdesenvolvimento é uma triste realidade que a sustenta. Expor a possibilidade de

¹³⁹ Idem ao que diz respeito à miséria social, como, aliás, vem sendo discutido nesta tese.

sociedades sustentáveis, **sem** a necessidade de ações caridosas e ou do advento do Juízo Final por intermédio do messias aguardado, é simplesmente uma “heresia”.

Esta “heresia”, as sociedades sustentáveis (embora estejam ainda em um patamar utópico), desponta como factível em várias partes do globo. O problema é que se opõe ao capitalismo, é uma ordem anti-capitalista, tanto materialmente, quanto na esfera simbólica.

Daí que, para uma melhor compreensão do por que da economia da esmola vir se ampliando em nossa sociedade, se faz premente o entendimento (mesmo que rapidamente) da discussão da sustentabilidade como reflexão contra o subdesenvolvimento sustentável, contra a manutenção da miséria social sustentada pelos agentes filantrópicos/religiosos, em suma, pela LBV no que diz respeito a sua fatia desse mercado.

REFLEXÕES FINAIS.

*Consistindo a utopia numa idealização da vida dos homens,
ela pressupõe uma atitude crítica em face
de formas históricas da realidade e uma exploração
do campo diferencial das possibilidades.*
(**Martin Claret**, *A Utopia*)

Distopia versus utopia – uma questão “quixotesca”?

Ao chegar a este ponto, entendo que criei um território ao recortar meu objeto de conhecimento estabelecendo um espaço de poder e controle através do meu próprio discurso – como nos diz Burke (2002): “... a fronteira entre fato e ficção, que já chegou a parecer bem definida, acabou por ruir na nossa denominada era ‘pós-moderna’” (p. 177).

Minha memória mesclou-se com a dos autores citados, forjando uma compreensão e expondo-a para ser absorvida ou rejeitada, em parte ou na totalidade pelos leitores.

A “imaginação sociológica”, nestas últimas linhas, sem dúvida alguma, se relaciona com o imaginário¹⁴⁰ que transpassa o meu ser, passado, presente e futuro

¹⁴⁰ “o Imaginário – ou seja, o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens – aparece-nos como o grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano. O imaginário é esta encruzilhada antropológica que permite esclarecer um aspecto de uma determinada ciência humana por um outro aspecto de uma outra” (DURAND, 1997, 18).

mesclam-se em uma “bolha temporal”, como se fossem uma teia de história que está por vir.¹⁴¹

Don Quixote de La Mancha¹⁴² viveu de seu sonho e morreu de sua realidade. Enquanto concebia o mundo real como delírio viveu com todo o seu ser. Quando de seu retorno à normalidade, ao real de sua vida cotidiana, tal o tédio dela faleceu...

Sua loucura foi *sui generis*, e isto é uma interpretação por si só, já tendenciosa, mas em todo o caso, pode-se considerá-la segundo o preceito: a vida para ser vivida com intensidade não pode abrir mão dos sonhos, pois o próprio sonho, e o sonhador, são partes integrantes da realidade, seja ela o que for.¹⁴³

Aqui, em nosso tempo histórico, vivemos uma época apocalíptica e o sonho de salvação é mais do que um direito, é uma consequência necessária, digo mesmo, determinística.

As religiões monoteístas/salvacionistas mantêm a promessa de salvação de seus fiéis atrelada à voltada do Messias, uma volta que nunca se realiza, um desejo nunca satisfeito, uma fome sempre por se alimentar de um nutriente que jamais trará à saciedade aos seus espíritos, pois que, houvesse o retorno do Messias, automaticamente as religiões que apregoam tal sistema de crenças virariam pó, se esfacelariam diante da inutilidade conquistada pela consumação de sua promessa última, por sua própria teleologia.

Assim, enquanto as crenças pagãs, via de regra, necessitam de ciclos para se perpetuarem, se renovarem e se re-significarem; as religiões monoteístas/salvacionistas necessitam que jamais sejam cumpridas as profecias do retorno do Messias ou da realização do Reino de Deus; desse modo seu poder e sua riqueza são mantidos. Seu domínio mental, corporal e social sobre a humanidade é perpetuado até... até o retorno d’ Aquele esperado pela eternidade da duração humana neste planeta.

¹⁴¹ Penso que a história é uma imagem **no** presente, **do** passado e do fluxo da experiência social no tempo, incluindo o futuro. É **no** presente que a história adquire sentido de *história*, pois se forma de versões, de interpretações que são sempre representações de um presente específico, de um momento preciso.

¹⁴² Miguel de Cervantes (2002), em sua monumental obra, elabora um mundo onde ficção e realidade possuem o mesmo status ontológico.

¹⁴³ Cf. a obra de Calderón de La Barca (2007), *A Vida é Sonho*.

Mantendo o poder, fica fácil acumular riquezas, adquirir capital, eis aí à lógica sagaz: a crença na vinda do Messias, o Reino de Deus e a Salvação mantêm os fiéis sob a batuta dos intermediários da palavra de Deus, cumprindo fielmente suas rogativas, entre elas, é claro, o pagamento dos dízimos e as ofertas – é uma forma de biopoder, onde corpo e alma são moldados para a consecução da produtividade da vida social em prol da salvação.

Talvez esse comportamento seja uma expressão de hipnotismo coletivo, no qual os agentes vislumbram, através desta ação (dar seus bens, rendimentos, posses materiais, trabalho voluntário etc.), uma ação social superior a tudo que possa ser realizado, e daí o prêmio máximo que almejam e exigem: a grande “cenoura” sagrada, a Salvação.

Engodo pode ser, mas, isto sim é que é auto-engano, o maior e mais bem articulado que o ser humano foi capaz de gestar em seu imaginário.

*É claro que a religião da salvação, tendo-se tornado oficial, passa a ser um instrumento do Estado, da sociedade, da classe dominante. Ela se volta contra o indivíduo por ela consagrado: este se transforma num fiel, aterrorizado por seu mistério, pronto para todas as mortes de novo por esta sociedade que, sob a máscara divina, lhe fez a promessa da imortalidade, e agita com esta promessa a ameaça da danação eterna. Finalmente, a religião de salvação oficial adormece o indivíduo que era mantido acordado pelo medo da morte: ela se torna uma astúcia do Estado que o prende em seu ponto mais fraco, o desejo de imortalidade, para fazê-lo andar direito.*¹⁴⁴

É a mais simples verdade: a religião é o instrumento mais eficaz de dominação¹⁴⁵ sócio-histórica já inventada pelo imaginário humano. Todas as manifestações da cultura humana passam pelo seu crivo incontestado: guerras, paz, arte, sexo, culinária, sonhos, até mesmo a ciência – embora já em um movimento centrípeto – se vêem conspurcados, na história, pelo domínio do sagrado institucionalizado.¹⁴⁶

A ousadia é tamanha que no caso da Legião Brasileira da Boa Vontade, se chega ao ponto de o Sr. Paiva Netto afirmar que

¹⁴⁴ MORIN, Edgard. *O homem e a morte*, Tradução Cleone Augusto Rodrigues, Rio de Janeiro: Imago, 1997, p.223.

¹⁴⁵ No sentido weberiano.

¹⁴⁶ Galileu Galilei e Giordano Bruno são casos exemplares disso.

*“Deus é Espírito, conseqüentemente Sua Política é espiritual. Porquanto, no final do raciocínio filosófico mais apurado, até matéria é Espírito. Eisntein apresentou aos homens o vislumbre desta realidade quando grafou a famosa equação: $E = mC^2$ ”.*¹⁴⁷

Isso me lembra da caricata personagem do “Amigo da Onça”, de Péricles Maranhão, que animou de 1943 a 1962, o imaginário da imprensa carioca, com seu humor sarcástico.

Silva comenta sobre o mesmo que

[...] O Amigo da Onça surge como corporificação de todos os lugares, fonte de força e segurança para quem aceitar suas regras: ou se é o que ele quer ou se permanece na dramática condição de outro. E todo esse poder está num homem! (1989: 219).

Esta reflexão, feita em outro contexto de pesquisa e com outros objetivos, remete ao ícone¹⁴⁸ do “Grande Irmão”, ícone este que pode muito bem ser sobreposto aos movimentos religiosos monoteístas, como concomitantemente às diversas formas de governos centrados em um único personagem.

É a mais simples e aterradora verdade: o poder, na LBV, está em um homem, primeiro estava em Alziro Zarur, agora está em Paiva Netto, e não em Jesus, que é usado como imagem instrumental da representação de poder simbólico.

Por outro lado, bem que poderíamos identificar “o moderno Povo de Deus” com a caricata personagem de Zé Povo¹⁴⁹, com as mesmas ressalvas já feitas para O Amigo da Onça.

É uma personagem que elaborava críticas mordazes sobre as condições sociais, políticas e econômicas do cotidiano do Rio de Janeiro e ao mesmo tempo retratava a frustração e impotência de si mesma diante dos fatos expostos e de sua incapacidade de transformá-los em prol da sua existência. Em suma: uma vítima que buscava a redenção.

¹⁴⁷ Frase retirado do Sítio www.paivanetto.com.br . Captura do Sítio em 25/08/2008.

¹⁴⁸ No sentido de imagem sagrada, mesmo.

¹⁴⁹ Marcos Antonio da Silva, *Caricata república – Zé Povo e o Brasil*, (1990).

Nesta leitura em que faço o encaixe da personagem Zé Povo com o moderno Povo de Deus, se não é preciso na totalidade de seus significados simbólicos (e nem poderia ser mesmo), é perfeitamente factível em seu sentido escatológico: só podemos esperar a volta do messias dentro de um esquema identitário de vítima, impotência e redenção.

Esse estado existencial da comunidade elebeviana é expansível aos demais movimentos religiosos/filantrópicos, ou ditos somente seculares.

A utopia se constitui não tanto pela espera de um messias, mas pela imagem da busca de um “mundo justo”. Só que a LBV, enquanto instituição, reforça o “mundo de injustiças”, pois, embora ajude uma parcela (ínfima por sinal) da população necessitada, contribui muito mais para o sistema capitalista predatório – assumindo um quê de distopia.

Esses arroubos salvacionistas (são tantos os exemplos e as experiências na história humana...) me reportam ao imaginário **marcial** que a LBV se utiliza (extensivo à Religião de Deus), quando evoca termos como: soldadinhos de Deus (para as crianças legionárias), legionários (os fiéis da LBV e da Religião de Deus), marcha do exército de Jesus (para passeatas) e o próprio termo inicial da sigla mestre, legião (para Legião da Boa Vontade).

Estes termos, como o próprio modelo de organização elebeviano seriam simples obra do acaso ou da inspiração divina de Alziro Zarur? Ou teria o mentor da LBV seguido alguma inspiração mais profana, pertinente ao sagrado bem dito, mas em experiência mundana, na face da Terra?

Depois de tudo que aqui vimos, as imagens apontam para uma multinacional da esmola, o *Exército da Salvação*.

Alziro Zarur era um homem instruído e sagaz que certamente conhecia o movimento do Exército da Salvação e seu padrão organizacional imitativo das organizações militares.

O Exército de Salvação foi fundado em 1865 por William e Catherine Booth, chamados por Deus para declarar guerra ao vício e ao pecado em dos bairros miseráveis da cidade de Londres. Rapidamente o movimento cresceu, organizou-se e

*hoje atua em 108 países, pregando a palavra de Deus em 175 idiomas, aliando seu trabalho **evangelístico** a uma **opção social**¹⁵⁰ intensa.*

No Brasil, o Exército de Salvação chegou em 1922 e, desde então, tem atuado junto às comunidades através de suas sedes locais (sociais e eclesiais), sedes regionais e a sede administrativa nacional em São Paulo. Em suas diversas atividades, que incluem uma atuação militante das mulheres, visitaço a presídios e hospitais, ensino bíblico para crianças, entre outros, ou mesmo através de suas publicaes na revista mensal Rumo, que se destinam a ensinar proclamar e celebrar o Evangelho, o Exército de Salvação tem alistado seus pastores (chamados de oficiais) e membros (chamados de soldados ou sargentos) para anunciarem ao povo brasileiro esta mensagem de transformao e amor.

Seu ensinamento alicerado em base doutrinria claramente definida. "Cremos que o Senhor Jesus Cristo tem, por Seu sofrimento e Sua morte, feito expiao pelo mundo inteiro, para que todo aquele que quiser possa ser salvo". um dos pontos fundamentais de sua declarao de f.

Por isso o Exrcito de Salvao tem trabalhado incessantemente para aliviar o sofrimento humano, sempre motivado pelas Boas Novas da graa de Deus que salva o homem da degradao espiritual e social, sem discriminao. No seu incansvel desejo de oferecer ao ser humano uma nova oportunidade de vida, os salvacionistas abraam a causa de seu fundador.¹⁵¹

Ora, “trabalho evangelstico” e “opo social” so os pilares da atuao da LBV, some-se a isto o perfil marcial de organizao (que na LBV menos intenso do que no Exrcito da Salvao), e temos uma organizao brasileira que se assemelha a uma organizao “aliengena”.

A originalidade da LBV, diante da evocao deste imaginrio, fica abalada. Em conversa travada por mim com alguns legionrios, tanto em So Paulo, na sede, quanto

¹⁵⁰ Grifos meus.

¹⁵¹ Citao retirada da pgina eletrnica do Exrcito da Salvao, em 14 de abril de 2008.

em Brasília no Templo da Boa Vontade, um dos “orgulhos” manifestados era justamente o de serem um movimento genuinamente brasileiro¹⁵².

Se a originalidade não é tanta assim, ao menos devemos dar o mérito pelo empreendimento de uma cópia aperfeiçoada e ou adaptada ao “povo brasileiro”, e a Alziro Zarur pelo seu impressionante carisma.

A Paiva Netto coube sustentar todo esse arcabouço, físico e simbólico, o que não é tarefa fácil, portanto, méritos a ele também.

Ambos, Alziro Zarur e Paiva Netto, são personagens precursoras, em solo brasileiro, da economia da esmola, pois associam filantropia com religião de modo independente das instituições religiosas.

Organizam a esmola com cunhos empresariais, o que difere das obras assistenciais da Igreja Católica, bem como de outras agremiações religiosas (muito embora estas também acumulassem riquezas por intermédio da obtenção de ofertas, díizimos e doações).

Atualmente é senso comum uma ONG qualquer, arrecadar fundos para ações sociais ou ditas sociais, e justificá-las como uma “necessidade social”, mas em 1950 e nos anos subseqüentes não o era.

Por isso o resgate histórico que faço aqui se apresenta relevante. Relevante, inclusive, para formação de nossa memória, para a constante realimentação do nosso imaginário, imaginário que está sempre em rodamosinhos existenciais.

Pelo que foi dito até aqui, a sociedade da esmola é uma teia social em construção que, de fato, assusta por sua dimensão e seu vigor, mesmo porque os agentes envolvidos não dão mostras de que irão retroceder.¹⁵³

Comentamos que a economia da salvação, com viés basicamente religioso (tempo longo: religiões abraâmicas), propiciou o surgimento da economia da esmola,

¹⁵² Um estudo comparativo das duas organizações será interessante. Infelizmente foge, neste momento, ao objetivo deste trabalho; entretanto, friso a real importância de uma linha de pesquisa nesta direção, para futuros pesquisadores que tenham interesse na LBV como objeto empírico e na economia da esmola.

¹⁵³ Interessante se especularmos, esquematicamente, que o imaginário religioso da humanidade comporta panteísta, o teocêntrico, o antropocêntrico e que, agora, talvez tenha “incorporado” o “moneycentrismo” – onde o dinheiro é o aspecto identitário por excelência. Tudo por dinheiro é o lema, pois nós “somos dinheiro”! Bem entendido: uns valem mais, outros menos (Cf. Notas Introdutórias).

com viés sagrado-profano (tempo médio: modernidade e contemporaneidade), que por sua vez ensaja a uma “utopia distópica”: a sociedade da esmola (tempo futuro), com características profano-sagrado.

Talvez o tempo aqui vivido seja uma simples viagem pelo inferno, o purgatório e, por fim, o paraíso, na companhia de Dante Alighieri¹⁵⁴; ou talvez estejamos observando o conflito do ser humano que se dilacera entre a vontade de crescer espiritualmente e a atração pelos prazeres e bens terrenos¹⁵⁵.

Seja como for, com a consolidação da sociedade da esmola, consolida-se também o *subdesenvolvimento sustentável* – eis o nosso inferno as claras e o nosso pacto faustino.

Se a origem imaginária do desenvolvimento sustentável se dá na mitologia do paraíso perdido, nas utopias medievais e ou com a ficção científica, todas conclamando para as sociedades sustentáveis, é possível que estejamos vivendo um tempo cíclico, do Jardim do Éden ao Apocalipse, do Apocalipse ao Jardim do Éden, mas isso é outra história...

¹⁵⁴ Dante Alighieri (2002), *Divina Comédia*.

¹⁵⁵ Goethe (2005), *Fausto*. Esqueçamos, via de regra, que o demônio, ou a dimensão infernal, também faz parte, como oposição à Luz, do mundo sagrado. Tanto assim o é que, Alziro Zarur, como Paiva Netto, alertam os legionários para os falsos profetas. De modo idêntico, outros credos religiosos apontam Alziro Zarur e Paiva Netto como sendo os falsos profetas enviados pelo demônio. Afinal, quem terá feito o “pacto”? Será que todos o fazemos no dia a dia?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BIBLIOGRAFIA ANALÍTICA.

ADORNO, Sérgio (1990), “A Gestão da Pobreza”. In: *São Paulo em Perspectiva*: São Paulo, 4 (2), p.8-17, abr/jun 1990.

ALIGHIERI, Dante. (2002), *Divina comédia*. Tradução de J. P. Xavier Pinheiro. São Paulo: Martin Claret.

ANÔNIMO (2001). *A Epopéia de Gilgamesh*. Tradução realizada a partir da versão inglesa estabelecida por N. K. Sandars por Carlos Daudt de Oliveira. São Paulo: Martins Fontes. Coleção Gandhãra.

APGAUA, Renata. *A dádiva universal: reflexões em um debate ficcional*. Belo Horizonte, 1999. 140 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

ARPON, Andréa Soares. *Uma esmola para um homem que é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão – contribuição para uma avaliação do programa cheque cidadão*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BARCA, Calderon de La. (2008), *A vida é sonho*. Tradução de Renata Pallottini. São Paulo: Hedra.

BARROS, M. “A BATALHA DO ARMAGEDOM”. *Uma análise do repertório mágico-religioso proposto pela Igreja Universal do Reino de Deus*. Belo Horizonte, 1995. 194 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

BEGHIN, Nathalie. (2005), *A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito*. São Paulo: Cortez Editora.

BERG, Peter L. (1985), *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Tradução de José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus.

_____. (1986), *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Vozes.

BERG, Peter L; LUCKMANN, Thomas. (1985), *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. (2000), *De Getúlio a Juscelino 1945-1961 – retrospectiva do século*. São Paulo: Ática.

BÍBLIA. Português. (1966), *Bíblia sagrada*. Trad. João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil.

BÍBLIA. Português. (2002), *A Bíblia de Jerusalém*. Trad. Euclides Martins Balancin et alii. São Paulo: Paulus.

BLOCH, Marc. (2001), *Apologia da história ou o ofício do historiador de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). (2001), *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Ed.

BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François. (1993), *Dicionário crítico de sociologia*. Tradução de Maria Leticia Guedes Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo: Ed. Ática.

BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel.

_____. (1992), *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sergio Miceli, Silva de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo : Ed. Perspectiva.

BRAUDEL, Fernand. (1992), *Escritos sobre a história*. Tradução de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva.

_____. (1996), *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII – os jogos das trocas*. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes.

BRAUN, Ricardo. (2001), *Desenvolvimento ao ponto sustentável*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BREDEMEIER, Harry C. (1980), “A teoria da troca”. In: BOTTOMORE, Tom e NISBET, Robert (orgs.) *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

BURKE, Peter. (2002), *História e teoria social*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer São Paulo: Unesp.

CALAZANS, FlávioMário de Alcântara. (2006), *Propaganda subliminar multimídia*. São Paulo: Summus.

CAMPOS, Leonildo Silveira.(1998), “Teatro, templo e mercado: a Igreja Universal do Reino de Deus e as mutações no campo religioso protestante”. (mimeo) *VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina*.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. *Sob o olhar da razão: as religiões não católicas e as ciências humanas no Brasil (1900-2000)*. São Paulo, 2001. 254 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo

CAPISTRANO, Martins. (1979), *Alziro Zarur – intelectual e apóstolo*. Rio de Janeiro: Agência Paz.

CASTORIADIS, Cornelius. (1982), *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1987), *As encruzilhadas do labirinto/2. Os domínios do homem*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTRO, Antônio Barros de; LESSA, Carlos Francisco. (1987), *Introdução à economia: uma abordagem estruturalista*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CAVALCANTI, Robinson. (2002). *Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica*. Viçosa: Ultimato.

CERVANTES, Miguel de. (2002), *Dom Quixote*. Tradução de Walcyrr Carrasco. São Paulo: FTD.

CETRULO NETO, Francisco. (2001), “A AMWAY: uma sociabilidade às avessas. In: D’INCAO, Maria Angela. (Org.). *O Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez Editora, pp. 311-324.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. (1991), *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV.

COULANGES, Fustel de. (2005), *A cidade antiga*. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret.

CORREIA, Ronaldo Zandoná. *Reflexões sobre economia e religião: seus principais pensadores e a igreja católica brasileira*. Piracicaba, 2003. 81 f. Dissertação (mestrado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura, Universidade de São Paulo.

DUMONT, Rene. (1975), *A utopia ou a morte*. Tradução de Mamede de Souza Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DUPAS, Gilberto. (1999). *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra.

DUPUY, Jean-Paul. (1980), *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DURAND, Gilbert. (1988), *A imaginação simbólica*. Tradução de Eliane Fittipaldi Pereira. São Paulo: Cultrix.

_____. (1997), *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. Tradução de Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes.

DURKHEIM, Émile (1985). *As regras do método sociológico*. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Ed. Nacional.

_____. (1996), *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes.

ELIADE, Mircea. (1992), *Mito do eterno retorno*. Tradução de José Antonio Ceschin. São Paulo: Mercuryo.

_____. (1998), *Tratado de história das religiões*. Tradução de Fernando Tomaz e Natália Nunes. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2001). *O sagrado e o profano – a essência das religiões*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2002), *Mito e realidade*. Tradução de Pola Civelli. São Paulo: Ed. Perspectiva.

_____. (2002b), *Imagem e Símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. Tradução de Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes.

EHRENREICH, Barbara. (2004), *Miséria à americana*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record.

FOLADORI, Guilherme. (2001), *Limites do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Imprensa Oficial.

GAARDER, Jostein, HELLERN, Victor e NOTAKER, Henry. (2000), *O livro das religiões*. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Cia das Letras.

GADOTTI, Moacir. (2000), *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis.

GODBOUT, Jacques T. (1997), *O espírito da dádiva*. Portugal: Instituto Piaget.

GOETHE. (2005), *Fausto*. Tradução de Agostinho D’Ornellas. São Paulo: Martin Claret.

GUARESCHI, Pedrinho A. (1995), “Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais”. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, pp. 191-223.

HARVEY, David(1992). *Condição pós-moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola.

HOLSTON, James. (1993), *A cidade modernista – uma crítica de Brasília e sua utopia*. Trad. Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras.

HOUTART, François. (2003), *Mercado e religião*. Tradução de Claudia Berliner e Renata Cordeiro. São Paulo: Cortez Editora.

JUNG, Carl Gustav (1983). *Psicologia da religião ocidental e oriental*. Tradução de Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha. Petrópolis: Vozes.

- LANNA, Marcos (2000). Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, 14, p. 173-194, jun.
- LATOUR, Bruno (1994). *Jamais fomos modernos*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- LAUDURIE, Emmanuel Le Roy (1999). *O mendigo e o professor*. Tradução de Maria Teresa Dannemann e Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco.
- LEWIN, Roger. (1999), *Evolução humana*. Tradução de Danusa Munford. São Paulo: Atheneu Editora.
- LEONARD, H. Jeffrey (Org.). (1992), *Meio ambiente e pobreza: estratégias de desenvolvimento para uma agenda comum*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- LIMA, Celso Piedemonte. (1994), *Evolução humana*. São Paulo: Ática.
- KANT, Immanuel. (S/d), *A religião nos limites da simples razão*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70.
- KEYES, Beecher Nelson. *História ilustrada do mundo bíblico*. Tradução de João Távora. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: Seleções do Reade's Digest, 1962.
- KOWARICK, Lúcio. (1993), *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MACEDO, Edir. *Os mistérios da fé*. Rio de Janeiro: Gráfica Universal, 2005.
- MACHADO, Vitor Barletta. *Agentes religiosos, motivação política – a influência da Igreja Católica na organização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra do Assentamento II de Sumaré no estado de São Paulo*. São Paulo, 2002. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MAGALHÃES JÚNIOR, José César de. *O mercado da dádiva: formas biopolíticas de um controle das populações periféricas urbanas*. São Paulo, 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MARCONDES FILHO, Ciro. (2003), *A produção social da loucura*. São Paulo: Paulus.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando*. 1995. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MARIANO, Ricardo. (1996), “Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade”. *Novos Estudos*. n. 44, mar., pp. 24-44.

- MARIANO, Ricardo. (1998), “O debate acadêmico sobre as práticas monetárias da Igreja Universal”. (mimeo). *XXII Encontro Anual da ANPOCS*.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1986), *A ideologia alemã*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. Hucitec.
- _____. (2003), *A sagrada família ou a crítica da Crítica crítica (contra Bruno Bauer e consortes)*. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MARX, Karl. (1991), *Formações econômicas pré-capitalistas*. Tradução de João Maia, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2001), *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847)*. Tradução de Paulo Ferreira Leite. São Paulo: Centauro Editora.
- _____. (2003), *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes.
- MAUSS, Marcel. (2001), *Ensaio sobre a dádiva*. Tradução de Antonio Filipe Marques. Portugal: Edições 70.
- _____. (1981), *Ensaio de sociologia*. Tradução de Luiz João Gaio e J. Guinsburg. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- MELLO, Reynaldo França Lins de. (2007), *Sociologia ambiental: a breve história da concepção da sociedade sustentável*. São Paulo: LCTE Editora.
- _____. (2000), Complexidade e sustentabilidade. *Revista de estudos ambientais*. Blumenau: Edifurb, nº 2 e 3, v. 2, PP 103-108, maio/dez.
- MELLO, João Manuel Cardoso de e NOVAIS, Fernando A. (1998), “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras.
- MELVILLE, Herman. (2001), *Moby Dick*. Tradução de Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro.
- MESTRINER, Maria Luiza. (2001), *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez.
- MILL, John Stuart. (1983), *Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo : Abril cultural.
- MONTES, Maria Lucia. (1998), “As figuras do sagrado: entre o público e o privado”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.), *História da vida privada*. vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MORE, Thomas. (2001), *A utopia*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret.

MORIN, Edgard. (1997), *O homem e a morte*, Tradução Cleone Augusto Rodrigues, Rio de Janeiro: Imago.

MORIN, Emílio F. (1994), *Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica*. Tradução de Carlos E. A. Coimbra Jr. E Marcelo Soares Brandão. São Paulo: Edusp.

MOSCOVICI, Serge. (1975), *Sociedade contra natureza*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes.

MUNFORD, Lewis. (1998), *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. (1996), *Entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo*. São Paulo: Edusp.

_____. (2001), “Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 16 (46), jun.

_____. (2005), “Nem ‘jardim encantado’, nem ‘clube dos intelectuais desencantados’”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 20 (59) out.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). (2007), *Economia das Religiões*. Rio de Janeiro: FGV: IBRE: CPS. (www.fgv.br/cps/pesquisas/religoes)

NEVES, João das. (2001), *A economia de Deus*. Portugal: Principia: Grifo Editores.

NOSSO SÉCULO (1980). *Memória fotográfica do Brasil no século 20*, vol. 3, 1930/1945, São Paulo Abril Cultural.

NOSSO SÉCULO (1980). *Memória fotográfica do Brasil no século 20*, vol. 4, 1945/1960, São Paulo Abril Cultural.

NOSSO SÉCULO (1980). *Memória fotográfica do Brasil no século 20*, vol. 5, 1960/1980, São Paulo Abril Cultural.

ORWELL, George. (2003), *1984*. Tradução de Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

OTTO, Rudolf. (S/d), *O sagrado*. Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70.

OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. (Eds.), *Dicionário do pensamento do Século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PAIVA NETTO, J. Paiva (Org.). *Livro de Deus*. Rio de Janeiro: LBV, 1978.

_____. (1987), 1979-1987 documentário especial. São Paulo: Editora Grandes Idéias.

_____. (1989), *Diretrizes espiritualistas da LBV Mundial*. vol. I. São Paulo: Ed. LBV.

_____. (1994), *Diretrizes espiritualistas da Religião de Deus*. vol. III. São Paulo: Ed. LBV.

_____. (1996), *Diretrizes espiritualistas da Religião de Deus*. vol. II. São Paulo: Ed. LBV.

_____. (1998), *As profecias sem mistério*. São Paulo: Evolução.

_____. (2000), *Apocalipse sem medo – 1999 não anulou as profecias*. São Paulo: Elevação.

PIERUCCI, Antônio Flávio. (1998), *Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13, nº 37, p.43-73, jun. 1998.

_____. (2003), *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo : USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34

PAULA, Marcos Ferreira de. *Religião e filantropia – os aspectos religiosos da Legião da Boa Vontade*. São Paulo, 2003. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PIERUCCI, Antônio Flávio. (1998), “Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (37), jun.

_____. (2003), *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34.

POLANYI, Karl. (2000), *A grande transformação: as origens da nossa época*. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus.

PROUDHON, Pierre-Joseph. (2003), *Sistemas das contradições econômicas, ou, filosofia da miséria*. Tomo I. São Paulo: Ícone.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (2003), *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Omega.

RIBEIRO, Jefferson. (2005), *Regimento interno da câmara legislativa do distrito federal*. Brasília: VESTCON.

REFKALEFSKY, Eduardo. *Comunicação e Posicionamento da Igreja Universal do Reino de Deus: um Estudo do Marketing Religioso*. Rio de Janeiro, 1994. Tese (Doutoramento em Comunicação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROCHA, Sílvio Luís Ferreira da. (2003), *Terceiro Setor*. São Paulo: Malheiros Editores.

ROMEIRO, Márcio Anatole de Souza (Org.). (2002), *Antologia da Caridade uma reflexão teológico-pastoral*. São Paulo: Edições Loyola.

RORTY, Richard e VATTIMO, Gianni (2006), *O futuro da religião: solidariedade, caridade, ironia*. Tradução de Eliana Aguiar e Paulo Ghiraldelli. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

ROSNY, Joël de. (1997), *O homem simbiótico: perspectivas para o terceiro milênio*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes.

SAGAN, Carl. *O Romance da ciência*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

SADER, Emir. (2001), *Século XX: uma biografia não-autorizada – o século do imperialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). (1995), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SAHTOURIS, Elisabet. (1998), *A dança da Terra: sistemas vivos em evolução: uma nova visão da biologia*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

SAMUELSON, Paul Anthony. (1977), *Introdução à análise econômica*. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Agir.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). (2002), *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.

SÃO MÁXIMO. (2003), *Centúrias sobre a caridade: e outros escritos espirituais*. Tradução de Carlos Ancêde Nogue e Clarice Rodrigues. São Paulo: Landy Editora.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). (1998), *História da vida privada no Brasil*. vol. 4. São Paulo: Cia das Letras.

SEM, Amartya. (2000), *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.

SETTON, Maria da Graça Jacintho (2004). *Rotary Club: habitus, estilo de vida e sociabilidade*. São Paulo: Annablume.

SILVA, Marcos A da. (2003), *História: o prazer em ensino e pesquisa*. Brasiliense.

_____. (1990), *Caricata república – Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero.

_____. (1989), *Prazer e poder do Amigo da Onça, 1943-1962*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SOTO, Hernando de. (2001), *O mistério do capital: porque o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo*. Tradução de Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Ed. Record.

SMITH, Adam. (2003), *Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações*. Tradução de Noberto de Paula Lima. São Paulo: Hemus.

_____. (2002), *Teoria dos sentimentos morais*. Tradução de Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes.

STOFFELS, Marie-Ghislaine (1977). *Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TAVOLARO, D. (2007), *O bispo: a história revelada de Edir Macedo*. São Paulo: Larousse do Brasil.

TAWNEY, R. H. (1971), *A religião e o surgimento do capitalismo*. Tradução de Janete Meiches. São Paulo: Ed. Perspectiva.

TOURAINÉ, Alain. (1994), *Crítica da modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes.

VIEIRA, Daniel. *A Legião da Boa Vontade - estruturas, sistematização e ensino de uma religião brasileira*. São Paulo, 2000. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo.

VIERA FILHO, Antonio Garcia. “*Domingo na Igreja, sexta-feira no terreiro*”: *As disputas simbólicas entre Igreja Universal do Reino de Deus e Umbanda*. São Paulo, 2006. 225 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

WEBER, MAX. (1999), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Grabiell Cohn. Vol. 1 Brasília: São Paulo; Ed. UNB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

_____. (1982), *Ensaio de sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan.

WILBER, Ken. (1993), *Um Deus social: breve introdução a uma sociologia transcendental*. Tradução de Claudia Gerpe Duarte. São Paulo: Ed. Cultrix.

WOORTMANN, Klass. (1997), *Religião e ciência no renascimento*. Brasília: Ed. UNB.

ZARUR, Alziro. (1976), *Mensagem de Jesus para os sobreviventes*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Agencia Paz Promoções.

REVISTAS

ALMANAQUE BRASIL DE CULTURA POPULAR. Ano 5, nº 57, dez. 2003.

ALMANAQUE BRASIL DE CULTURA POPULAR. Ano 6, nº 62, maio 2004.

AMÉRICA ECONOMIA. Nº 327, 14 ago. 2006.

BOA VONTADE. Ano 51, nº 217, fev/mar. 2007.

BOA VONTADE. Ano 51, nº 218, abril/maio 2007.

GLOBALIZAÇÃO DO AMOR FRATERNAL. 1ª edição, 2007.

JESUS ESTÁ CHEGANDO. Ano 24, 93ª edição, out./Nov. 2006.

JESUS ESTÁ CHEGANDO. Ano 25, 94ª edição, dez 2006/jan. 2007.

JESUS ESTÁ CHEGANDO. Ano 25, 95ª edição, fev/mar. 2007.

DOCUMENTOS

ESTATUTO DA LEGIÃO BRASILEIRA DA BOA VONTADE. Rio de Janeiro, 1º de março de 1996. Mimeo.

ESTATUTO DA IGREJA RELIGIÃO DE DEUS. São Paulo, 21 de outubro de 1999. Mimeo.

ATA DA ASSEMBLÉIA MAGNA MUNDIAL DA LBV EM QUE SE DECIDE O FIM DA VITALICIDADE DO CARGO DE PAIVA NETTO APÓS A EXIGÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1º de setembro de 1990. Mimeo.

REGISTRO POLÍTICO E ESTATUTO DO PARTIDO DA BOA VONTADE. Brasília, 16 de dezembro de 1963. Mimeo.

CARTILHA DA LBV COM INSTRUÇÕES PARA TELEMARKETING SOLICITAR DOAÇÕES. S/d. Mimeo.

MANSÃO DA RUA LOS ANGELES, NÚMERO 7, NA SERRA DA CANTAREIRA, EM MAIRIPORÃ (SP), ADQUIRIDO PELA EX-MULHER DE PAIVA NETTO, MARIA DAS GRAÇAS PAULOTE DE PAIVA, CASADOS NA ÉPOCA SOB REGIME DE COMUNHÃO DE BENS. IMÓVEL HOJE ALUGADO PELA EX-MULHER A JOSÉ DE PAIVA NETTO. S/d. Mimeo.

LAUDO DE AVALIAÇÃO DO INSS SOBRE A FAZENDA FONTOURA/LBV, EM MATO GROSSO. S/d. Mimeo. VALOR: R\$ 20.953.775,00.

QUATRO ESCRITURAS DE COMPRA E VENDA DOS LOTES QUE FORMAM A FAZENDA FONTOURA/LBV EM CONFREASA. COMARCA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. S/d. Mimeo. VALOR TOTAL: R\$ 34.420.000,00.

TRÊS CERTIDÕES DOS IMÓVEIS DO JARDIM BOTÂNICO. S/d. Mimeo.

ESCRITURA MOSTRA QUE A CASA DO BAIRRO PACAEMBU FOI DOADA PELA LEGIÃO DA BOA VONTADE À IGREJA RELIGIÃO DE DEUS. S/d. Mimeo.

ESCRITURAS MOSTRAM A DOAÇÃO DOS TERRENOS EM CAMPOS DO JORDÃO POR JOSÉ DE PAIVA NETTO E MARIA DAS GRAÇAS SEM OS IMÓVEIS POSTERIORMENTE CONSTRUÍDOS NOS MESMOS TERRENOS E DOADOS PELA LBV A MARIA DAS GRAÇAS. S/d. Mimeo.

ESCRITURA DE DOAÇÃO, A TÍTULO DE REVOGAÇÃO, DE CASAS E TERRENOS EM CAMPOS DO JORDÃO (SP) DA LEGIÃO DA BOA VONTADE PARA A EX-MULHER DE JOSÉ DE PAIVA NETTO, MARIA DAS GRAÇAS PAULOTE DE PAIVA. S/d. Mimeo.

TERRENO ONDE HÁ HOJE SOBRADO EM CONSTRUÇÃO NA RUA MANOEL MARIA TOURINHO, NOS FUNDOS DA MANSÃO DA RUA ITASSUCÊ, 80, NO

BAIRRO DO PACAEMBU, IGUALMENTE ADQUIRIDO PELA LEGIÃO DA BOA VONTADE E DOADO À IGREJA RELIGIÃO DE DEUS. S/d. Mimeo.

UMA DAS CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA DA LEGIÃO DA BOA VONTADE JUNTO AO INSS. S/d. Mimeo.

TERMO DE DAÇÃO EM TODA EM PAGAMENTO DE DÍVIDAS PREVIDENCIÁRIAS DA FAZENDA EM SANTA CRUZ DO XINGU, MATO GROSSO (OBS.: TENTATIVA DE VENDER AO INCRA, POR R\$ 20.9 MILHÕES, A FAZENDA COMPRADA POR R\$ 8,5 MILHÕES). S/d. Mimeo.

LAUDO DO INSS REQUISITADO PELA LEGIÃO DA BOA VONTADE APONTANDO O VALOR DE R\$ 20,9 MILHÕES PARA A FAZENDA EM SANTA CRUZ DO XINGU, MATO GROSSO. S/d. Mimeo.

PETIÇÃO DO ADVOGADO MARCIO S. POLLET, PROCURADOR DA LEGIÃO DA BOA VONTADE, ECAMINHADA À JUSTIÇA FEDERAL, INFORMANDO O VALOR DE R\$ 20.953.775,00 DA FAZENDA EM MATO GROSSO. S/d. Mimeo.

RESPOSTA DO JUIZ FEDERAL CELSO BEIN AO PEDIDO DE INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. CONSTA UM BREVE RELATO SOBRE A DÍVIDA CONTRAÍDA PELA LBV E A OFERTA AO INCRA DA FAZENDA EM MATO GROSSO. S/d. Mimeo.

MANIFESTAÇÃO DO JUIZ FEDERAL CELSO BEDIN, DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS DE SP, AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, EM QUE LEVANTA DÚVIDAS SOBRE O VALOR DA FAZENDA ADQUIRIDA PELA LEGIÃO DA BOA VONTADE EM SANTA CRUZ DO XINGU, MATO GROSSO. S/d. Mimeo.